UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PPGCOM

O ESPELHO DA DIVERSIDADE

**Esquerdas e direitas no debate público brasileiro – como a imprensa pode refletir a
conversa inteligente por trás da cortina da estridência**

João Gabriel de Lima

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Bucci

São Paulo

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, a partir do estudo do pensamento que a academia produziu sobre as correntes doutrinárias ou ideológicas que comparecem ao debate público nacional, compor um referencial teórico para mapear e classificar as posições em disputa no Brasil. A intenção é oferecer esse referencial como ferramenta para editores de plataformas informativas preocupados com uma demanda essencial do jornalismo moderno – diversidade e pluralidade. Para realizar nosso objetivo, estudamos os conceitos de esquerdas e direitas nas acepções de Norberto Bobbio e Anthony Giddens, examinamos os percursos recentes das esquerdas e direitas brasileiras, identificamos divergências e convergências e, após uma discussão do papel do jornalismo na promoção do debate público, testamos nosso referencial teórico em três debates recentes que ocorreram na sociedade brasileira: a reforma trabalhista, a reforma da previdência e o assassinato da vereadora Marielle Franco.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

JOÃO GABRIEL DE LIMA

**O ESPELHO DA DIVERSIDADE: Esquerdas e direitas no debate público brasileiro –
como a imprensa pode refletir a conversa inteligente por trás da estridência**

Versão original

**Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação**

Área de concentração: Estudo dos Meios e da Produção Midiática

Linha de Pesquisa: Informação e Mediação nas Práticas Sociais

Orientação: Prof. Dr. Eugênio Bucci

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

A SAÚDE DA DEMOCRACIA E A DOENÇA DA POLARIZAÇÃO.....

CAPÍTULO 1

A “PAIXÃO DA OBJETIVIDADE”: INTELECTUAIS, JORNALISTAS E O DEBATE PÚBLICO

CAPÍTULO 2:

DIREITAS E ESQUERDAS DEPOIS DA QUEDA DO MURO DE BERLIM: A FRAGMENTAÇÃO GERA A “ERA DA DIVERSIDADE.....

CAPÍTULO 3

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESQUERDAS BRASILEIRAS: REVOLUÇÃO, ACADEMIA E O PRAGMATISMO DA “TERCEIRA VIA”

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DIREITAS BRASILEIRAS: LIBERALISMO, CONSERVADORISMOS E O DESENVOLVIMENTO CONTRA A “PAUPERIZAÇÃO”

CAPÍTULO 5

**ESQUERDAS, DIREITAS E O CHOQUE DE REALIDADE: AS “CRENÇAS”
DO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

CAPÍTULO 6

CAMINHOS CRUZADOS: AS OITO POSIÇÕES NO DEBATE BRASILEIRO.....

CAPÍTULO 7

**QUEM DEBATE (1): A SOCIEDADE CIVIL, A ESFERA PÚBLICA E A
“DOMINANT NETWORK”.....**

CAPÍTULO 8

**QUEM DEBATE (2): CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DOS
COLUNISTAS DA IMPRENSA.....**

CAPÍTULO 9

CONCLUSÕES.....

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

São Paulo, 25 de janeiro de 1984, Praça da Sé. Eu estava ao lado da torre do relógio, de onde mal dava para ver quem discursava no palanque. Quem foi adolescente na minha geração participou de algum comício pelas eleições diretas – e se lembra perfeitamente onde estava. Não importava ver os shows e políticos, e sim sentir – talvez com alguma ilusão – que se era parte de um momento histórico. Toda geração tem a sua causa. A da minha era a democracia. Desse ponto de vista, e com todas as relativizações necessárias, minha geração pode se considerar uma geração vitoriosa. Nascemos numa ditadura, fomos às ruas pela democracia – e a democracia veio.

Veio, e de forma avassaladora. O Brasil nunca havia tido sufrágio universal, em que todo cidadão adulto tem direito a voto. Aqui vigorava uma lei que proibia o voto do analfabeto. O sufrágio universal foi restabelecido em 1985. As eleições para presidente “já”, como gritadas nas ruas na campanha das diretas, não vieram num primeiro momento. Mas o brasileiro pode eleger uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Ela promulgou uma Constituição, em 1988, muito criticada pelas disfunções orçamentárias, mas que anteciparia o consenso centrista social-democrata que se formaria no país nas décadas seguintes – como veremos com mais detalhe no decorrer deste trabalho. No ano seguinte, 1989, tivemos, enfim, as primeiras eleições diretas para presidente do novo período democrático. Foi um pleito histórico, no qual já se apresentavam – com a dose de distorção e propaganda própria do debate eleitoral – as tendências políticas que, a partir daí, disputariam o debate público brasileiro.

Uma das missões básicas do jornalismo, segundo a filósofa Hannah Arendt, é construir a cama de fatos e dados – a “verdade factual”, nas palavras dela – sobre a qual se ergue o debate público. Se há algo que aprendi em trinta anos de profissão – como repórter na

Folha de S. Paulo, editor em Veja, diretor de redação em Bravo! E em Época e, agora, como editor executivo de O Estado de S. Paulo – foi que, para exercer esta missão a contento, o jornalista precisa evitar a armadilha da polarização, que invariavelmente destrói e distorce o debate. O primeiro passo para isso é reconhecer quais são as várias ideias que disputam o debate público no Brasil. Este trabalho se propõe a criar um referencial teórico que permita fazer tal mapeamento, com o objetivo de dar instrumentos aos jornalistas para promover um debate de alto nível. Constato no dia-a-dia de minha atividade profissional que em sociedades polarizadas isso se torna cada vez mais difícil – e, por isso mesmo, cada vez mais é uma prioridade do jornalismo.

O debate brasileiro é rico e há que se reconhecer que as plataformas noticiosas se esforçam para ser um espelho desta riqueza. No mundo atual, no entanto, isso cada vez mais é um desafio. Não são poucos os líderes políticos se valem da estratégia polarizadora com fins eleitorais. Isso ocorre também no Brasil, com alguns agravantes que ajudam a polarizar ainda mais o cenário. Em 34 anos de democracia, 30 com eleições diretas para presidente da república, tivemos dois impeachments; um movimento de rua, em 2013, de altíssima voltagem, que ajudou a galvanizar paixões; operações de combate à corrupção que abalaram severamente a credibilidade dos políticos; um ex-presidente da república preso perto de uma eleição; e uma erosão significativa do centro político, fortalecendo os extremos.

Tais fatos favorecem um ambiente polarizado, e o jornalismo, mergulhado nele, corre o risco de aniquilação. Isso significaria, em vez de refletir várias correntes de uma sociedade rica em ideias, recolher-se na comodidade do “contra” e “a favor”. Neste cenário, o marco teórico que compomos permite enxergar a riqueza do debate brasileiro, minimizando o risco de que a imprensa seja um espelho da polarização. Quando, na verdade, ela deve ser um espelho da diversidade.

O marco teórico utilizado parte das definições clássicas de esquerda e direita propostas por Norberto Bobbio e Anthony Giddens num mesmo ano, 1994. Estes dois autores foram escolhidos porque seus livros, escritos cinco anos após a queda do Muro de Berlim, propõem uma visão que relativiza a polarização inerente ao período da Guerra Fria. Depois da queda do muro, o que antigamente se configurava como uma binariedade – direita e esquerda

– se fragmenta. Hoje, é muito mais apropriado falar em direitas e esquerdas, no plural. Da obra de Bobbio e Giddens se depreendem quatro eixos que, teoricamente, resultariam em 16 campos políticos diferentes. Mas seriam todos eles válidos para o Brasil?

Para responder a esta pergunta, examinamos as correntes de pensamento que se estabeleceram nas últimas décadas no Brasil. O resultado deste exame é que tais correntes se encaixam, de alguma maneira, nos eixos de Bobbio e Giddens. Examinamos também as convergências do debate público desde restabelecimento da democracia – as “crenças” comuns sobre as quais se estabelecem os consensos. Por fim, para testar se nosso referencial teórico funciona, nós o aplicamos de forma ligeira a três debates recentes que ocorreram na imprensa brasileira: a reforma trabalhista, a reforma da previdência e o assassinato da vereadora Marielle Franco. Examinamos alguns dos colunistas e checamos convergências e divergências. Em nossa opinião, o referencial composto neste trabalho cumpre seu objetivo de, sob suas lentes, enxergar a diversidade. Trata-se de um primeiro passo para aprofundá-la, evitando, assim, a armadilha da polarização – a doença que corroí, aos poucos, a saúde da democracia, que tem entre seus principais alimentos o debate entre posições múltiplas e diversas.

INTRODUÇÃO -- A SAÚDE DA DEMOCRACIA E A DOENÇA DA POLARIZAÇÃO

O objetivo deste trabalho, como dito acima, é compor um referencial teórico para mapear o debate público no Brasil, que possa ser usado como ferramenta por editores de plataformas informativas preocupados com uma demanda essencial do jornalismo moderno – diversidade e pluralidade.

Para compor tal referencial, seguiremos os passos abaixo, acompanhados de seus respectivos pilares teóricos.

No primeiro capítulo, delimitaremos o tipo de debate que nos interessa: aquele que ocorre dentro dos jornais, e é travado entre intelectuais. Quando falamos em “jornais”, estamos usando a acepção contemporânea do termo. Ou seja, qualquer plataforma informativa que faça jornalismo, seja ela nativa digital ou “de legado”, tendo sua principal versão na mídia impressa ou apenas na internet. O corte é que os veículos que publicam tal debate sejam jornalísticos. Para definir o jornalismo, usamos como pilares teóricos a obra de Hannah Arendt em seu ensaio “verdade e política” (ARENDT, 1963), e as considerações de Eugenio Bucci tecidas num ensaio sobre a profissão (BUCCI, 2015). Arendt e Bucci mostram como a profissão de jornalista se aproxima da profissão de intelectual, na medida em que ambos têm como principal missão – e também razão de ser do ponto de vista até mercadológico – a busca da verdade factual. Interessam-nos, no debate público, os intelectuais preocupados em tecer suas argumentações a partir de fatos, sob um princípio de honestidade intelectual, e não os que se dedicam a fazer proselitismo político. No dizer de Hannah Arendt, estes estariam fazendo “política”, e não “buscando a verdade” – a autora estabelece estes dois polos, dado que para ela o político não precisa da verdade, verdade esta, que como vimos, é a razão de ser tanto do jornalista quanto do pesquisador acadêmico. Quando busca intelectuais para ocupar

suas páginas impressas ou digitais, o editor de uma plataforma jornalística deve preferir autores que, independentemente da corrente à qual se filiam, enriqueçam o debate público ao argumentar, sempre, com base em fatos. Fatos que estão na raiz do próprio método jornalístico, que guarda alguma semelhança com a pesquisa histórica, como faz questão de destacar Bucci: “O jornalismo é um método de conhecimento imediato da história, baseado nas técnicas de reportagem (entrevistas, investigação, análise de textos e de documentos), que se ordena numa forma narrativa particular, cujas virtudes são a precisão, a veracidade, a objetividade, a inteligência analítica, a crítica e a elegância de estilo.” (BUCCI, 2015)

No segundo capítulo, trabalhamos para entender os conceitos de direita e esquerda após a queda do Muro de Berlim. Novamente, nossos referenciais teóricos centrais são dois: Norberto Bobbio e Anthony Giddens. A nosso ver, seus conceitos abarcam a fragmentação de posições políticas que se seguiu ao final da Guerra Fria. Hoje, é incorreto ou preguiçoso usar os termos “esquerda” e “direita” no singular. É mais apropriado falar em “esquerdas” e “direitas”, dado o pluralismo de visões que emerge dos quatro eixos que, na soma, a obra de Bobbio e Giddens propõe: democracia, inclusão social, economia e cultura. (BOBBIO, 1994, e GIDDENS, 1994)

No terceiro e no quarto capítulos fazemos um breve histórico, respectivamente, das correntes de pensamento que formaram as esquerdas e direitas contemporâneas no Brasil. No caso das esquerdas, mostramos como tal pensamento se desenvolveu principalmente nas academias e “think tanks”: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) nos anos 1950, o Seminário Marx entre professores da Universidade de São Paulo nos anos 1960, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) nos anos 1970 e assim por diante (BARIANI, 2005), e (SCHWARZ, 1994). É interessante notar como intelectuais que passaram por essas instituições acabaram conseguindo protagonismo na política brasileira nos anos 1990 e 2000, a bordo dos dois principais partidos políticos das primeiras décadas de nossa democracia: PSDB e PT. No caso das direitas, mostramos como os dois primeiros formuladores da feição desta corrente política, Eugenio Gudin e Roberto Simonsen, nasceram dentro do governo ditatorial de Getúlio Vargas. (GUDIN e SIMONSEN, 1978). Discorreremos depois sobre os think tanks liberais surgidos nos anos 1980 e 1990 no Brasil, e examinamos o conservadorismo popular brasileiro em comparação com o britânico e o americano. Ao longo dos dois capítulos, bebemos o tempo todo dos estudos dos professores André Singer sobre

esquerdas (SINGER, 2002), Camila Rocha sobre direitas (ROCHA, 2017), e Carlos Gustavo Poggio (POGGIO, 2018) acerca das peculiaridades do conservadorismo brasileiro – que, ao contrário do anglo-saxão, carece de institucionalização dentro da academia.

Nem só de divergências vive a discussão pública. No capítulo 5, mostramos como o debate público se dá no âmbito dos problemas concretos dos países – que, nas democracias, balizam também, em grande medida, as discussões eleitorais. Recorremos novamente a André Singer, que mapeia os temas que preocupavam os eleitores as eleições presidenciais de 1994 e 1998, e cruzamos esta pesquisa com um ensaio de Renato Janine Ribeiro e com um livro de quatro autores que se aprofunda sobre os consensos, ou “crenças”, do debate público brasileiro. Em “Brazil in Transition”, os cientistas políticos Carlos Pereira e Marcus Melo e os economistas Lee Alstom e Bernardo Muller mostram como os brasileiros concordam em relação as necessidades de melhorar nossa inclusão social e qualidade fiscal das contas públicas, tudo isso dentro de um ambiente de democracia. (RIBEIRO, 2014), e (PEREIRA ET AL, 2016)

No sexto capítulo, cruzamos as referências teóricas dos capítulos anteriores, assim como os dados históricos, com fatos da realidade atual -- para compor, afinal, nosso referencial teórico para mapear a discussão pública brasileira. Concluímos que temos, atualmente, pelo menos oito correntes disputando o debate público: revisionistas, conservadores populares, conservadores, liberais, social-democratas, progressistas, nacionalistas e socialistas.

No capítulo 7, cruzamos três referenciais teóricos com o objetivo de lançar luz sobre quem participa do debate público nas democracias. Seria simplificador dizer que apenas o debate se restringe aos representantes eleitos pelo povo nos parlamentos. Seria exagerado dizer que toda a população dos países participa do debate público, dada a democratização da opinião promovida pela era das redes sociais. Recorremos, então, a Jurgen Habermas, que recorda os primórdios do debate na imprensa – a “discussão mediante razões” – durante o Renascimento Comercial da Idade Moderna (HABERMAS, 2001). Cruzamos seu conceito de “esfera pública” com o de “sociedade civil”, em leitura que Norberto Bobbio faz da obra de Antonio Gramsci (BOBBIO, 1999). Por fim, mostramos a proximidade entre os dois

conceitos, e de ambos com a ideia de “dominant network” proposto pelos autores do livro “Brazil in Transition” (PEREIRA ET AL, 2016). Nossa hipótese é que, no debate público, a academia funciona como instância de “validação” do conhecimento -- num sentido aproximado ao proposto pela socióloga Sarah Thornton em seu livro “Sete dias no mundo da arte” (THORNTON, 2010). Passar pelo crivo da academia torna um intelectual elegível a ser convidado a participar do debate público nas plataformas noticiosas, além de distingui-lo da opinião “leiga” manifestada nas redes sociais. Seria, talvez, a oposição entre a “conversa inteligente”, informada, e a “conversa estridente” que ocorre no âmbito das redes sociais – às quais fazemos referência no subtítulo deste trabalho.

No capítulo 8, exemplificamos como nossa proposta de referencial teórico nos ajuda a mapear as diferentes correntes existentes no debate público brasileiro, e como elas se expressam nos colunistas da imprensa. Tal debate é um corpo a corpo dos intelectuais acadêmicos com a concretude do dia-a-dia do país. Através dessa luta, podemos entrever com clareza as diversas tendências políticas, observando como cada colunista se posiciona diante dos fatos. Podemos também observar como as “crenças” brasileiras, tais como apresentadas em “Brazil in Transition”, são efetivamente arraigadas. Articulistas de correntes diferentes cerram fileiras defendendo-as. Assim como há divergências, há também convergências. Isso fica claro quando observamos, comparativamente, as posições de um mesmo colunista diante de um governo de tintas nacionalistas, social-democratas e socialistas (Dilma Rousseff) e outro de tendências revisionistas, conservadoras populares e liberais (Jair Bolsonaro).

No capítulo 9, por fim, chegamos a nossas conclusões.

Para os cientistas políticos, a redemocratização brasileira se insere na terceira onda de democratização do pós-guerra. A primeira veio logo após a vitória dos aliados, que demoliu dois tipos de autoritarismo – o fascismo e o nazismo. Restou o comunismo, com quase cinquenta anos de Guerra Fria. Neste contexto surgiram as ditaduras militares latino-americanas, que se ergueram sob o pretexto de deter avanços comunistas ao sul dos Estados

Unidos. Pretexto quase sempre exagerado, dada a fraqueza e o caráter quase institucional dos partidos comunistas na região. Essas ditaduras ruíram, uma a uma, quando a Guerra Fria começou a “esfriar”. Foi a segunda onda da redemocratização. A terceira se deu pouco depois, com a queda da União Soviética e final definitivo da Guerra Fria. Iniciou-se um período, definido pelo filósofo americano Francis Fukuyama como “o fim da história”, em que a maioria da humanidade passou a viver sob regimes democráticos (FUKUYAMA, 2015). Várias entidades – entre elas a americana Freedom House e a sueca V-Dem – monitoram a quantidade e a qualidade dos regimes democráticos ao redor do mundo.

Os números dessas entidades mostram que as democracias vêm enfrentando uma espécie de refluxo ao redor do mundo. Para alguns autores, como o americano Steven Levitsky, tal refluxo coloca em ameaça a própria sobrevivência dos regimes democráticos em vários países. Depois do lançamento de seu livro “Como as Democracias Morrem”, puxado no tom da polêmica, vários cientistas políticos – entre eles um dos decanos da ciência política atual, o polonês Adam Przeworski – contestaram ou relativizaram suas ideias (LEVITSKY, 2017), e (PRZEWORSKI, 2019). Levitsky defende que o fim dos regimes democráticos não se dá mais com golpes militares ou revoluções socialistas – hoje considerados exotismos discutidos apenas em partidos extremistas. Em vez disso, segundo ele, as democracias são ameaçadas de morte por dentro, quando governos eleitos minam suas instituições. Surge aí o fenômeno do populismo, em que líderes polarizadores ascendem ao poder Executivo e passam a trabalhar contra o Legislativo e o Judiciário.

A maior parte das relativizações feitas ao trabalho de Levitsky confrontam sua teoria com a realidade – bastante diversa – das democracias nos diferentes pontos do planeta. O estado de saúde delas varia bastante. Levitsky foi criticado, por exemplo, por de certa forma equiparar a democracia americana, cujas instituições foram construídas e reforçadas ao longo de mais de duzentos anos, com países de democratização recente, como Hungria ou Turquia. Este estudo tende a concordar com cientistas políticos brasileiros que, relativizando Levitsky, consideram a democracia criada aqui relativamente sólida em termos institucionais, embora bem mais jovem que a americana ou as europeias. Segundo esses estudos, vários fatores jogam a favor da democracia brasileira. Um deles é a presença de algum tipo de representação eleitoral mesmo em períodos ditatoriais. Outro é a existência de elites competitivas desde o período do império, o que sempre garantiu algum tipo de alternância de poder. Por último,

como veremos na análise de um livro que é um dos pilares deste trabalho, o trauma da ditadura militar fez da democracia um dos três grandes consensos brasileiros, ao lado da inclusão social e da responsabilidade fiscal. (PEREIRA ET AL, 2016)

Isso não significa, no entanto, que temos uma democracia às mil maravilhas. Os indicadores das instituições internacionais mostram que a qualidade da democracia brasileira vem piorando nos últimos anos. Tal piora, se não chega a ameaçar a solidez das instituições, é constante e preocupante. O propósito deste trabalho parte da constatação de que tal piora se deve a duas doenças irmãs. O populismo, já descrito acima. E o ambiente que permite que o populismo viceje – o da polarização. Como observa Hans Werner Muller em seu livro sobre populismo, todo populista é alguém que reduz a complexidade da democracia a apenas dois lados (MULLER, 2017). O do povo – que invariavelmente está com o populista. E o dos que estão contra o populista – que, na mentira essencial do populismo, estariam também contra o povo. Só quem lucra com a polarização é o populista. A ideia de que só existem dois lados é uma grande “fake news”, para usar um termo da moda – que destrói o debate público e, por extensão, a democracia.

Imprensa e democracia têm algo em comum. Ambas se beneficiam da “era da diversidade” em que vivemos – entendendo-se por era da diversidade a fragmentação ideológica que se acentuou com a queda do Muro de Berlim (BOBBIO, 1994) e (GIDDENS, 1994). Nas democracias, a polarização empobrece o debate e favorece os políticos de tendência autoritária – mas a democracia só floresce em meio a um debate diverso, múltiplo e baseado em fatos. O jornalismo, igualmente, se alimenta do debate. Ele precisa ser, ao mesmo tempo, mediador, arena e participante do diálogo público. O maior risco que o jornalismo corre é, numa sociedade polarizada, aderir incondicionalmente a um dos lados. Como fica claro na obra de Hannah Arendt, um dos pilares teóricos deste estudo, o jornalismo, numa situação assim, perderia sua essência, que é a busca da verdade factual (ARENDT, 1963). Todas as suas reportagens ficariam sob suspeita de favorecer uma determinada agenda partidária. Um jornalismo partidário, assim, perderia sua força política. No jornalismo partidário, toda opinião é, por definição, frouxa.

Como já se disse, para além da reflexão que possa provocar, e do olhar que propõe sobre os diferentes posicionamentos políticos, este trabalho pretende trazer instrumentos para que editores reconheçam a pluralidade do debate democrático brasileiro, para melhor refleti-lo nas páginas impressas ou virtuais dos veículos em que trabalham.

É legítimo ter algum otimismo com nossa democracia, que nasceu em manifestações de rua como a de 25 de janeiro de 1984 e foi capaz de engendrar um debate complexo e rico sobre o país. Para que a doença da polarização não destrua a saúde da nossa democracia, é preciso afiar os ouvidos para, sob a cortina da estridência, escutar a conversa inteligente.

CAPÍTULO 1 – A “PAIXÃO DA OBJETIVIDADE”: O JORNALISMO COMO ARENA, PARTICIPANTE E MEDIADOR DO DEBATE PÚBLICO

Para compor um marco teórico sobre o debate público brasileiro, é necessário mapear esse debate. Quais os seus eixos. Quais posições se articulam em torno desses eixos. Como o debate se formou ao longo do século 20, e como se espalhou pelos partidos políticos no período democrático. Como ele foi afetado pela queda do muro de Berlim e consequente fragmentação entre esquerdas e direitas – que está na raiz da “era da diversidade”. Quem são os debatedores: a “rede de influência” e os intelectuais que escrevem na imprensa. A título de ilustração – e, quiçá, material para um estudo futuro – exemplificamos com casos recentes de debates que mobilizaram colunistas acadêmicos na imprensa brasileira.

Permeando tudo, há uma inescapável discussão sobre o papel do jornalismo. A partir de um referencial teórico definido – a obra de Hannah Arendt e a leitura de Hannah Arendt feita por Eugênio Bucci na conferência “Pós-fatos pós política, pós imprensa: a democracia e a corrosão da verdade” – definiremos o jornalismo como uma atividade que tem por essência a busca da verdade factual no registro dos acontecimentos imediatos (BUCCI, 2017). Essa verdade factual, que definiremos com mais profundidade a seguir, é ao mesmo tempo resultado de uma tradição ocidental e algo que tem um valor de mercado – o que permite a sobrevivência, ao longo dos séculos, do jornalismo como atividade comercial. Como mostra Jurgen Habermas, o jornalismo surge praticamente junto com o renascimento comercial que acompanhou o humanismo (HABERMAS, 2001). Nesta que é considerada a primeira fase da globalização, a partir do século XV, os comerciantes precisavam de informações precisas sobre preços e mercados nos diferentes países onde vendiam suas mercadorias. Pagavam por isso – e aí nasceu o modelo de negócio do jornalismo. Essa verdade factual, que tem um inegável valor econômico, é fruto igualmente de uma tradição ocidental, a “paixão da objetividade” como definida por Hannah Arendt (ARENDT, 1963). Ela examina os clássicos da Grécia Antiga e mostra como de Heródoto a Homero, do historiador ao poeta, a

necessidade de estabelecer os fatos está na raiz de nossa cultura. A democracia se beneficia disso porque todo o debate público de qualidade se beneficia dessa busca da verdade factual.

Por jornalismo entende-se o conjunto de veículos que buscam a verdade usando um método jornalístico, a partir da “paixão da objetividade” definida pela filósofa alemã Hannah Arendt. Estes veículos podem ser “de legado” – títulos jornalísticos com tradição de muito tempo de atuação – ou de fundação recente. Podem ser impressos, digitais, radiofônicos, televisivos – ou, como é padrão atualmente, tudo isso junto, dado que vivemos a era multiplataforma.

O jornalismo, no entanto, vai muito além de apenas reconhecer uma linguagem, uma atividade econômica, e listar os meios pelos quais ela se expressa. A “paixão da objetividade” e a “busca da verdade” de Hannah Arendt constituem o chão sobre o qual o jornalismo se ergue, mas não são suficientes para definir o jornalismo, dado que várias outras profissões – o direito, por exemplo – também necessitam da verdade. Para abarcar a atividade jornalística em toda a sua complexidade, recorreremos a um conjunto de características básicas elencadas por Eugênio Bucci (BUCCI, 2015) – uma espécie de “programa mínimo” do jornalismo.

1. “A imprensa é a instituição social que se situa fora do Estado e longe do governo. É uma instituição não estatal, pois se sustenta diretamente na sociedade civil. O jornalista, encarregado de mediar o fluxo de informações e os diálogos múltiplos que têm lugar na instituição da imprensa, há de guardar distância em relação ao Estado e será tanto melhor quanto mais souber se apoiar na vida social (na sociedade civil ou no mercado, de modo complementar ou alternativo).
2. A imprensa é a instituição pela qual a sociedade debate livremente as ideias sobre as escolhas, os modos de viver e os destinos comuns de seus cidadãos. Sem a instituição da imprensa, a democracia é impossível e também inviável. Sem imprensa, a democracia se degradaria numa roda presa. Apenas por meio da instituição da imprensa o cidadão pode ter acesso a informações críticas sobre o poder. Somente pela instituição da imprensa ele tem acesso aos debates que tematizam a gestão da coisa pública. Apenas por meio da instituição da imprensa o cidadão pode efetivamente existir como a fonte consciente da qual emana o poder.

3. Nenhum poder – econômico, político, estatal, religioso, familiar, militar – pode estar acima da instituição da imprensa. Ou a imprensa é livre de ingerências ou não é imprensa.
4. Se podemos conceber a imprensa como instituição, devemos inferir que o seu idioma é o jornalismo. Sob outro ângulo, podemos dizer que o jornalismo é a profissão daqueles que, na instituição da imprensa, estão socialmente incumbidos de atender ao público em seu direito à informação, segundo uma perspectiva crítica e independente. O jornalismo, então, não se define por aspectos estéticos ou formais. Ele não é determinado pelos componentes estilísticos de um dado discurso, nem mesmo por formalismos gráficos (um texto subdividido em título, olho, lead etc.). Ele se define antes por aquele a quem se destina, isto é, o cidadão, titular do direito à informação.
5. O jornalismo é a linguagem e a atividade daqueles que, na instituição da imprensa, trabalham, com independência editorial (frente a partidos, igrejas, governos, anunciantes, ONGs etc), para atender ao direito à informação do cidadão e são dignamente remunerados por isso. O jornalismo se define, portanto, como atividade regular e profissional.
6. Na sua Carta de Princípios (Statement of Principles), a American Society of Newspaper Editors (Asne), a Associação Americana de Editores de Jornais, apresenta uma síntese interessante. Diz que “o jornalismo exige de seus praticantes não apenas conhecimento e talento, mas também o compromisso com um alto padrão de integridade”. Os princípios da Asne ainda afirmam que “a função primária de reunir e distribuir as notícias e as opiniões é servir o bem-estar comum, informando as pessoas e capacitando-as a fazer julgamentos sobre os temas do nosso tempo”. Partindo disso, podemos afirmar o seguinte: o que um jornalista faz, no fundo, é contar aos seus contemporâneos o que as pessoas que despertam interesse estão fazendo, falando, sentindo. O jornalismo é a história narrada a quente (ou a sangue frio), em primeira mão.
7. Além de brilho e maestria no trato com a linguagem, como se fosse um artista da palavra ou da imagem, o jornalista se pauta igualmente pela correção, pela honestidade e pelo senso de justiça. Sem isso, o seu relato, ainda que encantador, não será confiável.
8. Jornalismo é sinônimo de independência, não custa repetir e repetir outra vez. Para funcionar direito, a democracia depende da vigência do princípio segundo o qual todo poder emana do povo e em seu nome é exercido. Eis por que a instituição da imprensa é indispensável. Aqui estamos falando de lógica elementar: para que os comuns do povo estejam aptos a delegar o poder, precisam estar bem informados sobre o poder. Para que a informação que eles recebem tenha qualidade, ela deve ser apurada e editada por equipes independentes dos poderes estabelecidos, equipes que dominem bem os recursos do idioma, que conheçam e pratiquem a ética profissional e que disponham das

habilidades, dos conhecimentos e das competências necessárias para que sua função possa almejar a excelência.

9. A liberdade de imprensa existe porque corresponde a uma necessidade estrutural do sistema (ou do regime) democrático: a de atender ao direito à informação. O direito à informação funda a necessidade da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. É nesse sentido que o primeiro dever do jornalista é ser livre. Engana-se quem pensa que o primeiro dever do jornalista é a verdade. Não é. E não é difícil explicar por quê. Apenas quando exerce a liberdade o jornalista encontra os requisitos necessários para enxergar a verdade dos fatos. O exercício radical da liberdade é pré-requisito para a busca da verdade jornalística. A verdade jornalística só se deixa ver ao jornalista que toma a liberdade como dever.
10. Além de linguagem (de idioma), além de profissão (de ofício regular, de atividade remunerada), o jornalismo também pode ser definido como método. É também como método que ele se distingue das outras atividades no vasto campo da comunicação social. O método jornalístico se define por um conjunto de práticas, necessariamente lícitas e legítimas, que vão desde os procedimentos de apuração dos fatos até os padrões discursivos pelos quais os fatos ou as ideias apuradas são noticiados. Esse método supõe o permanente diálogo com as fontes e com o público. O jornalismo é um método de conhecimento imediato da história, baseado nas técnicas de reportagem (entrevistas, investigação, análise de textos e de documentos), que se ordena numa forma narrativa particular, cujas virtudes são a precisão, a veracidade, a objetividade, a inteligência analítica, a crítica e a elegância de estilo. Tanto em texto como em som ou em imagem.
11. Quando investiga, o jornalista não investiga como policial (o policial pode receber autorização judicial para cruzar o muro das privacidades, e o jornalista não se habilita a isso). A investigação do repórter obedece a um método próprio, que passa pela conversa com as fontes (daí a necessidade de múltiplas técnicas de entrevistas), pelo cruzamento de dados públicos ou dados de interesse público, pela avaliação crítica de discursos os mais diversos (sejam eles políticos ou, quando se trata do jornalismo cultural, artísticos).
12. Tanto a apuração da reportagem quanto a sua narrativa específica – que vai do relato noticioso aos enunciados críticos e à retórica opinativa – se diferenciam das demais áreas da comunicação social porque estão baseadas na independência. Para noticiar os acontecimentos e as ideias que afetam a expectativa dos cidadãos em relação ao seu futuro próximo, sua identidade e seus direitos, a imprensa precisa demarcar sua liberdade institucional, prática e cotidiana. Visto dessa perspectiva, o jornalismo é o método pelo qual a instituição da imprensa age na democracia, um método cujo centro se apoia na independência em relação ao poder (governamental, econômico, religioso etc)

13. Quando se deixa capturar, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, por interesses estranhos à integridade do direito fundamental da pessoa humana à informação (e à comunicação, de modo mais amplo), notadamente pelos interesses abrigados no governo, nos partidos políticos e nos agentes econômicos, religiosos e sociais de maior influência no mercado ou no espaço público, o jornalismo se afasta da missão central que a democracia lhe outorgou: noticiar os fatos e as opiniões de interesse público, de modo a ajudar a sociedade a fiscalizar o exercício do poder – e de apoiar os cidadãos a formar com autonomia suas próprias opiniões. Também por aqui é fê constatar que, sem a independência, formal ou material, não há jornalismo.
14. Cabe à imprensa revelar as notícias que o poder teria preferido manter em sigilo. A notícia nada mais é que um segredo (do poder) desvelado e posto a público. A imprensa livre – livre do poder – é a única instituição capaz de proer ao cidadão o acesso aos dados, aos enunciados e às críticas que lhe permitem delegar, vigiar ou mesmo exercer o poder em sintonia com as demandas da sociedade.
15. O jornalista é portador das interrogações que o cidadão tem o direito de dirigir ao poder. Assim, fica mais fácil entender por que o jornalismo não se define por aspectos formais ou estéticos dos relatos com que se apresenta, mas pelo seu sentido ético. O jornalismo admite infinitas formas de enunciados e compartilhamentos de sentido. Pode tratar de atividades tão variadas quanto a pesca de salmão, a prática do futebol, a jardinagem ou o rock'n'roll. No seu núcleo entretanto, ele se define a partir de sua relação – tensa e crítica – com o poder. Isso significa que ele se define por seu compromisso inegociável com a liberdade de expressão e com o direito à informação. É desse núcleo que florescem as garantias políticas que asseguram a livre existência das múltiplas modalidades jornalísticas, ainda que essas pareçam – apenas pareçam – inteiramente desvinculadas da questão do poder.
16. O jornalismo se define, assim, por sua independência, seu método e, sobretudo, por aquele a quem se dirige: o direito à informação, de que todo cidadão é titular. Sem que a sociedade e o Estado democrático assegurem o direito à informação (e à comunicação) como um direito fundamental da pessoa humana, não há sentido em se falar na instituição da imprensa ou na profissão de jornalista.”

Tendo como ponto de partida os marcos teóricos de Hannah Arendt e Eugenio Bucci, o jornalismo é retratado, neste trabalho, como arena do debate público, na medida que publica opiniões divergentes sobre diversos assuntos. Na era da profissionalização dos intelectuais, muitas dessas vozes vêm da academia. O jornalismo atua também como mediador do debate público, na medida que atua como guardião de uma agenda acadêmica majoritária, como a identificada no livro “Brazil in Transition” (PEREIRA ET AL, 2016). Cabe ao jornalismo organizar o debate a partir dessa agenda. E atua, igualmente, como participante do debate, na medida que assume posições em relação aos temas da agenda – posições que, mais ou menos veementes, são por definição independentes e apartidárias. (Pode-se, como foi dito acima, usar métodos do jornalismo para a defesa de causas partidárias, o que é legítimo dentro da democracia. Muitos jornais hoje importantes surgiram dentro de partidos políticos. Quando se partidariza, no entanto, o jornalismo começa a enfrentar limitações que, ao fim de algum tempo, comprometem o próprio trabalho de busca da verdade. O partidarismo invariavelmente mata o jornalismo.)

Voltemos à questão do debate. Num regime de liberdade, o debate público por excelência se dá dentro dos parlamentos, entre os representantes eleitos pelo povo. Nas democracias modernas é impossível reviver a ágora da Grécia Antiga, sempre aberta à participação de todos. Assim, os cidadãos elegem seus representantes, dado que, envolvidos em seu dia-a-dia, não podem passar o tempo todo discutindo as questões complexas da governança.

Nas democracias modernas, no entanto, tal debate não se restringe ao Congresso Nacional – a arena legitimamente escolhida pelos cidadãos, que delegam a seus representantes o poder de discutir as questões centrais do país. Democracias se fazem de luta pelo poder e luta de ideias. E a luta de ideias se dá em diversas instâncias, que extrapolam em muito os parlamentos. Entre elas estão as universidades, onde diversas correntes disputam a hegemonia em debates sobre economia, política, inclusão social, educação, comportamento etc. Essa discussão traz à tona fatos e dados que municiam o debate oficial que ocorre dentro dos parlamentos, entre os representantes eleitos pelo povo. É saudável que os políticos procurem dentro da academia as bases de dados que municiam as políticas públicas, além de

se informar sobre os debates em torno dos diferentes temas da agenda. É saudável que a academia permita esse tipo de aproximação. Que ocorre com frequência cada vez maior o Brasil, embora ainda menor que a frequência desejada.

A academia não é, no entanto, a única instância “informal” de debate de ideias dentro das democracias. Este papel cabe também à imprensa, irmã siamesa da academia como fórum do debate público. A imprensa participa do debate de duas formas. A primeira é noticiando os lances da disputa de ideias dentro dos parlamentos, cotejando os discursos e propostas dos políticos com o conhecimento estabelecido sobre os diversos temas. A imprensa não é apenas “watchdog” do poder no sentido de investigar a corrupção política. Cabe a ela aplicar o teste da realidade – o que os ingleses chamam de “reality check” – às propostas dos representantes eleitos. Veículos que têm um foco maior na disputa de ideias para além da disputa de poder, como a revista britânica “The Economist”, empregam jornalistas de formação acadêmica sólida ou com muitas fontes dentro das universidades. Cabe a eles fazer esse cotejo – o que dizem os políticos sobre os temas, e qual o conhecimento estabelecido sobre esses mesmos temas. Tal cotejo, na era multiplataforma, pode ser editado em reportagens analíticas e entrevistas, em vídeos e podcasts, em jornalismo visual impresso ou digital – e, ao separar o debate legítimo do populismo sem fundamento, cumpre uma função importante na qualificação do debate público. Em suma, o jornalismo faz a ponte entre a política das ruas e a academia, separando o joio do populismo – afirmações lançadas apenas para conseguir votos ou repercussão nas redes sociais – do trigo dos argumentos com um mínimo de base factual que merecem ser levados a sério num debate efetivamente democrático.

A segunda forma de participação da imprensa no debate público – objeto dos exemplos contidos na última parte deste trabalho -- são as colunas de intelectuais e acadêmicos dentro dos jornais. Na primeira modalidade, que vimos acima, o sujeito é o jornalista. Ele acompanha o debate de ideias e faz a ponte, ou a mediação, entre as discussões nos parlamentos, que ele acompanha de perto, e o conhecimento estabelecido, na figura de intelectuais que são suas “fontes”. Na segunda, os sujeitos são os próprios intelectuais que passam a escrever dentro dos jornais. Nesta modalidade, o debate acadêmico transpõe os muros das universidades. Cabe aos editores dos veículos fazer a curadoria para que as vozes relevantes no debate público estejam representadas. De preferência, vozes com autoridade, com argumentos calcados em fatos e dados – o debate de alto nível – e não a “lacração” vazia.

Ao fazer um mapeamento das correntes políticas do debate brasileiro a partir do capítulo 6, o presente trabalho pretende ser um instrumento auxiliar na identificação das diversas correntes que disputam o debate de ideias num país plural como o Brasil. Tal debate, às vezes polido e às vezes ruidoso, constitui a essência mesmo da democracia, no que tem de harmônico e no que tem de dissonante.

Há algo de fascinante em perceber como essas discussões se desenrolam nos veículos, e como o debate se torna cada vez mais rico e polifônico na era digital. Esse debate, no entanto, muitas vezes passa despercebido, não apenas pela competição com a estridência das redes. Falta também entendimento do papel da imprensa. Trata-se de um fenômeno de países de democratização recente, como o Brasil. Mas não apenas isso. Mesmo em democracias mais antigas o papel da imprensa às vezes é mal compreendido, numa era onde os políticos têm cada vez mais ferramentas para atacar a credibilidade da instituição. A ausência de barreiras de entrada para a criação de novos veículos – que não deixa de ser saudável para a democracia – aumentou a confusão entre plataformas jornalísticas e plataformas militantes. Vivemos a era da sociedade em rede (CASTELLS, 2009), onde uma reportagem não é um fim em si, mas o início de um diálogo entre os jornalistas e os usuários de uma plataforma digital.

Foi-se o tempo em que o jornalista era o “emissor” e o leitor um “receptor” passivo. Na era da sociedade em rede, o jornalista faz parte de uma cadeia de diálogo na qual cada produção sua – artigo, reportagem, entrevista – é o início de uma conversa. Para que este modelo -- que começou a tomar forma na metade da segunda década deste século – funcione, é necessário que o papel do jornalista fique claro como nunca dentro da comunidade de leitores da qual ele faz parte. Como foi dito acima, é parte do papel dos veículos refletir sobre os fatos, e também participar dos diversos debates dentro das sociedades. Ou seja, cabe também aos jornais opinar e publicar opiniões. Ser, a um só tempo, a arena do debate público, mediador do debate público e uma voz no debate público. No Brasil nem sempre isso é percebido de forma clara. A publicação de análises e opiniões é vista, muitas vezes, como manipulação – e vem daí a confusão entre “veículos jornalísticos” e “veículos militantes”. Nada pode ser mais incorreto. A análise e a opinião são essenciais dentro do jornalismo, desde que respeitem um parâmetro básico: erguer-se sobre as balizas da “verdade factual” – na acepção pretendida por Hannah Arendt (ARENDR, 1967). Como observa Eugênio Bucci

em seu texto “Para ensinar é preciso saber definir a profissão”, tal entendimento pode ter razões históricas:

“A cultura política média no Brasil não fixou, até hoje, um consenso mínimo em torno de um entendimento moderno da instituição da imprensa. Em lugar de ser concebida como o espaço social gerado pela atividade jornalística independente, a ideia de imprensa, entre nós, costuma ser tacitamente assimilada como uma espécie de dispositivo técnico para difundir informações de interesse geral. O bom jornalista e o bom veículo jornalístico seriam, portanto, tecnicamente neutros, como um sistema de encanamento impermeável e esterilizado, aptos a conduzir a notícia sem contaminá-la com subjetivismos impróprios. Segundo essa concepção tácita, o ato de contestar com vigor, de duvidar e de difundir a dissidência tem sido visto como distorção a ser evitada, como vício. Não foi assim que as democracias de mais estabilidade assimilaram a imprensa e o jornalismo. Na Inglaterra, na França ou nos Estados Unidos, o ideal de que os jornais devam ser simplesmente assépticos não tem lugar. As virtudes da objetividade, por certo, são bastante cultivadas, mas sem prejuízo da franca liberdade de opinião e do desejável ecossistema de confronto de opiniões.” (BUCCI, 2015).

O “desejável ecossistema de confronto de opiniões” é o ambiente no qual nos moveremos para, neste trabalho, compor nosso referencial. Ele se beneficia da proximidade entre jornalismo e academia, que há muito tempo, como vimos, é forte nos países anglo-saxões – e se aplica cada vez mais ao contexto brasileiro. Digitais ou impressos, tradicionais ou recém-fundados, os veículos jornalísticos, no Brasil, vivem próximos da universidade. Num mundo em que a notícia se tornou commodity, os jornalistas sabem que a informação que tem valor para seus leitores é aquela que vem analisada e contextualizada. Para isso, jornalistas entrevistam acadêmicos com frequência, e jornais os incluem, crescentemente, intelectuais em seu time de colunistas.

Tal proximidade entre jornalismo e academia, no Brasil, é antiga. A universidade de São Paulo foi fundada por iniciativa de um político, Armando de Salles Oliveira, e um jornalista, Julio de Mesquita Filho, da família que há mais de cem anos está à frente de O Estado de S. Paulo. Ao longo do século 20, intelectuais da universidade passaram a escrever

com frequência nos jornais. Lembra o sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – que, no momento em que este estudo é elaborado, é colunista de O Estado de S. Paulo: “Eu escrevi na Folha por muitos anos. É interessante, porque no passado a USP era irmã gêmea do jornal O Estado de S. Paulo, já que eles participaram da formação da universidade. Mas quando veio o golpe de 1964, a Abril e a Folha foram as maiores beneficiárias do ponto de vista de aproveitar os intelectuais. A Abril dava emprego para muitos, com os folhetos e a edição de clássicos, e a Folha, como o velho Frias tinha uma cabeça rápida, percebeu que tinha que abrir as colunas. Isso é bom, porque leva a intelligentsia a se preocupar com coisas que não são da intelligentsia, são da vida. Não dá para falar de Kant em toda coluna.”

A proximidade entre o ofício do jornalista e o do intelectual é descrita magistralmente pela filósofa alemã Hannah Arendt em seu ensaio “Verdade e Política” (ARENDT, 1963). No texto, fica claro que jornalistas e intelectuais são os dois tipos de profissionais pagos pela sociedade para trazer à tona a verdade. Esta busca da verdade – ou “paixão da objetividade”, nas palavras da filósofa – está no cerne das duas profissões. Um político pode mentir e ser reeleito. Um jornalista ou um intelectual que mente se desmoraliza a ponto de perder o trabalho e a carreira – seu “valor de mercado”. As verdades que o jornalista e o intelectual buscam costumam ser, no entanto, tipos diferentes de verdade. Hannah Arendt as define, respectivamente, como “verdade factual” e “verdade racional” (ARENDT, 1963). Pode-se dizer que o debate público digno deste nome se compõe das “verdades racionais” que se erguem a partir da mesma “verdade factual”. O jornalismo fornece a cama de fatos e dados sobre a qual se ergue o debate público.

Alguns jornalistas refletiram sobre a proximidade das duas profissões moldadas pela “paixão da objetividade” – o repórter e o intelectual. Provavelmente, a primeira jornalista a associar a reportagem explicitamente à busca de conhecimento – com uma metodologia, obviamente, diferente da metodologia acadêmica – foi Lillian Ross, da revista *The New Yorker* (ROSS, 2005). No primeiro capítulo de sua reportagem sobre o filme “A Glória de um Covarde”, de John Huston – publicada em quatro partes, e mais tarde reunidas num livro que talvez seja o maior clássico do jornalismo cultural – ela escreveu: “Decidi seguir do começo

ao fim a história daquele filme em particular, com o objetivo de aprender o que pudesse sobre a indústria cinematográfica americana” (ROSS, 2005). Ross cumpre seu intuito. Usando o jornalismo como método, na acepção definida acima por Eugenio Bucci (BUCCI, 2015) – averiguação presencial e entrevistas – e técnicas narrativas próprias do jornalismo, ela transcende, em muito, a mera história de um fracasso cinematográfico. É possível dizer, sem condescendência, que atinge um conhecimento profundo sobre a “indústria cinematográfica de seu tempo” (ROSS, 2005). Sem usar forma dissertativa, sem usar linguagem de ensaio, Ross, no alinhamento factual de sua reportagem, transmite uma reflexão profunda sobre a indústria cinematográfica americana que pretende retratar no livro.

Quando escreveu o livro “Filme”, Ross era jornalista free-lancer da *The New Yorker*. A cobertura cinematográfica de seu tempo se restringia à crítica e a notas sobre os artistas “plantadas”, em geral, pelos próprios assessores de imprensa de Hollywood. Havia poucas reportagens de bastidores sobre os filmes. Os publicistas dos estúdios achavam que isso acabava com a magia do cinema, ao mostrar os heróis e divas das telas como seres humanos normais. O conceito de cinema autoral apenas começava a surgir. Um de seus principais expoentes era justamente o diretor John Huston, que se notabilizava por adaptações de obras literárias para as telas. Para um diretor de cinema autoral, a questão da “magia do cinema” não era crucial. Este foi um dos motivos que levou Huston a franquear os bastidores de sua filmagem a Lillian Ross. O outro foi a proximidade entre a jornalista e o diretor. Ross havia feito um perfil de Huston para a *The New Yorker* anos antes, e Huston – algo não muito comum no jornalismo – havia gostado do resultado. Ross teve acesso irrestrito aos bastidores das filmagens, mas não se contentou com isso. Fez questão de entrevistar todos os envolvidos na cadeia de comando do estúdio Metro Goldwin Mayer – do fundador Louis B. Mayer ao ator principal do filme, Audie Murphy, passando pelos executivos de estúdio Dore Schary e Gustav Reinhardt e pelo próprio diretor John Huston. O fato de o filme ter fracassado ajudou Ross. Décadas antes do nascimento do que hoje chamamos de “indústria criativa”, ela mostrou como a lógica de um grande estúdio não diferia muito de uma corporação burocrática dos anos 1950 – e como tal burocracia poderia ser danosa à criação de um produto artístico.

A série de reportagens de Lillian Ross sobre “A Glória de um Covarde” foi publicada em cinco partes entre maio e junho de 1952 na *The New Yorker*. Vinte e um anos depois, igualmente em cinco partes, saía na mesma *The New Yorker* a série de reportagens

“Eichmann em Jerusalém”, escrita por Hannah Arendt. A reportagem – que se tornou histórica, virou livro e está disponível hoje no site da revista *The New Yorker* – retrata o julgamento do nazista Adolf Eichmann, entre 1961 e 1962 (ARENDT, 2017). A reportagem foi bastante criticada por retratar Eichmann não como um monstro, mas como um burocrata que era apenas parte de uma máquina destinada a exterminar pessoas. Entidades de defesa das vítimas do holocausto protestaram contra Hannah Arendt. Em parte para responder às críticas que recebeu, Hannah Arendt escreveu o ensaio “Verdade e Política”.

O artigo é bibliografia básica dos cursos de comunicação por desenvolver conceitos que ajudam a entender o cerne do trabalho do jornalista e do intelectual, e em que medida tal trabalho tem impacto político – o que maximiza o impacto político, de acordo com a autora, é justamente o seu afastamento da política partidária. Entre esses conceitos estão “verdade factual”, “verdade racional” e “paixão da objetividade” (ARENDT, 1963). Hannah Arendt defende que a busca da verdade factual é uma tradição cultural do ocidente, desde os gregos. Defende que essa função, exercida por jornalistas e intelectuais, tem um efeito eminentemente político – e se torna ainda mais político quanto mais estiver afastado da disputa por poder. A conclusão de Hannah Arendt é que a busca da verdade factual incomoda o poder na medida em que mostra limitações da política. E tais limitações constituem parte da essência do debate público – dado que a política, “a arte do possível”, não pode tudo. Ela tem que jogar o tempo todo com a realidade dos fatos – a “verdade factual”.

Hannah Arendt começa a definir a verdade factual da forma mais simples possível, recorrendo ao historiador grego Heródoto. Para ele, verdade consiste simplesmente em “dizer o que é” (ARENDT, 1963). Em sua produção como historiador, Heródoto defendia que, ao retratar os heróis das guerras, era necessário estabelecer os fatos com grande precisão, para “dar a justa medida de sua grandeza”. Outras afirmações nos ajudam a entender o que é verdade factual. Algo que aconteceu no passado e foi presenciado por várias testemunhas. Ao se cruzar as informações vindas de diversas “fontes”, é possível reconstituir os fatos com alguma precisão. Arendt cita uma anedota envolvendo Georges Clemenceu, primeiro-ministro da França durante o final da Primeira Guerra Mundial. Perguntado sobre como os historiadores do futuro veriam a guerra, ele respondeu: “Não sei. Só sei que não poderão dizer que a Bélgica invadiu a Alemanha” (ARENDT, 1963). A invasão da Bélgica e de Luxemburgo pelo exército alemão, que pretendia conquistar uma posição privilegiada para

atacar a França, é um fato passado – e fatos passados não podem mais ser mudados. A partir dessa constatação, Hannah Arendt avança em sua definição de verdade factual, em oposição à verdade filosófica: "A verdade filosófica, quando surge na praça, muda de natureza e torna-se opinião, porque se produz (...) um deslocamento não apenas de um raciocínio para outro, mas de um modo de existência humano para outro. A verdade de fato, pelo contrário, é sempre relativa a várias pessoas: ela diz respeito a acontecimentos e circunstâncias nos quais muitos estiveram implicados; é estabelecida por testemunhas e repousa em testemunhos; existe apenas na medida em que se fala dela, mesmo que se passe em privado." (ARENDT, 1963)

Embora defina a verdade factual em oposição à verdade racional, ou filosófica, Arendt deixa claro que ambas andam juntas, e uma não existe sem a outra, dado que a opinião – ou argumento racional, ou especulação filosófica – perde força quando não é lastreada em fatos: "Os fatos são a matéria das opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e diferentes paixões, podem diferir largamente e permanecer legítimas enquanto respeitarem a verdade de fato. A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os fatos não estiver garantida e se não forem os próprios fatos o objeto do debate. Por outras palavras, a verdade de fato fornece informações ao pensamento político tal como a verdade racional fornece as suas à especulação filosófica" (ARENDT, 1963).

Nesse trecho, Hannah Arendt deixa entrever a própria essência do debate público de alto nível, a disputa de ideias dentro das democracias. Ele opõe "verdades racionais" igualmente válidas, assentadas sobre a mesma base de "verdade factual". A verdade factual, como reafirma constantemente Hannah Arendt, é eminentemente política. Sua força política, no entanto, é de natureza diferente. Ela é uma força política externa à luta política. Dentro das sociedades, é delegada a intelectuais e jornalistas – os profissionais que vivem da “paixão da objetividade” – a missão de buscar a verdade de forma independente. O valor dessas duas profissões está na busca da verdade. Valor que, como se disse, pode ser entendido até do ponto de vista de mercado. O ponto central da argumentação de Hannah Arendt é que a verdade jornalística é extremamente forte quando se coloca fora da disputa política partidária. Por uma razão simples. Ela é percebida pela sociedade, desta forma, como fruto apenas da busca da verdade inerente ao ofício jornalístico. Se um veículo se torna partidário, passa a ter o que hoje em dia se chama de “agenda”, a serviço de uma “narrativa” – para utilizar outra palavra que entrou em voga recentemente. Ter convicções veementes, assim, é próprio dos

bons jornalistas e dos bons veículos jornalísticos. Defender veementemente lados na luta política, ao contrário, enfraquece o papel propriamente político dos jornalistas e dos veículos.

Hannah Arendt mostra como a busca da verdade está no cerne de outras profissões dentro da democracia, e como o próprio sistema político as reconhece como instâncias exteriores à luta partidária. "O domínio político reconheceu que tinha necessidade de uma instituição exterior à luta do poder acrescentando-se à imparcialidade requerida na aplicação da Justiça; o fato desses lugares de ensino superior estarem em mãos privadas ou entre as mãos públicas tem pouca importância; a sua integridade como a sua própria existência dependem de qualquer modo da boa vontade do governo. Verdades inoportunas emergiram das universidades e o anfiteatro produziu inúmeras vezes verdades inoportunas; e essas instituições, tal como outros refúgios da verdade, permaneceram expostas a todos os perigos que nascem do poder social e político. De qualquer modo, as possibilidades da verdade prevalecer em público são, certamente, altamente favorecidas pela simples existência de tais locais e pela organização dos homens de ciências independentes, em princípio desinteressados, que lhe estão associados. E não se pode de modo algum negar que, pelo menos nos países governados constitucionalmente, o domínio político reconheceu, mesmo em caso de conflito, que tem interesse na existência de homens e instituições sobre os quais não tem poder" (ARENDT, 1963).

Hannah Arendt vê tal qualidade – a de "instituição exterior à luta pelo poder" -- também na imprensa, que para a autora caminha paralelamente às ciências históricas e às humanidades. "As ciências históricas e as humanidades, que supostamente devem estabelecer, assumir e interpretar a verdade de fato e os documentos humanos, são politicamente de uma importância maior. O fato de dizer a verdade de fato compreende muito mais que a informação cotidiana fornecida pelos jornalistas, ainda que sem eles nunca nos pudéssemos situar num mundo em mudança perpétua e, no sentido mais literal, não soubéssemos nunca onde estávamos. Isso é, certamente, da mais imediata importância política. Mas se a imprensa se tornasse alguma vez realmente o "quarto poder", deveria ser protegida contra todo o governo e agressão social ainda mais cuidadosamente do que o é o poder judicial. Porque essa função política muito importante que consiste em divulgar a informação é exercida do exterior do domínio político propriamente dito; nenhuma ação nem nenhuma decisão política estão, ou deveriam estar, implicadas" (ARENDT, 1963).

A distinção feita por Hannah Arendt ecoa, de certa forma, a dualidade definida pelo filósofo Max Weber em suas conferências "A Ciência como Vocação" e "A Política como Vocação". O cientista, para Weber, teria como razão de ser a busca da verdade. Já o político teria como razão de ser o proselitismo, a argumentação. Ou, como ele escreve em "A Ciência como Vocação", ao definir o trabalho do professor:

"Apenas se lhe pode exigir a propriedade intelectual de discernir que há dois tipos de problemas de todo heterogêneos: por um lado, a constatação dos fatos, a determinação de conteúdos lógicos ou matemáticos ou da estrutura interna dos bens culturais; por outro, a resposta à questão do valor da cultura e dos seus conteúdos singulares e de como se deve agir no seio da comunidade cultural e das associações políticas" (WEBER, 1917, versão digital).

Para Max Weber, assim como para Hannah Arendt, os dois valores – a ciência e a política -- são igualmente elevados, porém de naturezas distintas. A verdade factual é a base da ciência. A argumentação é a base da política. A política é mais nobre quanto mais assenta suas argumentações na verdade factual. Mas a política, a rigor, não precisa da verdade factual. Tanto que essa verdade factual, que é a matéria prima tanto da academia quanto do jornalismo, muitas vezes atrapalha os projetos de poder dos políticos. Porque, se os políticos não precisam da verdade para fazer promessas de campanha, eles são limitados pelos fatos em sua atuação. Um político pode prometer aposentadoria integral a todos os cidadãos durante uma campanha eleitoral. Para cumprir a promessa, no entanto, depende do orçamento público – um exemplo de fato limitador da política.

Vale repetir aqui a frase de Hannah Arendt: "A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os fatos não estiver garantida e se não forem os próprios fatos o objeto do debate" (ARENDT, 1967, versão digital). São os fatos que vertebram o debate político, e estabelecem seus limites. Ou, como conclui Hannah Arendt, numa exaltação à grandeza da atividade política: "A alegria e a satisfação que nascem do fato de estarmos em companhia dos nossos semelhantes, de agir em conjunto e de aparecermos em público, de nos inserirmos no mundo pela palavra e pela ação. (...) Contudo, aquilo que pretendia mostrar aqui é que toda essa esfera, apesar de sua grandeza, é limitada – que não envolve a totalidade da existência do

homem e do mundo. É limitada por coisas que o homem não pode mudar à vontade. E é apenas respeitando os seus próprios limites que esse domínio, em que somos livres de agir e de transformar, pode permanecer intacto, conservar a sua integridade e manter as suas promessas. Conceitualmente, podemos chamar de verdade aquilo que não podemos mudar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos mantemos e o céu que se estende por cima de nós" (ARENDT, 1963).

Hannah Arendt escreveu a reportagem "Eichman em Jerusalém" para a revista americana *The New Yorker*. Embora atuasse episodicamente como jornalista, e tenha compreensão do papel da imprensa, ela não dominava os meandros do exercício da profissão. Na conferência "A democracia e a corrosão da verdade", Eugênio Bucci, torna mais claro como o conceito de "política fora da política" se aplica ao jornalismo:

"O serviço que a escritora sintetiza como 'divulgação da informação' – apressadamente, pois, além da 'divulgação', a imprensa se ocupa igualmente da apuração, da checagem, da verificação e da edição – tem seu lugar no exterior ao domínio político na medida em que o repórter, para se investir de sua condição, deve plantar-se fora desse domínio. No plano deontológico, o lugar do repórter deve ser exterior ao domínio político. Na mesma medida, a democracia teria o dever de zelar permanentemente para que 'essa função política muito importante que consiste em divulgar a informação' não seja incorporada pela esfera do poder político em suas diversas extensões. Se isso ocorre, isto é, se o poder açambarca a 'função de divulgar informação', a verdade factual se esvazia em proveito das crenças típicas das agremiações partidárias, sejam elas inflamadas ou não, extremadas ou não" (BUCCI, 2017).

Hannah Arendt defende que a "paixão da objetividade" é uma característica da civilização ocidental, que viria desde os gregos Homero e Heródoto. Homero que, como se fora um jornalista, "ouve o outro lado" ao descrever a Guerra de Tróia na *Ilíada*. Heródoto por se preocupar em "quantificar" o "tributo de glória" das façanhas que narra.

"A procura desinteressada da verdade tem uma longa história. A sua origem precede, de modo característico, todas as nossas tradições teóricas e científicas, incluindo a nossa tradição de pensamento filosófico e político. Penso que é possível fazê-la remontar ao momento em que Homero decidiu cantar as ações dos troianos não menos que a dos Aqueus, e celebrar a glória de Heitor, o adversário e o vencido, não mais que a glória de Aquiles, o herói do seu povo. Isso nunca se tinha verificado antes; nenhuma outra civilização, qualquer que fosse o seu esplendor, tinha sido capaz de considerar com igual olhar o amigo e o inimigo, o êxito e a derrota – que, desde Homero, não foram reconhecidos como critérios decisivos do juízo dos homens, mesmo que sejam decisivos para os destinos humanos. A imparcialidade homérica ecoa em toda a história grega e inspirou o primeiro grande contador da verdade de fato, que se tornou o pai da história: Heródoto conta em todas as frases iniciais das suas histórias que tem o objetivo de 'impedir as grandes e gloriosas ações dos Gregos e dos Bárbaros de perderem o tributo de glória que lhes é devido'. Isso é a raiz daquilo a que se chama objetividade -- essa paixão curiosa, desconhecida fora da civilização ocidental, pela integridade intelectual a qualquer preço. Sem ela nenhuma ciência teria podido existir." (ARENDT, 1963)

Essa ideia de "integridade intelectual a qualquer preço" está presente na conclusão conferência de Eugênio Bucci, quando ele descreve a profissão de jornalista usando a chave de Hannah Arendt: "As esperanças, mesmo que exíguas, passam pelas redações formadas por jornalistas profissionais, como aquela redação que, nos anos 60, contratou uma 'reporter at large' chamada Hannah Arendt. Nelas, a verificação dos fatos é um exercício vigoroso, constante e contra: contra as maiorias consolidadas, contra o conforto das multidões, contra o gregarismo das torcidas, contra o poder. Entre os 'modos de estar só' de que Hannah Arendt falou, homenageemos o modo de ser do jornalista que volta o seu olhar para os acontecimentos mesmo onde nada acontece para buscar, nos fatos, uma verdade desprestigiada, modesta, cambiante, que, no entanto, não pode ser revogada, ignorada, nem mesmo mudada, uma vez que nela, efêmera, precária e frágil, se esconde o começo das demais." (BUCCI, 2017)

O “exercício vigoroso de verificação dos fatos, constante e contra” é o que define o papel do jornalismo no debate público. Tal verificação, como defendido acima, se dá em constante diálogo com a academia e com os acadêmicos, pesquisadores e formuladores das bases de dados e registros de fatos que permitem desmascarar o discurso dos políticos. É a partir daí de tais dados que o jornalismo e o jornalista exercem seu papel de “mediador”.

Para exercer a mediação e a curadoria a contento, no entanto, o jornalista precisa reconhecer a complexidade do debate público brasileiro. O primeiro passo é deixar de lado os conceitos antigos de esquerda e direita, que levam ao vício da polarização – e entender como as ideias políticas se fragmentaram, e como essa fragmentação se acentuou a partir da queda do Muro de Berlim.

CAPÍTULO 2 – DIREITAS E ESQUERDAS DEPOIS DA QUEDA DO MURO DE BERLIM – A FRAGMENTAÇÃO GERA A “ERA DA DIVERSIDADE”

O filme *Asas do Desejo*, lançado em 1987, foi uma das últimas produções rodadas na Berlim dividida pelo muro. Os personagens centrais eram dois anjos que tinham o poder de ler os pensamentos dos habitantes da cidade. Não era o único diferencial que possuíam. Ao contrário dos berlinenses, eles podiam passar do lado ocidental ao oriental, e vice-versa. O muro de Berlim cairia dois anos depois, e desde então – como os anjos – todos circulam livremente por uma das capitais mais vibrantes da Europa.

O muro de Berlim é o símbolo da polarização ocorrida no pós-guerra. O termo remete ao planeta terra e suas duas calotas polares, e também ao magnetismo. Pólos são sempre dois. Depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, em 1991, tornou-se obsoleto reduzir o debate público ao número dois – apenas uma esquerda e uma direita. Ele se fragmentou. Hoje, só é possível falar de direitas e esquerdas no plural.

Para ser preciso, reduzir o debate público a dois pólos sempre foi um atentado à inteligência e uma concessão ao pragmatismo dos maus políticos. As tradições liberal, conservadora, social-democrata, socialista – para falar nas correntes de pensamento político mais antigas, entre as existem até hoje – são complexas, sofisticadas, e seus desdobramentos variam de país para país. Estudadas com alguma profundidade, são igualmente fascinantes. O que significa que é legítimo que um socialista admire a beleza do pensamento conservador, sem deixar de ser socialista, e um liberal entenda, e se sinta intelectualmente provocado, pela síntese entre direitas e esquerdas urdida pela vertente social-democrata moderna – sem abrir mão, é claro, de suas convicções liberais. Este encantamento, ou no mínimo respeito intelectual mútuo, está na base das infinitas possibilidades de diálogo que existem entre as diversas vertentes, e que constituem a própria base da democracia. É possível, assim, entender que a democracia só existe quando é possível entender quem pensa diferente, aprofundar-se sobre as ideias de quem pensa diferente, respeitar quem pensa diferente e, a partir daí, buscar

consensos. Evitar sistematicamente quem pensa diferente, ser superficial em relação às outras correntes, fugir do diálogo e priorizar o dissenso ao consenso – o oposto de tudo isso – são atitudes próprias do autoritarismo, o oposto da democracia. O que significa que um socialista que evite se aprofundar sobre o pensamento conservador, por exemplo – ou vice-versa – é, por definição, um espírito autoritário.

A era da Guerra Fria foi a era da polarização justamente porque, com a luta por hegemonia entre Estados Unidos e União Soviética, se fez tábula rasa em relação a pluralidade de pensamentos. Era comum cultuar-se o pensamento pouco sofisticado segundo o qual havia apenas uma esquerda e uma direita, a esquerda tendo como referencial o socialismo soviético, enquanto a direita representaria o ocidente capitalista. Os termos direita e esquerda, no entanto, sobreviveram no debate público, e são empregados até hoje. O significado deles se pulverizou, e varia quase de país para país, de contexto para contexto. Neste trabalho, adotamos duas das definições mais aceitas, criadas por dois autores que escreveram sobre o tema logo depois da queda do Muro: Norberto Bobbio e Anthony Giddens. Ambos lançaram seus livros em 1994 – as traduções brasileiras são de 1995. O italiano Bobbio é metódico, “apolíneo”. O inglês Giddens é “dionisíaco”, cheio de intuições brilhantes – ou, como se diz em sua língua, “insightful”. Bobbio estabelece suas divisões em cima do eixo da “inclusão” e do eixo da “democracia”. Giddens se debruça sobre o terceiro eixo, o da “economia”, e traz à discussão um quarto, o da “cultura”. Inclusão, democracia, economia e cultura – eis, a nosso ver, o quarteto sobre o qual se articula o debate entre direita e esquerda na atualidade. Escolhemos os dois autores porque, ao cruzar os quatro eixos, surgem, como num caleidoscópio, múltiplos desenhos ideológicos, mais adequados à pluralidade que caracteriza os tempos atuais -- a “era da diversidade” em que vivemos. No pós-Guerra Fria, a polarização, como defendemos em vários pontos deste trabalho, nada mais é que uma simplificação, uma “fake news” que só favorece os populistas e os autoritários.

As ideias sobre o que são direita e esquerda no mundo político variam no tempo e nos lugares. O conceito surgiu na França revolucionária, e ao longo do século 18 costumava separar os que eram leais ao rei dos que se opunham a ele. Os girondinos, moderados e liberais, se sentavam à direita na assembleia, enquanto os jacobinos, radicais, ficavam à esquerda. No século 20, o conceito foi contaminado pela Guerra Fria. Foi quando surgiu a ideia de que a direita privilegiaria a “liberdade” e a esquerda, a “igualdade”. Essa ideia, hoje

totalmente ultrapassada, fazia sentido num mundo polarizado entre União Soviética e Estados Unidos, ao menos no campo do imaginário. A União Soviética, uma ditadura criada para criar maior equidade entre os cidadãos, representaria a abdicação da liberdade para conseguir mais igualdade. Os Estados Unidos, prósperos porém com um grande abismo entre ricos e pobres, representariam a primazia da liberdade sobre a igualdade.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, e a subsequente desintegração da União Soviética, em 1991, desestrutura esse quadro de referências a tal ponto que parte dos estudiosos não veem mais sentido no uso dos termos esquerda e direita. Trata-se de uma questão em aberto. Para Norberto Bobbio, tais termos continuariam a nortear por muito tempo o debate político (BOBBIO, 1995). Bobbio, no entanto, propõe um olhar novo sobre a velha dicotomia, num mundo em que sucessivas ondas de democratização põem fim aos diversos tipos de autoritarismo no ocidente, como vimos acima. Primeiro, o nazi-fascismo. Depois, as ditaduras militares latino-americanas. Por fim, o último autoritarismo a cair é justamente o dos países comunistas, provocando a terceira onda da democratização no leste europeu. Deixa de fazer sentido a oposição entre “liberdade” e “igualdade”. Se não chega a ser unânime, a democracia se torna uma ideia majoritária e vitoriosa no ocidente. Por isso, a dicotomia entre direita e esquerda, para Bobbio, deve ser pensada no interior das democracias. O cerne do pensamento de Bobbio é que, em países democráticos, a liberdade é um dado – e não serve mais para distinguir esquerda de direita. Já a questão da igualdade persiste – e é ela, sozinha, quem diferencia as duas categorias.

“O elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de ‘esquerda’, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que faz os homens desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (BOBBIO, 1995).

Da definição precisa de Norberto Bobbio é interessante destacar o que ele considera ser de esquerda “em termos práticos”: “Favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (BOBBIO, 1995). Tal ideia será recorrente nos autores que retornarão ao

mesmo tema. Cada vez mais as direitas são vistas como aquelas posições que se preocupam prioritariamente com a eficiência econômica, de forma a gerar mais prosperidade e oportunidade a todos – tal ideia ficará mais clara no exame da obra de Anthony Giddens. A esquerda acrescenta a essa ideia políticas públicas que objetivam “tornar mais iguais os desiguais” – políticas que, para a direita, podem comprometer a eficiência econômica, se empregadas em excesso. Tal discussão – recorrer com mais intensidade, ou menos intensidade, a políticas públicas destinadas a diminuir a desigualdade – constitui precisamente o cerne do debate entre as esquerdas e as direitas sintonizadas com o mundo moderno.

Segundo Bobbio, existe ainda uma clivagem a ser feita a partir da ideia de liberdade, que nada tem a ver com esquerda e direita. A presença ou ausência de liberdade é, em vez disso, o elemento definidor das democracias, o que as diferencia de regimes autoritários. Eles, os autoritarismos, representariam os extremos do espectro político. “Tanto os movimentos revolucionários quanto os movimentos contrarrevolucionários, mesmo não tendo em comum um projeto global de transformação radical da sociedade, têm em comum a convicção de que, em última instância, precisamente pela radicalidade do projeto de transformação, este não pode ser instaurado senão pela instauração de regimes autoritários (...) Fica bem claro que um extremista de esquerda e um de direita têm em comum a antidemocracia (um ódio, e senão um amor). Porém, a antidemocracia os aproxima não pela parte que representam no alinhamento político, mas apenas na medida em que representam as alas extremas naquele alinhamento. Os extremos se tocam” (BOBBIO, 1995).

Colocando-se a igualdade num eixo e a liberdade em outro, Bobbio define, a partir dos dois conceitos, um sistema em que surgem quatro posicionamentos políticos: duas esquerdas e duas direitas (e não apenas isso, mas também a diferenciação entre um centro democrático e extremismos que se tocam, como veremos mais adiante) (BOBBIO, 1995):

1. Extrema-esquerda: igualitários e autoritários
2. Centro-esquerda: igualitários e libertários
3. Centro-direita: libertários e inigualitários
4. Extrema-direita: anti-libertários e anti-igualitários

A obra de Anthony Giddens sobre o mesmo assunto foi escrita no mesmo ano. Ao contrário de Bobbio, Giddens não oferece uma classificação sistemática. Em vez disso, questiona as existentes. A partir de seu texto, no entanto, nos parece possível deduzir uma clivagem clara, da qual resultam igualmente dois eixos e quatro posições. O principal fato definidor do novo mundo, para Giddens, não é a queda do Muro de Berlim ou o comunismo, mas a globalização. Para Giddens, o aumento do intercâmbio entre os países – de informação, capitais, pessoas e mercadorias – desencadeia uma mudança não apenas econômica, mas também cultural. Em linhas gerais, segundo Giddens, ela nos leva a um mundo mais individualista, com um grau bem maior de incerteza e que despreza tradições.

O centro do pensamento de Giddens é o deslocamento do motor das mudanças radicais das esquerdas para as direitas. Antes, os que queriam preservar o status quo temiam a revolução. Hoje, temem a globalização. “O mundo em que vivemos hoje não está sujeito ao rígido controle humano – a essência das tradições da esquerda e, poder-se-ia dizer, o pesadelo da direita. (...) Com a queda da União Soviética, muitos socialistas passaram a concentrar suas energias na proteção do ‘welfare state’ diante das pressões que ele passou a sofrer (...) Como já foi dito, a direita tornou-se radical, enquanto a esquerda busca principalmente preservar – tentando proteger, por exemplo, o que sobrou do ‘welfare state’”. (GIDDENS, 1995)

Na leitura da obra de Giddens é possível enxergar claramente três polos ideológicos. Os que ele chama de “neoliberalismo”, “conservadorismo” e “welfare state”. O neoliberalismo seria a adesão, mais ou menos entusiasmada, à cultura e às oportunidades proporcionadas pela economia globalizada. Esta posição, que enaltece o capitalismo competitivo e os processos de mudança espantosos e de longo alcance que o este capitalismo tende a provocar (GIDDENS, 1995), seria o cerne do pensamento da “nova direita” – liberal, ou neoliberal. Quando fala em “processos de mudança espantosos e de longo alcance”, Giddens explicita o que entende por radicalismo – um radicalismo da globalização, tomado como força inevitável, que é abraçado pelas novas direitas. Tal radicalismo deixa sob pressão, como ele afirmara anteriormente, o “welfare state”. Os estados de bem-estar social europeus haviam sido construídos numa base em que um estado fortalecido faz a mediação das relações entre capital e trabalho, num mundo em que é possível cobrar impostos das empresas e

determinar mínimos salariais. Com a globalização e a competição internacional, não é mais viável taxar fortemente as empresas – elas podem se mudar para outros países – nem estabelecer mínimos salariais – as empresas se mudam para países de mão-de-obra mais barata. Tal é a pressão sobre o “welfare state”, o estado de bem-estar social criado por várias democracias europeias depois da Segunda Guerra. (GIDDENS, 1995).

A reação da esquerda ao desafio da globalização, como Giddens esboça aqui e sistematiza melhor em obras posteriores, é o que ele chama de “Terceira Via” (GIDDENS, 1999). Uma esquerda que aprenda a jogar o jogo da globalização, criando economias competitivas e atraentes para os negócios. Mas uma esquerda que, ao mesmo tempo, seja eficiente na promoção de programas sociais destinados a minorar a desigualdade -- caso contrário não seria digna de se chamar esquerda. Ao longo de sua trajetória política e intelectual, Giddens apoiou o político que, nos anos 1990, se tornou o principal emblema desta tendência: o inglês Tony Blair. Emblema, mas não necessariamente pioneiro. O próprio Blair considerava que o democrata americano Bill Clinton já era Terceira Via antes dele (CLINTON e BLAIR, 2010).

A combinação entre uma política econômica “mainstream” e uma área social forte já havia sido experimentada anteriormente em países como a Austrália de Bob Hawke, nos anos 1980 – o político de centro-esquerda que abriu a economia de seu país (MEGALOGENIS, 2015). Na Suécia, mais ou menos na mesma época em que Blair e Clinton eram líderes em seus países, o estado de bem estar social foi reformado sobre dois pilares. De um lado, tentou-se criar um ambiente excelente para os negócios – pouca burocracia, muitas privatizações e, especialmente, facilidade para contratar, demitir e negociar diretamente com os trabalhadores, algo impensável nas social-democracias tradicionais. De outro, impostos altos – cobrados dos cidadãos, não das empresas, frise-se – para sustentar uma rede de bem-estar social capaz de oferecer, por exemplo, um bom seguro desemprego para os trabalhadores pressionados pela alta rotatividade do mercado de trabalho globalizado. Este experimento floresceu na Inglaterra, onde essa Terceira Via recebeu o nome de “New Labour”, em referência ao Partido Trabalhista Inglês (Labour Party), ou também de “nova esquerda” (GIDDENS, 1999).

É interessante opor essa “nova direita” e “nova esquerda” que surgem da obra de Giddens. As duas têm algo em comum. Elas encaram a economia globalizada como um fato incontornável. Trata-se, na expressão de Giddens, de “the only game in town”, e é preciso jogar as regras desse jogo. Para a nova direita, é suficiente jogá-lo bem – isso traria prosperidade e, com isso, mais oportunidades para todos os cidadãos (GIDDENS, 1995). Para a nova esquerda, é importante aproveitar-se da prosperidade para criar políticas públicas, as tais “políticas que buscam tornar mais iguais os desiguais” no dizer de Bobbio. Seria esta, para Giddens, a versão possível do “welfare state” na era globalizada.

Na era da diversidade, no entanto, Giddens enxerga também outras direitas e outras esquerdas.

Para Giddens, o velho conservadorismo tem tantas dificuldades com a globalização quanto o velho “welfare state”. Escreve Giddens: “O pensamento político conservador dissolveu-se em alto grau. O neoliberalismo não é conservador no sentido da conservação da ‘sabedoria herdada do passado’. Ao contrário, ele dá início a processos radicais de mudança, estimulado pela incessante expansão de mercados” (GIDDENS, 1995). Para Giddens, o conservadorismo tem como razão de ser a preservação da harmonia social, incluindo a unidade e identidade das nações – algo abalado em sua raiz pela economia e cultura globalizadas. Ele afirma ainda que o conservadorismo lida mal com processos modernizadores desde a revolução industrial, citando o francês Louis de Bonald: “Ele criticou a expansão do comércio e da indústria e elaborou uma crítica severa à sociedade burguesa. (Em sua visão) a produção industrial conduz à desintegração social e à ruptura da integridade orgânica característica de uma ordem agrária”. (GIDDENS, 1995)

Giddens cita como exemplo de conservadorismo o governo da primeira ministra Margareth Thatcher, na Inglaterra, ao qual ele é extremamente crítico. É curioso notar que, para o resto do mundo, Thatcher se tornou uma espécie de emblema do liberalismo, ao quebrar a espinha do poder sindical britânico e fazer várias reformas econômicas com o objetivo de recolocar o país no caminho da prosperidade. Giddens enfatiza outro aspecto de seu governo. Além de atualizar a Inglaterra com a gramática da economia globalizada, Thatcher também foi defensora de valores familiares e patrióticos – exaltados, por exemplo,

quando os ingleses se defenderam militarmente de um ataque argentino às ilhas Falklands. Thatcher também falava de como uma economia livre poderia ter impacto em famílias que tinham pequenos negócios, como a dela, filha de um comerciante – o “capitalismo dos pobres”. Por causa dessas duas nuances de Thatcher, Giddens vê seu governo como tipicamente conservador, no sentido de conciliar o moderno – a globalização – com o antigo – valores familiares e patrióticos. A crítica de Giddens – temperada, claro, pelo contexto local de adesão ao Partido Trabalhista, oposição a Thatcher -- é que, na opinião dele, conservadorismo e liberalismo, a longo prazo, são incompatíveis. Mesmo assim, a combinação de liberalismo econômico com valores tradicionais – pátria, família, religiões – tornou-se a fórmula do que em muitos países (inclusive o Brasil) se chama hoje de “direita tradicional”.

É possível, a partir de tudo o que foi dito, deduzir uma relação simétrica entre o conservadorismo – a “direita tradicional” – e a “nova esquerda”, a da Terceira Via, tendo como eixo central a “nova direita”. O referencial, aqui, é a adesão integral ou “temperada” à economia globalizada. A nova direita (o centro do esquema) representaria a adesão integral, com o objetivo de, através da eficiência, conseguir o máximo de prosperidade. A nova esquerda (à esquerda deste centro) temperaria a economia globalizada com políticas sociais, destinadas a criar mais igualdade num sistema que, mesmo obtendo inclusão social através da prosperidade, não é intrinsecamente igualitário. Do outro lado, a direita tradicional (à direita deste centro) tempera a economia globalizada com um ou mais entre os três valores tradicionais clássicos – família, pátria, religião. Tais valores, pelo menos no discurso – dado que valores são mais abstratos que políticas sociais – serviriam de contrapeso à fúria da globalização.

Temos, assim, três posições definidas: direita tradicional, nova direita e nova esquerda. E o que sobra para a esquerda que podemos chamar de tradicional, cuja matriz econômica se esfarelou com a queda do comunismo soviético? O próprio Giddens dá uma pista, ecoando textos de Stuart Hall. Para Giddens e para os estudiosos britânicos da linha conhecida como “cultural studies”, o foco da esquerda, depois da queda do Muro de Berlim, passou a se concentrar nas reivindicações dos grupos organizados da sociedade – com especial ênfase, nas nações desenvolvidas, em causas culturais, como as defesas de minorias, do desarmamento e da liberação das drogas.

O fracasso da experiência soviética deixou uma parte da esquerda sem uma receita definida de sociedade futura, o que configura uma grande crise: o projeto socialista fica manco sem a visão utópica de um mundo igualitário. Sem uma alternativa clara ao “capitalismo” na ausência de um “socialismo” real, a esquerda tradicional encontra um papel relevante na sociedade ao trazer à tona as reivindicações de grupos tradicionalmente marginalizados. A esquerda tradicional se torna a campeã da causa que, nos anos 60 nos Estados Unidos, era conhecida como a dos “direitos civis” – igualmente com foco nas discussões sobre discriminação racial e de gênero, proibição de armas e mudança da regulamentação sobre drogas. Tal esquerda também exerce um papel importante de fiscalização sobre atentados contra a ecologia e violência policial. Nem sempre, no entanto, esse perfil “crítico” redundava em propostas concretas de administração econômica ou políticas públicas (GIDDENS, 1995).

Ou, como escreveu Giddens, ao analisar o caráter que no parágrafo acima chamamos de “utópico”: “Com a possível exceção de alguns setores do movimento verde, os novos movimentos sociais não são ‘totalizadores’ como é (ou era) o socialismo, prometendo uma nova ‘etapa’ de desenvolvimento social que transcende a ordem existente. Algumas versões do pensamento feminista, por exemplo, são tão radicais quanto qualquer outra coisa que tenha recebido o nome de socialismo. No entanto, elas não pretendem se apoderar do futuro como fizeram as versões mais ambiciosas do socialismo.” E ainda: “Os radicais têm outra direção à qual lançar seus olhares: os novos movimentos sociais como os que se interessam por feminismo, ecologia, paz ou direitos humanos. O ‘proletário universal’ não pode carregar o peso das aspirações históricas da esquerda; será que essas outras forças assumirão o comando? Isso não só porque tais grupos parecem ser ‘progressistas’, mas também o modo de organização política que escolheram, o movimento social, é o mesmo que supostamente conduziria o proletariado a sua vitória máxima”. (GIDDENS, 1995)

Dessa leitura algo da obra de Giddens, é possível deduzir quatro posições políticas pós-Muro de Berlim – a partir do postulado que a globalização é a principal definidora dos posicionamentos políticos no mundo contemporâneo. Essas posições seriam:

1. Direita tradicional: Aceita a economia globalizada, desde que temperada por VALORES.
2. Direita moderna (ou centro-direita): Considera a economia globalizada uma fonte de oportunidades para gerar PROSPERIDADE.
3. Esquerda moderna (ou centro-esquerda): Aceita a economia globalizada, desde que temperada por POLÍTICAS PÚBLICAS
4. Esquerda tradicional: Não aceita a economia globalizada, acreditando que “um outro mundo é possível” – e se concentra nas REIVINDICAÇÕES dos movimentos que, de uma forma ou de outra, são críticos ao maistream atual

Dessas quatro posições destacamos, de propósito, quatro palavras-chave: VALORES, PROSPERIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS e REIVINDICAÇÕES – que sintetizam os aspectos positivos de cada uma das posições.

Para finalizar, é interessante sobrepor os dois quartetos resultantes da análise de Bobbio e da leitura livre de Giddens. Sempre lembrando que eles reorganizam as categorias de esquerda e direita a partir de dois parâmetros do mundo contemporâneo: a prevalência de democracias no ocidente, de forma que a liberdade não seja mais um critério definidor de esquerda e direita (Bobbio); e o novo ambiente cultural e produtivo que surge com a explosão da economia globalizada (Giddens). Deste exercício, podem resultar seis posições:

1. DIREITA AUTORITÁRIA – sem igualdade e sem liberdade
2. DIREITA TRADICIONAL – com liberdade e sem igualdade, e com a economia globalizada temperada por VALORES
3. DIREITA MODERNA, OU CENTRO-DIREITA – com liberdade e sem igualdade, e aceitação entusiástica da economia globalizada como fonte de PROSPERIDADE
4. ESQUERDA MODERNA, OU CENTRO-ESQUERDA – com liberdade e igualdade, e com aceitação da economia globalizada temperada por POLÍTICAS PÚBLICAS

5. ESQUERDA TRADICIONAL – com liberdade e com igualdade, rejeição da economia globalizada na crença de que “um outro mundo é possível”, e foco nos movimentos sociais e suas REIVINDICAÇÕES

6. ESQUERDA AUTORITÁRIA – com igualdade e sem liberdade

Outro cruzamento possível – e que talvez seja mais didático e útil para o caso brasileiro – é a partir dos quatro eixos levantados por Bobbio e Giddens: INCLUSÃO, DEMOCRACIA (variáveis de Bobbio), ECONOMIA e CULTURA (variáveis de Giddens).

Estes eixos nortearão, em capítulos posteriores, nossa análise do caso brasileiro.

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESQUERDAS BRASILEIRAS: SOCIALISMO, SUBCAPITALISMO, NACIONALISMO E A SÍNTESE DA “TERCEIRA VIA”

As posições das esquerdas que hoje disputam o debate público na democracia brasileira já se insinuavam na primeira eleição presidencial da redemocratização, a de 1989. Pelo menos deste lado do espectro político, houve, claramente, uma correspondência quase inconsciente entre o que se debatia dentro da academia e os partidos que surgiram no cenário eleitoral. Parte disso se deve ao fato de que os dois dos três partidos de esquerda que surgiram naquela eleição, e que mais tarde, com alguns ajustes ideológicos, polarizariam a política brasileira – PT e PSDB – nasceram nos ambientes políticos de uma mesma cidade, São Paulo, a partir de ligações muito fortes no ambiente universitário. Dois partidos que, apesar das idas e vindas no campo ideológico, atuaram, quando foram governo federal, dentro de cartilhas de esquerda. Num caso, uma esquerda mais liberal. Em outro, mais tradicional, de acordo com os critérios vistos de Giddens vistos acima (GIDDENS, 1995). Pode-se dizer também que tal esquerda tradicional, como veremos a seguir, incorporou também elementos nacionaistas.

Os seis primeiros colocados no primeiro turno foram, pela ordem, Fernando Collor, Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Mario Covas, Paulo Maluf e Guilherme Afif. Collor, Maluf e Afif se alinhavam no campo das direitas. Às esquerdas tínhamos Lula, Brizola e Covas.

O campo das esquerdas era tão claramente definido que, no segundo turno, Covas e Brizola se uniram em torno do nome de Lula. Brizola, bom frasista, e que havia polemizado com Lula várias vezes no primeiro turno, cunhou sua célebre máxima: “Vamos fazer a elite engolir este sapo barbudo”. Covas, ao lado de Fernando Henrique Cardoso, subiu no palanque de Lula num célebre comício em São Paulo, em 11 de dezembro de 1989, a seis dias do segundo turno das eleições, selando o apoio tucano ao petista. (Foi o fim de um namoro malsucedido entre PSDB e Collor. No início do processo eleitoral, antes de ser o candidato

líder nas pesquisas, Collor sondou o PSDB para tentar ser vice de Covas. Foi recusado pelo próprio Covas. Depois do primeiro turno das eleições, Collor cortejou o PSDB com a promessa de cargos num futuro ministério. Covas foi a voz forte no partido contra a aliança, de acordo com seus assessores mais próximos.) (CRUZ, 2017)

No campo das esquerdas havia políticos com longa carreira no processo da redemocratização. Dois deles tinham históricos eleitorais que permitiam que fossem considerados “bons de voto”. Covas, por São Paulo, tornou-se em 1986 o senador mais votado da história até então. Brizola havia voltado do exílio diretamente para ser governador do Rio de Janeiro. E Lula, embora não tivesse ainda tido sucesso em eleições majoritárias – chegara em quarto lugar na disputa pelo governo de São Paulo, em 1982, e havia sido deputado constituinte, em 1986 – já era um mito das esquerdas desde as greves dos anos 1970, além de ser a figura central do PT, partido que começava a contabilizar bons desempenhos eleitorais. Sua maior vitória, até então, havia sido a escolha de Luiza Erundina para prefeita da São Paulo, a cidade mais rica do país.

O que importa para este estudo é que os três candidatos – Lula, Brizola e Covas – eram representativos de três tendências históricas da esquerda brasileira. As quais, em certa medida, persistem até hoje.

Trata-se de uma história que começa em 1952, quando grupos de intelectuais paulistas e cariocas começam a se reunir para discutir os destinos do país. Era o tempo do segundo governo Getúlio Vargas, que depois de comandar a ditadura do Estado Novo entre 1937 e 1945 retornara ao poder pelo voto em 1951. Um dos intelectuais do grupo do Rio de Janeiro, Alberto Guerrero Ramos, era assessor de Getúlio. Os outros eram Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida e Néelson Werneck Sodré. Os paulistas eram Roland Corbisier, Angelo Simões de Arruda, Francisco de Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luís Nogueira Porto, Miguel Reale e Vicente Ferreira da Silva (BARIANI, 2005). Separados pela via Dutra, esses pensadores criaram reuniões mensais para conversar sobre o Brasil. Como parte deles morava no Rio e parte em São Paulo, escolheram como local dos encontros Itatiaia, município na Serra da Mantiqueira a meio caminho entre as duas metrópoles. Ficaram

conhecidos, por causa disso, como “Grupo de Itatiaia”. Nem todos eram de esquerda. Havia no grupo conservadores e até ex-integralistas, principalmente na ala paulistana. Logo houve uma cisão, e permaneceram na turma apenas os cariocas e um ou outro paulista – caso de Roland Corbisier. O grupo, neste momento, pendia à esquerda, embora não tivesse ainda – como teria logo mais – nenhuma ligação partidária.

Um ano mais tarde, em 1953, o grupo já tinha nome e veículo de expressão. A turma de Itatiaia fundou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, o IBESP, e passou a publicar seus trabalhos numa revista chamada “Cadernos de Nosso Tempo” (BARIANI, 2005). Surgia aí a ideologia que mais tarde ficaria conhecida como Nacional-Desenvolvimentismo. Foram lançados cinco volumes dos Cadernos de Nosso Tempo em 1953. Eles impactaram toda uma geração. Em 1955, um jovem estudante de Direito de São Paulo decidiu que iria se tornar um homem público a partir da leitura dos Cadernos. Seu nome: Luiz Carlos Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA, 2018).

Foi também em 1955 que o IDESP se institucionalizou. Um decreto do presidente Café Filho, que havia substituído Getúlio Vargas depois da tragédia de agosto de 1954, criou a partir do núcleo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. O IDESP passava, assim, a ser um órgão do governo, especialmente forte durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961). O ISEB passou a ser muito mais que um grupo de estudos. Seus integrantes promoviam cursos, que tinham como alunos políticos, estudantes e funcionários públicos. O pensamento veiculado nos cursos do ISEB tinha como foco o fato de que o Brasil só poderia se modernizar através da industrialização – mais ou menos como o do industrial Roberto Simonsen, que veremos no capítulo sobre a origem das direitas (GUDIN e SIMONSEN, 1978). A isso se somava uma leitura peculiar da “luta de classes” marxista. Para crescer dentro do capitalismo, segundo esse pensamento, o país precisava de uma aliança de três classes: os empresários industriais, os proletários das cidades e a burocracia estatal empenhada na modernização. As classes que “jogavam contra” essa ideia seriam os empresários agrários, vistos como herdeiros da aristocracia cafeeira da década de 1930, e a classe média do setor terciário, vista como “conservadora”. Tal leitura vinha das influências de esquerda de alguns integrantes (BARIANI, 2005).

Uma divisão interna do ISEB se dava em torno da questão do capital estrangeiro. Uma ala mais radicalmente nacionalista achava que a indústria brasileira deveria se financiar apenas com capital nacional, estatal ou privado, alegando que o capital estrangeiro estaria mais interessado em investimentos nos setores primário e terciário. A ala dissidente, chefiada por Helio Jaguaribe – e que tinha entre seus integrantes Roberto Campos, na época pertencente aos quadros do ISEB -- considerava que já havia capital externo financiando parte da indústria, esse dinheiro era bem-vindo – e, como achava Eugênio Gudin (GUDIN e SIMONSEN, 1978) a presença estrangeira trazia novas ideias e tecnologias. A ala nacionalista não via com bons olhos esse tipo de investimento, alegando que o país deveria ter o controle sobre tais empresas. Essa cisão levou à expulsão dos dissidentes – a turma de Roberto Campos -- consolidando o ISEB como um “think tank” nacionalista. Perto dos anos 1960, o ISEB fez uma aliança com o Partido Comunista Brasileiro. A ideologia que privilegiava o capital nacional tornou-se, assim, o pensamento oficial da esquerda hegemônica na época – a do PCB. A aliança entre empresários industriais e trabalhadores urbanos era vista com algo com potencial “revolucionário”.

(Uma observação: não é acaso que as divergências internas do ISEB espelhem, de certa maneira, os pensamentos de Roberto Simonsen e Eduardo Gudin. Ao longo da história brasileira, o nacional-desenvolvimentismo foi abraçado ora pelas esquerdas, ora pelas direitas).

Contra essa corrente se insurgiu uma outra esquerda, cujo embrião foi igualmente informal, porém ligado à universidade e não a um “think tank”. O ISEB era formado por intelectuais que se orgulhavam de não ter “alma mater”. Já o grupo que começou a se reunir em São Paulo em 1958 – o do hoje lendário “Seminário Marx”-- embora independente, era ligado à Universidade de São Paulo. Tudo começou quando o filósofo José Arthur Giannotti voltou ao Brasil depois de um período de estudos na França. Em Paris, Gianotti participara do grupo de estudos “Socialismo ou Barbárie”, liderado pelo também filósofo Claude Lefort, crítico do caráter autoritário do regime da União Soviética (SCHWARZ, 1995). De volta a São Paulo, Giannotti propôs à sua roda de amigos a fundação de um grupo de estudos nos moldes dos que se formavam dentro da Sorbonne parisiense. Um desses amigos, o historiador Fernando Novais, sugeriu que tal grupo se concentrasse na leitura de “O Capital”, de Karl Marx. Os amigos uspianos partiam da hipótese de que muito da esquerda brasileira só

conhecia Marx dos textos traduzidos pelo próprio Partido Comunista – alinhado à União Soviética e, como vimos agora há pouco, influenciado pelo pensamento nacionalista do ISEB. Era o que chamavam, algo depreciativamente, de “vulgata comunista”.

Surgia assim o “Seminário Marx”. Além de Giannotti e Novais, participavam do grupo o economista Paul Singer, a antropóloga Ruth Cardoso, os sociólogos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, e alguns integrantes mais jovens. Entre eles estavam o futuro cientista político Francisco Weffort e Roberto Schwarz, que se aprofundava nos estudos de literatura. O grupo se reunia com frequência quase semanal na casa de um dos integrantes. Em média, lia-se um capítulo por reunião, apresentado por um dos seminaristas. Depois todos jantavam. A comida na casa de Giannotti, preparada pela mãe dele, era especialmente apreciada pelos comensais (CARDOSO, 2017).

É o caso, agora, de dar um salto dos seminários Marx para o Brasil que vimos surgir em 1989. Foi Roberto Schwarz quem primeiro relacionou os resultados do Seminário Marx com os grupos políticos que se formaram no Brasil da redemocratização, notadamente PT e PSDB. Seu artigo “Um Seminário de Marx”, publicado no jornal Folha de S. Paulo na edição de 8 de outubro de 1995, analisa algumas das obras publicadas ao longo da carreira acadêmica dos integrantes do seminário. São analisados no artigo a obra “Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial”, de Fernando Novais; “Homens Livres na Sociedade Escravocrata”, da socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco – que, embora não fizesse parte do grupo, “respira o mesmo clima crítico, ideológico e bibliográfico” (SCHWARZ, 1995); e duas obras de Fernando Henrique Cardoso: “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional” e “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil” (CARDOSO, 1972). É este segundo livro, em seu capítulo final, que antecipa, segundo Schwarz, as duas vertentes de esquerda que desaguiariam no PT e no PSDB – e que se somam ao nacionalismo do ISEB para formar o trio de tendências que divide a esquerda até hoje.

O texto de Schwarz – redigido no estilo irresistível que o professor de literatura costuma imprimir à sua prosa, e escrito no mesmo ano em que Fernando Henrique toma posse em seu primeiro mandato como presidente da República – se vale de uma provocação, que

tem como ponto de partida justamente o final do livro “Empresário Industrial”: “Para concluir com um pouco de pimenta, saltando mais de vinte anos, acho possível enxergar uma configuração análoga na eleição presidencial de 1994. Para Lula e o Partido dos Trabalhadores a disputa dava-se em termos nacionais internos, tendo de um lado o Brasil carcomido e conservador, enfeitado pela conversa fiada tecnocrática, e do outro o Brasil social, do progresso e da integração dos excluídos. Ao passo que FHC apostava na incidência da mutação econômica global, que valorizava a estabilidade doméstica, convidava o eleitorado a participar das novidades materiais e organizativas do mundo contemporâneo e declarava matéria vencida os conflitos sociais armados no período anterior. À vista do resultado, mais uma vez a evolução geral do capitalismo desarmava o enfrentamento interno, de conteúdo sociológico claro, e dava espaço à recondução, ainda que relativa, do bloco do poder. Tudo em linha com as análises já clássicas do próprio sociólogo, as quais entretanto, em ocasiões prévias, se haviam destinado a abrir os olhos da esquerda, ao passo que agora levavam à presidência seu autor em pessoa, à frente de uma coligação partidária de centro-direita. O significado histórico desta vitória está em aberto e não é o assunto do meu depoimento – a não ser muito indiretamente, pelo viés de sua ligação com as conclusões do grupo, armadas no estudo do Brasil escravista. Com efeito, a constatação da margem de liberdade absurda e anti-social de que a classe dominante – fortalecida pelo seu canal com o progresso do mundo externo – dispõe no país foi um dos resultados a que a contragosto chegavam nossos estudos marxistas”. (SCWHARZ 1995)

Para a esquerda brasileira, da qual Schwarz fazia parte, havia uma ironia incômoda. Fernando Henrique era o primeiro sociólogo eleito presidente da República, e também o primeiro brasileiro oriundo da esquerda marxista a chegar ao cargo. A ironia é que se elegera, para Schwarz, numa “coligação de centro-direita”, tendo como principal parceiro o Partido da Frente Liberal, que congregava quadros oriundos da ditadura militar. E derrotara, ainda no primeiro turno das eleições, o candidato que agregara várias siglas de esquerda em torno de sua candidatura: Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Schwarcz escreve, referindo-se à turma do Seminário Marx: “O grupo deu vários professores bons, que escreveram livros de qualidade, e agora viu um de seus membros virar presidente da República. Naturalmente não imagino que o marxismo nem muito menos nosso seminário tenham chegado ao poder. Mas mal ou bem é possível reconstituir um caminho que levou da Faculdade de Filosofia da rua Maria Antonia e daquele grupo de estudos à projeção nacional e

ao governo do país. Embora propício a deduções amalucadas, é um tema que merece reflexão." (SCHWARZ, 1995)

No texto, Schwarz define uma clara oposição entre o grupo do Seminário e o ISEB: "A instituição (ISEB) era oficial, incluía vários antigos integralistas, não se fechava aos comunistas, e entrava num processo de radicalização espetacular. Menos que o insólito da mistura, os nossos olhos estritos notavam o caráter mais nacionalista que socialista da pregação: tratava-se de um quadro claro de inconsequência, para o qual torcíamos o nariz" (SCHWARZ, 1995). Em oposição a isso, o Seminário Marx juntava a leitura rigorosa do texto do Capital com o estudo da realidade brasileira, nos termos do espírito empírico desenvolvido por Florestan Fernandes no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo – Florestan que mais tarde seria um dos fundadores do PT e tinha, entre seus orientandos, precisamente Fernando Henrique Cardoso. Para Schwarz, o "passo à frente" é dado com a primeira tese de um integrante do Seminário Marx, "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional", de Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO, 1997). Schwarz nota que Fernando Henrique havia captado uma contradição: ao mesmo tempo que a escravidão era incompatível com o capitalismo – tanto que o capitalismo destruiu a escravidão – num primeiro momento ambos conviveram harmoniosamente, num contexto em que a agricultura escravista foi um empreendimento comercial bem-sucedido. Ao detectar essa contradição, segundo Schwarz, Fernando Henrique sacudia a "ingenuidade dos progressismos correntes", ao mostrar que o desenvolvimento nem sempre era benéfico aos mais pobres dentro da sociedade (SCHWARZ, 1995). Ou seja, a aliança entre desenvolvimentismo e a esquerda não fazia necessariamente sentido, como acreditavam o PCB e o ISEB.

Olhando para o debate eleitoral que ocorre nas eleições de 1994, e repetindo os termos do parágrafo transcrito acima, Schwarz vê, de um lado -- o de Lula e o Partido dos Trabalhadores – a defesa de uma disputa que se dava "em termos nacionais internos, tendo de um lado o Brasil carcomido e conservador, enfeitado pela conversa fiada tecnocrática, e do outro o Brasil social, do progresso e da integração dos excluídos." (SCHWARZ 1995). O outro lado, o de Fernando Henrique, "apostava na incidência da mutação econômica global, que valorizava a estabilidade doméstica, convidava o eleitorado a participar das novidades materiais e organizativas do mundo contemporâneo e declarava matéria vencida os conflitos sociais armados no período anterior." (SCHWARZ, 1995). Schwarz se posiciona claramente a

favor da posição de Lula e contra a de Fernando Henrique – de resto, esteve ao longo de sua militância política muito mais próximo do Partido dos Trabalhadores que do Partido da Social Democracia Brasileira, as siglas que, em 1994, dividiam os intelectuais de esquerda em São Paulo (Alguns chegaram a migrar de um lado para outro. Francisco Weffort foi secretário-geral do PT e um dos homens mais próximos de Lula nos anos 1980. Tornou-se grande amigo de Lula. Em 1994, passou a integrar o governo de outro grande amigo, Fernando Henrique. Segundo ele, tal movimento custou a amizade de vários petistas, mas não de Lula, com quem manteve um bom relacionamento (WEFFORT, 2017)). Escreve Schwarz: "Mais uma vez a evolução geral do capitalismo desarmava o enfrentamento interno, de conteúdo sociológico claro, e dava espaço à recondução, ainda que relativa, do bloco do poder" (SCHWARZ, 1995).

Como dissemos, segundo Schwarz, os caminhos que desaguam em PT e PSDB já haviam sido insinuados em “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico do Brasil”, de Fernando Henrique (CARDOSO, 1972), o livro que mereceu mais espaço em seu ensaio. Para Schwarz, “Empresário industrial” extrapola tese universitária – já está “a meio caminho da intervenção política”: “O percurso e a conclusão de ‘Empresário Industrial’ é a síntese atualista dos resultados do Seminário” (SCHWARZ, 1995).” O livro, de fato, é uma intervenção política porque é demolidor para as teses da esquerda nacionalista.

De acordo com as teses do ISEB e do PCB, como vimos, a aliança entre os empresários industriais, os proletários urbanos e a burocracia esclarecida levaria o Brasil ao progresso social. Para refutar a tese, e na linha da metodologia aprendida com Florestan Fernandes, Fernando Henrique se arma com fatos obtidos a partir de pesquisa. Ele parte de uma enquete com empresários industriais. A conclusão à qual o livro chega é que nem empresários industriais, nem proletários urbanos se veem como classe social destinada a liderar algum tipo de mudança social. No livro de Fernando Henrique, os operários se veem como migrantes recém-chegados às grandes cidades, com pouca consciência de classe, para usar a terminologia da “vulgata marxista”. Já a preocupação da maior parte dos empresários, grosso modo, é sobreviver num cenário adverso – um capitalismo incipiente, com instituições ainda frágeis -- usando as armas que estão à disposição. Se a economia brasileira se define por grande participação estatal, eles se tornam “amigos do rei” em busca de subsídios. Se a melhor forma de financiamento for o capital estrangeiro, eles aceitam empréstimos,

indiferentes ao credo nacionalista que, na época, considerava isso um sacrilégio. Sobretudo, para Fernando Henrique, tanto quanto o proletariado urbano, eles não se enxergam como classe social. Não ambicionam poder político. Querem ganhar dinheiro – e sobreviver (CARDOSO, 1972).

Fernando Henrique resume assim os resultados de sua pesquisa: "No capítulo final vimos as inconsistências do projeto de hegemonia política da burguesia industrial. Ilhada entre as motivações e interesses de tipo tradicional que a prendem por um lado ao latifúndio e à concepção tradicional de existência e, por outro lado, ao capitalismo internacional ao qual se associou para crescer economicamente, a burguesia industrial se vê na contingência de realizar uma política à beira do abismo: ora reage contra o imobilismo a que os grupos tradicionais querem limitar a política e a economia do país, ora reage contra as pressões urbanas e populares que tendem a quebrar a rotina. Hesita não porque não se dá conta de seus interesses reais, mas porque esses interesses são contraditórios" (CARDOSO, 1972).

No parágrafo final do livro, Fernando Henrique sugere que não cabe à burguesia industrial o papel transformador a ela atribuído pelo ISEB e pelo PCB e chega à conclusão que se tornou famosa, porque premonitória do golpe militar que ocorreria pouco depois da publicação da primeira edição do livro – além de desencadear todo o raciocínio do ensaio de Schwarz: "As possibilidades de manutenção desse malabarismo não são contudo ilimitadas. Estreita-se a cada dia a faixa de compromissos possíveis. As decisões fundamentais não dependerão apenas da burguesia industrial que, parece, optou pela "ordem", isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfeita já com a condição de sócio-menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza. Resta verificar qual será a reação das massas urbanas e dos grupos populares e qual será a capacidade de organização e decisão de que serão capazes para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país. No limite a pergunta será então: subcapitalismo ou socialismo?" (CARDOSO, 1972)

É esta pergunta – “Subcapitalismo ou socialismo”? – que está no cerne da clivagem vista por Roberto Schwarz em seu artigo. "Só Deus sabe o que teria sido este socialismo, mas o prognóstico, no que diz respeito ao subcapitalismo, não só fugia à voz corrente como se

mostrou exato. A alternativa contrariava de frente as formulações do Partido Comunista, que haviam se transformado no clima geral da esquerda e justificavam as alianças em que esta acreditava. Sempre aplicando definições remotas, o PC afiançava – no jargão do tempo – o interesse anti-imperialista da burguesia nacional, que por isso mesmo seria aliada da classe operária na luta pela industrialização do país, ao passo que o latifúndio e os americanos formavam o bloco oposto ao progresso. Nesta perspectiva, não haveria industrialização sem vitória sobre o imperialismo, ou, por outra, a vitória deste confinaria o país em sua feição agrícola. Ora, como se sabe, este conjunto de teses foi duramente desmentido pela história. No aperto, a burguesia nacional preferiu a direita e os americanos ao operariado nacionalista, que por sua vez, em parte ao menos, também preferia as firmas estrangeiras. E o mais importante: contrariando a previsão dos progressistas, ao golpe conservador seguiu-se um poderoso surto industrial, que entretanto não cumpriu nenhuma das promessas políticas e civilizatórias que se costumam associar ao desenvolvimento econômico. Fernando Henrique acertara em toda linha, também neste ponto: tratava-se de um "subcapitalismo", ávido de avanços econômicos e sem compromisso com a integração social do país. A impopularidade da tese não impedia que sua justeza fosse reconhecida à boca pequena, e suponho que a ascendência intelectual e política de seu autor no interior da esquerda tenha crescido a partir daí". (SCHWARZ, 1995). Pelo que se pode depreender do trecho de Schwarz, a posição que Fernando Henrique assumiu no debate eleitoral de 1994 equivale a sucumbir ao "subcapitalismo". Levando-se em consideração a dualidade "subcapitalismo ou socialismo?" proposta pelo intelectual Fernando Henrique no final do livro "Empresário Industrial", o presidente Fernando Henrique teria sucumbido a seu próprio veneno. Ou seja, seu governo representaria uma inserção subalterna no mundo globalizado.

Fernando Henrique, obviamente, não concorda com essa leitura. A análise que ele faz do próprio governo está expressa de forma relativamente clara no livro "Diários da Presidência", lançado muitos anos mais tarde, notadamente no segundo volume (CARDOSO, 2015). O livro, editado a partir de gravações feitas pelo próprio Fernando Henrique durante sua permanência no poder, numa espécie de diário em áudio, é quase um relato em tempo real sobre as agruras de um presidente da República.

Para entender o contexto em que Fernando Henrique passa em revista o próprio governo, é importante deter-se, nem que seja rapidamente, por duas influências importantes

para o pensamento de esquerda que ele diz representar. O primeiro é o economista turco Darian Acemoglu, autor de "Por Que as Nações Fracassam" junto com o americano James Robinson (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012). Acemoglu faz uma leitura original sobre a dualidade entre esquerda e direita. Na linha do que defende o economista americano Douglass North, Acemoglu considera que a força das instituições, que dão estabilidade à economia, é fundamental para o crescimento econômico. Seu livro "Por Que as Nações Fracassam" abre com a comparação entre duas cidades de mesmo nome, Nogales, uma no México e outra nos Estados Unidos – para defender o ponto de que a solidez das instituições americanas está na raiz da prosperidade de uma e pobreza da outra. Acemoglu defende também, na chave da esquerda, que tais instituições precisam ser "inclusivas", ou seja, os cidadãos precisam acreditar – e constatar na prática – que tais instituições estão a serviço de todos, e não apenas de alguns privilegiados (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012). Se as instituições forem inclusivas, o "trade off" entre uma esquerda moderada e uma esquerda revolucionária penderia para os moderados, já que os benefícios de uma revolução socialista seriam duvidosos (seguindo-se ao pé da letra a teoria das instituições de Douglass North, no mundo globalizado as revoluções seriam sempre danosas aos mais pobres, pois gerariam insegurança institucional e, conseqüentemente, arruinariam a economia. Pode-se inferir que a “revolução bolivariana” da Venezuela, que sequer chegou a ser uma revolução, é um exemplo disso).

O outro autor é o sociólogo britânico Anthony Giddens, já citado como um dos pilares teóricos deste estudo por suas considerações sobre a complexidade da pulverização de esquerdas e direitas depois da queda do muro de Berlim. Como Acemoglu, todo seu raciocínio parte da ideia da revolução socialista – mas, no caso, da negação dela. Segundo Giddens, tal tipo de levante se tornou quase uma impossibilidade histórica depois da queda do muro. Como vimos, para Giddens, a principal força disruptora da atualidade não é a possibilidade da revolução socialista, mas a própria globalização, que investe tanto contra os valores conservadores quanto contra o Estado de bem estar social (GIDDENS, 1995). Para Giddens, recordemos, a globalização desloca o eixo da política. Não há, na opinião dele, como revertê-la – mas há como "temperá-la", minimizando os efeitos que ela provoca. Do lado da esquerda, a solução seria a manutenção do estado de bem estar social paralelamente a uma gestão eficiente da economia, de forma que a própria eficiência da economia "liberal" sustentasse os benefícios sociais e de inclusão do Estado "social-democrata" (GIDDENS, 1995).

Giddens é o ideólogo do governo Tony Blair, que foi primeiro-ministro do Reino Unido entre 1997 e 2007. Como vimos, Giddens chama essa nova vertente da esquerda – liberal na economia, forte em políticas sociais de inclusão – de Terceira Via (GIDDENS, 1999). E a considera a melhor reação possível ao neoliberalismo representado, em seu país, por Margareth Thatcher. Isso equivale a admitir que é possível, sim, construir um governo de esquerda em cima de bases macroeconômicas liberais.

Popular nos anos 1990, a expressão “Terceira Via” caiu em desuso na atualidade. Consideramos que isso aconteceu simplesmente porque a “Terceira Via” se tornou o “mainstream” da social-democracia atual, englobando governos autodenominados social-democratas que vão do canadense Justin Trudeau ao americano Barack Obama, passando pelo uruguaio Pepe Mujica e pelo francês Emmanuel Macron – igualmente liberais, ou ortodoxos, na economia, com o intuito de gerar eficiência e recursos para políticas sociais, ou avançadas no eixo cultural, caso uruguaio. Quando Fernando Henrique fez as gravações que mais tarde resultariam nos Diários da Presidência o termo “Terceira Via” ainda estava em voga – e o intelectual e ex-presidente se sentia plenamente integrado ao movimento.

Em vários trechos do diário Fernando Henrique aparece discutindo o assunto com social-democratas de sua época, entre eles os próprios Clinton e Blair. Um trecho exemplar se refere a um encontro entre Fernando Henrique e o casal Clinton na Cúpula das Américas, em Santiago, capital do Chile. Num primeiro momento, Fernando Henrique nota que, como Giddens, Hillary Clinton vê a Terceira Via como único meio de a esquerda “mainstream” derrotar a direita “mainstream” – os que hoje seriam chamados de “social-democratas”. (CARDOSO, 2016).

Ainda nos diários, Fernando Henrique traz a teoria para a prática: “Depois conversamos sobre Tony Blair e Tony Giddens. Ela (Hillary) está por dentro de tudo, mencionou a necessidade de estabelecermos relações mais próximas entre os que se entendem nessa área. Eu citei não só o Giddens, mas o (Romano) Prodi e o (Antonio) Guterres, de

Portugal. (...) Ela ficou muito entusiasmada, contou ao Clinton nossa conversa anterior e o Clinton se entusiasmou mais ainda. Disse que era possível levar adiante o projeto da Terceira Via, lutar contra a direita reacionária, e que o Partido Democrata também iria fazer isso. (...) Ele é o homem mais poderoso do mundo e, vou lhe dizer, se estivesse aqui no Brasil seria do PSDB. Não sei se isso significa alguma coisa boa para ele, mas é para mostrar a proximidade dele com o pensamento progressista mais atualizado, menos preconceituoso. Curioso é que o nosso mundinho meio esquerdoso não vai nunca entender isso que estou gravando aqui, mas é a expressão do meu sentimento, e acho que é assim mesmo" (CARDOSO, 2016).

Fernando Henrique conclui: "Clinton não é um liberal, é um social-democrata, nos termos de hoje, embora não se deva dizer isso, porque ele nunca pertenceria a uma internacional socialista. As internacionais socialistas se opõem ao diálogo que o Blair está propondo. Sugerir o nome do Prodi, acho que ele pertence à mesma família político-ideológica. É bom ver que existe uma família político-ideológica nova, que contém desde Prodi, Tony Blair, Clinton, até um brasileiro como eu e, quem sabe, como disse, (Julio) Sanguinetti. Eu comentei: 'Não é possível que vocês não tenham na Universidade mais gente disposta a estudar isso'. 'Ah, não, a intelectualidade está na mão da direita, os que não são de direita são antigos'. É curioso." (CARDOSO, 2016)

A partir dessa segunda clivagem feita por Schwarz, é possível desenhar, como já se disse acima, três grandes correntes no pensamento brasileiro de esquerda. A primeira seria a esquerda nacionalista, vigente nos anos 50 e fruto da combinação entre o ISEB e o PCB. Em sua leitura da luta de classes, tal esquerda distinguia classes "progressistas" (a burguesia industrial e o proletariado urbano) e classes "conservadoras" (o proletariado rural e os setores financeiros envolvidos com o capital estrangeiro). Tal esquerda teria como característica definidora o espírito nacionalista – o Brasil só se desenvolveria com a industrialização. Isso justificava políticas de incentivo à indústria, mesmo que os subsídios secassem o tesouro e atrapalhassem as políticas sociais. Tal esquerda foi derrotada pelo Golpe de 1964. Curiosamente, parte de sua plataforma – industrialização com subsídio e controle estatal – foi aplicada pelos militares. Ao contrário do que a esquerda esperava – como observa Schwarz -- tal política não resultou em inclusão social durante o governo militar, em que a concentração de renda se aprofundou no Brasil. O espírito de tal vertente da esquerda retorna, bastante modificada, no governo Dilma Rousseff, onde foram retomados os subsídios à indústria –

numa reeleitura muito fiel, como dito acima, da política econômica do governo do general Ernesto Geisel (PESSOA, 2013), notadamente na política de "conteúdo nacional". O governo Dilma favoreceu empresários industriais brasileiros, um pouco de acordo com a cartilha do antigo PCB, e tal como nos governos militares isso não redundou em maior distribuição de renda, mas sim em mais concentração e pobreza.

Assim, parece-nos claro, pela experiência brasileira, que a política de subsídios para a indústria – que desvia recursos que poderiam ir para a área social – não pode ser considerada propriamente “de esquerda”. Pois o resultado, como se viu na ditadura militar, não é necessariamente a diminuição da desigualdade. E luta pela diminuição da desigualdade é a distinção central entre direita esquerda na conceituação posterior à queda do Muro de Berlim, momento em que os ímpetus revolucionários arrefecem (BOBBIO, 1995). Talvez o representante dessa esquerda nas eleições de 1989 – pelo menos no campo do imaginário – tenha sido Leonel Brizola, que se apresentava como uma espécie de herdeiro dos legados de seus conterrâneos gaúchos, Getúlio Vargas e João Goulart. Sem conseguir retomar a sigla do PTB em sua volta do exílio, Brizola fundou o PDT. Por acaso ou não, partido onde nasceria a presidente Dilma Rousseff.

A segunda seria a esquerda socialista, que opunha, num enfrentamento interno, "o Brasil carcomido e conservador, enfeitado pela conversa fiada tecnocrática, e do outro o Brasil social, do progresso e da integração dos excluídos" (SCHWARZ, 1995). Para Schwarz, tal espírito estava representado na candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 1994. Como o próprio Schwarz frisa, tal socialismo – ao qual, aparentemente, o autor demonstra aderência -- nunca chegou a existir efetivamente no Brasil. Seria o socialismo da era das revoluções pós-1917 e pré-queda do Muro de Berlim. Existe ainda hoje no Brasil, no entanto, uma esquerda que se pauta pelo viés anticapitalista. Este pensamento tem a ver com o que Anthony Giddens chama de “esquerda tradicional”, como vimos posteriormente.

A terceira seria a esquerda social-democrata, chamada de Terceira Via antes de se tornar “mainstream”. O centro político – o mainstream dos partidos – opõe hoje, na maioria dos países, essa social-democracia pró-mercado ao liberalismo que, nos anos 1990, era

chamado de "neoliberalismo". Trata-se de uma oposição em que varia sobretudo a intensidade. Ambos – liberalismo e social-democracia – concordam quanto à democracia, à estabilidade das instituições e ao fato de que é a iniciativa privada o motor do crescimento econômico (BLAIR e CLINTON, 2010). Varia apenas a intensidade dos programas sociais: branda, em geral restrita à educação básica, no liberalismo; e intensa, incluindo saúde, educação superior e redução da pobreza – a “rede de proteção social” -- na social-democracia. A estabilidade democrática, nessa corrente de pensamento, tornaria a economia do país competitiva dentro da lógica do mundo globalizado, gerando a prosperidade necessária à sustentabilidade dos programas sociais (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012). Ironia: o governo Lula, que Roberto Schwarcz identificava em 1995 como uma promessa socialista, acabou aderindo em seu início a um ideário claramente social-democrata de Terceira Via, a ponto de ter sido classificado por alguns autores como “liberal” (PAULANI, 2003).

Interpretações como a de Leda Paulani são possíveis na medida em que uma parte mais tradicional da esquerda enxerga a social-democracia moderna, oriunda do pensamento de Terceira Via, como algo tão afim com o liberalismo que chega a se confundir com ele. Essa esquerda não considera a social-democracia como uma esquerda de verdade. O próprio Schwarcz é um de seus críticos. Para ele tal socialdemocracia se parece mais com o "subcapitalismo" nos termos descritos pelo intelectual Fernando Henrique em seu livro "Empresário Industrial". (O episódio recente em que a deputada Tabata Amaral, social-democrata pelos critérios modernos, foi ameaçada de expulsão do PDT, partido guardião dos últimos estertores do nacionalismo brizolista, ilustra esta tensão entre as esquerdas mais tradicionais e a esquerda socialdemocrata).

A clivagem entre as esquerdas “tradicional” e “social-democrata” dar-se-ia, assim, pela adesão ou recusa à economia “mainstream” (BARROS, 2016). Há várias possíveis explicações para isso. Para Giddens, uma esquerda que cresceu rejeitando o capitalismo tem muita dificuldade em admitir que precisa administrá-lo, e o critica mesmo que não tenha nada para colocar no lugar. Os integrantes do Seminário Marx, como se viu acima, trabalharam durante muito tempo com a ideia de que a eficiência econômica não gera necessariamente

bem-estar social – a sociedade escravocrata seria um exemplo disso (CARDOSO, 1997). Tal leitura deriva do autor Caio Prado Junior, uma espécie de patriarca dos marxistas brasileiros, em cuja obra vários dos intelectuais do Seminário Marx beberam ideias (SCHWARZ, 1995).

Em um ensaio, o sociólogo Celso Rocha de Barros concorda com a tese e propõe uma explicação diferente. Segundo ele, fora do Brasil a esquerda tradicional representa um saudosismo do tempo em que a opção socialista-revolucionária era considerada próxima e viável. No Brasil, o principal partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, surgiu, segundo ele, como uma reação ao marxismo soviético, essencialmente economicista – e isso pode ter influenciado a rejeição da esquerda tradicional diante da economia. "O PT foi formado quando o ambiente intelectual na esquerda brasileira era marcado por uma forte reação ao marxismo soviético. Um dos fatores distintivos dessa reação era o anti-economicismo. O marxismo soviético era baseado na ideia de que o desenvolvimento econômico determina a evolução das estruturas políticas e ideológicas. A reação a este dogma tomou forma de várias formas de reafirmação da importância da política, da cultura e do imaginário" (BARROS, 2016).

O Seminário Marx teve um herdeiro nos anos 1970. É um momento em que as ideias de esquerda se conectam à política real – a disputa de ideias se funde com a disputa de poder. Isso ocorre com a fundação do Cebrap, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, em 1969. Patrocinado pela Fundação Ford, o Cebrap congregou vários intelectuais de esquerda, muitos deles voltando do exílio. E reuniu grande parte da turma do Seminário Marx – Paul Singer (que, com suas conexões internacionais, foi decisivo para a captação de recursos para a empreitada), Fernando Henrique, Octavio Ianni, José Arthur Giannotti, Francisco Weffort e Roberto Schwarz. O Cebrap também esteve próximo da luta operária. Alguns dos primeiros trabalhos sobre o assunto, de autores como Francisco Weffort, foram escritos no âmbito do Cebrap, onde algumas vezes o então líder sindical Luís Inácio Lula da Silva compareceu para dar entrevistas (WEFFORT, 1972 e 2017). Ao contrário do que acontecera com o Seminário Marx, a conexão do Cebrap com a política foi intensa. Foram intelectuais do grupo que montaram o primeiro programa do grande partido de oposição à ditadura, o MDB, sob encomenda de Ulysses Guimarães (WEFFORT, 2017). Intelectuais se engajaram na

candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado em 1978, a candidatura mais à esquerda da época, contando com o apoio de Luiz Inácio Lula da Silva. Mais tarde, alguns de seus intelectuais participariam da fundação do PT, outros ficariam no PMDB e posteriormente migrariam para o PSDB. Alguns – caso de Francisco Weffort e José Arthur Giannotti – estiveram próximos em momentos diferentes de Fernando Henrique e de Lula.

Estas são as três vertentes centrais das esquerdas brasileiras – nacionalista, socialista e social-democrata. Representadas, grosso modo, nas eleições de 1989 por Leonel Brizola, Lula e Covas, respectivamente (obviamente, no discurso de campanha, tais posições não eram claras. Mas essa leitura, derivada em certa medida da oposição lançada por Roberto Schwarz entre PT e PSDB, nos parece válida).

A tradição predominantemente de esquerda na academia brasileira fez com que as esquerdas chegassem às eleições de 1989 com um panorama representativo mais sólido, que se tornaria ainda mais claro nas eleições seguinte. O mesmo não se pode dizer das direitas, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DIREITAS BRASILEIRAS: CONTRA A “PAUPERIZAÇÃO”, LIBERALISMOS, CONSERVADORISMOS E EFICIÊNCIA ECONÔMICA

Um rap publicado no YouTube obteve milhões de visualizações abordando um assunto que não costuma dar letra de música: a economia. O vídeo e a música (PAPOLA e ROSS, 2010) são sobre a mãe de todas as contendas dentro do pensamento econômico do século 20, a que opôs os seguidores do britânico John Maynard Keynes aos do austríaco Friedrich Hayek. Estão no vídeo todos os elementos no rap: o ritmo, a disputa verbal, o humor, e até uma limusine (Keynes e Hayek resolvem ir a uma festa juntos; Hayek, o fiscalista, quer ir de metrô; Keynes, o expansionista, decide alugar a limusine. Eis a piada). O assunto dos versos metralhados pelos atores Billy Scafury e Adam Lustick é um resumo simplificado e divertido das teorias que os dois economistas defenderam ao longo da vida. No final do vídeo, entre os créditos da produção, aparece uma frase famosa de Keynes. “As ideias dos economistas e dos filósofos políticos, estejam certas ou erradas, são mais poderosas do que comumente se imagina. Homens práticos, que costumam ser alheios a qualquer influência intelectual, são em geral escravos de algum economista defunto.”

Nas democracias, o processo político é uma combinação entre disputa de poder e disputa de ideias. A disputa de poder se compõe das alianças e traições, as idas e vindas das coligações, a estratégia eleitoral e o marketing político. A disputa de ideias é sobre como cada força política pretende governar caso vença a disputa de poder. Seria ingênuo acreditar que apenas as ideias determinam o rumo da política – mas é igualmente ingênuo acreditar no contrário, e achar que as escolhas dos eleitores resultam apenas das maquinações da política pequena – aquela que, segundo Hannah Arendt, não precisa dos fatos -- e dos malabarismos do marketing. Disputa de ideias e disputa de poder às vezes se misturam, às vezes correm em raias paralelas, mas o fantasma do “economista defunto” costuma estar sempre presente.

Os decanos entre nossos “economistas defuntos” são Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. São, mal-comparando, o nosso Keynes e o nosso Hayek. Com uma diferença importante. Ao longo do século 20, Keynes e Hayek ficaram identificados com campos opostos no espectro ideológico. Keynes foi o inspirador de vários governos socialdemocratas nas décadas de 1950 e 1960. Hayek triunfou mais tarde, e sobreviveu para ver o auge do neoliberalismo nos anos 1980 – o que considerou uma vitória de suas ideias. Levando em consideração a definição clássica de Norberto Bobbio que vimos acima, Simonsen e Gudin, embora pensassem de forma bastante diversa sobre vários temas, estão do mesmo lado do espectro ideológico. Os dois podem ser considerados como representantes das direitas, visto que acreditam mais na promoção da prosperidade que na eficiência das políticas públicas (BOBBIO, 1995). Eles achavam que o crescimento econômico era o melhor antídoto contra a “pauperização” – embora divergissem quanto à melhor maneira de perseguir este crescimento. A classificação de ambos no campo das direitas não se deve apenas à definição de Bobbio. Ela pode ser observada na prática política dos dois. Tanto Simonsen quanto Gudin eram anticomunistas ferrenhos. Quando era senador, nos anos 1940, Simonsen votou a favor do banimento dos deputados eleitos pelo antigo PCB. Gudin, mais longo vivo que Simonsen, viveu para apoiar o golpe militar de 1964, acreditando que ele evitaria a implantação do comunismo no Brasil.

Havia outras afinidades biográficas entre ambos. Simonsen e Gudin eram formados em engenharia. Tinham quase a mesma idade. Roberto Simonsen nasceu em 1889 e morreu jovem, antes de completar 60 anos. Eugênio Gudin nasceu em 1886 e foi longo vivo -- morreu pouco depois de completar cem anos. Gudin era carioca, Simonsen, paulista. Simonsen era descendente de ingleses. Gudin, de franceses. A polêmica entre ambos se destaca pelo alto nível. Os textos dos dois são bem escritos e bem fundamentados – os de Simonsen em cima de análises históricas, os de Gudin sobre teoria econômica sólida. Vale reiterar, no pensamento de ambos, a preocupação com o analfabetismo e a pobreza brasileiras. A disputa entre ambos é um dos primeiros choques entre projetos minimamente elaborados de Brasil – e, portanto, um dos marcos de nosso debate público. Duas outras questões que vale sublinhar. O debate entre Simonsen e Gudin, que pode ser considerado um dos embates inaugurais dentro do campo das direitas brasileiras, surgiu dentro de um governo que passou à história como “de esquerda”, a ditadura do presidente Getúlio Vargas – por mais que ao longo de sua carreira o autocrata gaúcho tenha recorrido à simbologia fascista em seus comícios. A outra é

que, em seus escritos, tanto Simonsen como Gudin demonstram preocupações sociais – contra o clichê que reza que tais preocupações seriam monopólio das esquerdas. Rememorando Bobbio, a diferença entre os dois campos é que as esquerdas perseguem a igualdade e as direitas não – mas deixar a igualdade em segundo plano não significa deixar de lado o combate à pobreza e às mazelas sociais.

Escreveu Simonsen: “A prevalecer o ritmo lento observado em nosso progresso material, estaríamos irremediavelmente condenados, em futuro próximo, a profundas intranquilidades sociais. Vulgarizam-se, cada vez mais, as noções de conforto, e as populações subalimentadas e empobrecidas do país aspiram, legitimamente, a melhor alimentação, habitações apropriadas e vestuário conveniente. A nossa atual estruturação econômica não conseguiria proporcionar, ao povo em geral, esses elementos fundamentais do novo direito econômico” (GUDIN e SIMONSEN, 1978). Sobre as preocupações sociais de Gudin, temos a observação do economista Carlos Von Doellinger, estudioso da polêmica e comentarista do livro que reúne os textos dos dois polemistas: “Cedo (Gudin) interessou-se pelo problema relacionado com a miséria do Nordeste, quando superintendente da Pernambuco Tramway and Power Ltd, empresa que organizou com a participação de capitais ingleses. Parece que suas impressões dessa época deixaram marcas profundas, visto referir-se a elas insistentemente sempre que argumentava em favor do aumento da produtividade na agricultura brasileira”. (GUDIN e SIMONSEN, 1978)

As divergências entre Simonsen e Gudin vêm de questões biográficas e também de formação. Como escreveu Doellinger (GUDIN e SIMONESEN, 1978), Gudin foi executivo de várias empresas, muitas delas com participação capital estrangeiro. Acreditava em liberdade econômica e num estado que, como gostava de repetir, criasse as regras do jogo, mas não jogasse. Achava que empresas com participação de capital estrangeiro poderiam trazer novas tecnologias ao país e também formas de administração mais moderna. E defendia que o governo concentrasse seus recursos em áreas como educação: “Recomenda-se ao Governo Federal, aos Governos Estaduais, às Universidades, às Fundações, às Grandes Empresas, que destinem a maior parcela possível de seus recursos à criação em grande escala de escolas técnicas eficientes, à importação de professores estrangeiros especializados e capazes, ao custeio no estrangeiro da aprendizagem de profissões técnicas por milhares de jovens brasileiros preparados e selecionados e à criação de centros de pesquisas e laboratórios

com o necessário aparelhamento material e superior direção teórica”. (GUDIN e SIMONSEN, 1978). Gudin acreditava, sobretudo, em aumento produtividade – e a melhoria da educação era fundamental para dar esse passo que até hoje parece difícil aos brasileiros.

Enquanto Gudin fazia carreira de executivo, Simonsen empreendia – e, no processo, aprendia sobre as mazelas brasileiras. No dizer de Doelinger: “No comando de suas empresas, que incluíram, posteriormente, frigoríficos, fábricas de artefatos de cobre, borracha etc., nas grandes cidades e no interior, impressionava-se profundamente com as condições precárias de vida da maioria da população brasileira. Seus pronunciamentos públicos constantemente referiam-se aos aspectos sociais do país.” (GUDIN e SIMONSEN, 1978). Simonsen acreditava que, para combater tais mazelas, era essencial quadruplicar a renda nacional. Foi com esse intuito que, em 1944, nos estertores do primeiro governo de Getúlio Vargas, criou um plano para o Brasil, sob encomenda do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), ligado ao Ministério do Trabalho. No documento, intitulado “Planificação da Economia Brasileira”, Simonsen defendia um grande esforço de investimento visando à industrialização do país, e também uma ação do governo visando proteger a indústria nacional. O dinheiro sairia das reservas brasileiras à época – Simonsen sugeria que se empenhasse metade do montante acumulado com esse fim – e de um empréstimo dos Estados Unidos, equivalente a 0,2% da renda nacional americana. (Por mais que Estados Unidos e Brasil estivessem próximos na ocasião, depois da aliança contra o nazifascismo na Segunda Guerra, tratava-se de um plano ambicioso: o valor, como lembra Carlos von Doellinger, equivale ao percentual de toda a ajuda estrangeira americana nos dias de hoje). (GUDIN e SIMONSEN, 1978)

O projeto foi remetido a outro organismo da burocracia brasileira, a Comissão de Planejamento Econômico, ligada ao Conselho de Segurança Nacional. Lá, foi encaminhado a um parecerista: Eduardo Gudin. Estava aceso o estopim do debate. A polêmica entre Simonsen e Gudin se estendeu até agosto de 1945 e rendeu quatro textos memoráveis. Para defender uma economia aberta focada em aumento de produtividade, Gudin usou, como foi dito, todo o seu conhecimento de teoria econômica. Em sua cruzada por um Estado que fomentasse e protegesse a indústria, Simonsen destilou a erudição sobre a história brasileira que era marca registrada dos vários livros que publicou. Havia ali claramente dois projetos de Brasil, defendidos por representantes de uma elite com preocupações sociais, a usar

argumentos inteligentes em textos bem escritos e, às vezes, espirituosos – incluindo, de parágrafos em parágrafos, alfinetadas ao mesmo tempo agudas e corteses.

Uma leitura possível do Brasil recente – que vem dos tempos da ditadura militar – mostra como a polêmica entre Simonsen e Gudin ainda reverbera no país. De acordo com essa leitura, há uma alternância entre os ciclos de liberalização econômica – à Gudin – com outros de interferência do Estado – à Simonsen. A leitura é do físico e professor de economia Samuel Pessoa: “No Brasil, nem a sociedade nem as elites que tomam as decisões têm convicção de que os mercados precisam de liberdade para funcionar bem. A adoção de políticas favoráveis a essa liberalização vem e vai em ciclos. Normalmente, um ciclo desses começa por causa de um cenário externo, que nos joga em direção à liberalização. No entanto, choques também externos que atinjam a economia servem de pretexto para que o penoso processo seja abandonado. A elite dirigente se volta, então, ao remédio de sempre: o Estado.” (PESSOA, 2013) Para Pessoa, tal ciclo se completa de forma perfeita no regime militar: Castelo Branco liberalizou, Emílio Médici colheu os frutos do crescimento econômico e, como reação à crise do petróleo, Ernesto Geisel aumentou a presença do Estado na economia.

Uma clivagem possível na direita brasileira é, assim, entre estatistas e liberais. Ela está presente, como diz Pessoa, no ciclo da ditadura militar, o mais longo período de governo à direita depois da Era Vargas. Talvez esses dois projetos estivessem presentes, de maneira ainda menos inconsciente e elaborada que no caso da esquerda, nas eleições de 1989. Paulo Maluf representava, de certa forma, a direita estatista do regime militar. Guilherme Afif Domingos e Fernando Collor representavam uma vertente mais liberal. Especialmente Afif, cujo economista, Paulo Guedes, atravessaria décadas como um dos mais proeminentes defensores da Escola de Chicago no debate brasileiro, até finalmente chegar ao governo federal como ministro da Fazenda do presidente Jair Bolsonaro. Fernando Collor, um político mais tático que intelectual, foi ao longo da campanha se aproximando das ideias do intelectual liberal José Guilherme Merquior, que acabaram nortando seu discurso de posse. Collor defendia algo que ele próprio chamava de “liberalismo social”.

Tal clivagem, no entanto, não vale mais nos dias de hoje. Depois da ditadura militar, o pensamento nacional-desenvolvimentista dos anos 1950 foi novamente sequestrado pelas

esquerdas. Torna-se o mote do governo Dilma Rousseff – que, como vimos anteriormente, guarda semelhanças com o de Ernesto Geisel. Passam a vir das esquerdas as vozes mais estridentes contra projetos de privatização de empresas estatais – muitas delas criadas justamente durante o governo militar. São também as esquerdas que, em geral, defendem que tais estatais devam interferir na economia real, seja criando um freio no preço dos combustíveis, seja criando juros artificialmente baixos. A nova clivagem das direitas se dá no eixo da cultura – que no Brasil, como em todo o mundo, se torna cada vez mais forte dentro da política. Tal eixo divide as direitas em “liberais” e “conservadores populares” – o conservadorismo clássico, como veremos posteriormente, não tem opiniões tão fortes no eixo da cultura. São campos bastantes distintos. O campo liberal tem forte presença no debate acadêmico, principalmente nas faculdades de economia. Na área econômica, tem um diálogo forte e produtivo com correntes social-democratas – seriam, na anedota acadêmica, a “turma de Chicago” e a “turma do MIT”. A conversa com os nacional-desenvolvimentistas é mais difícil, mas o debate existe. Com os conservadores populares o diálogo é ainda mais raro, embora liberais e conservadores populares, no Brasil, sejam considerados integrantes do campo das direitas e ultimamente tenham se aproximado em busca de um mesmo mercado eleitoral. Por uma razão simples. Se os liberais são fortes no debate acadêmico, os conservadores populares estão fora dele.

Nem sempre os liberais foram fortes no debate acadêmico. Pode-se dizer que, antes da ditadura, enquanto o pensamento de esquerda florescia nas universidades, a direita era a seara dos pregadores solitários, como Eugênio Gudin, Roberto Campos ou, mais tarde, José Guilherme Merquior. A partir da redemocratização este panorama mudou. O pensamento de direita passou a se organizar em “think tanks”. Tais “think tanks” -- como observa a pesquisadora Camila Rocha, da Universidade de São Paulo, referência no estudo da direita brasileira -- mudaram o panorama desse campo ideológico.

Houve precursores de “think tanks” de direita na época pré-1964 -- o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Mas eles eram principalmente entidades propagandísticas, de difusão de ideias anticomunistas no período imediatamente posterior à revolução cubana, e tiveram vida curta. O IBAD acabou ainda no governo João Goulart, e o IPES nos primeiros anos da ditadura militar. Depois

surgiram outros “think tanks” – os quais, como nos casos do ISEB e do Cebrap, efetivamente influenciaram a política, pelo menos a partir da Constituinte de 1988.

Como lembra Camila Rocha, uma das inspirações dos think tanks liberais brasileiros é o inglês Anthony Fisher, um dos principais divulgadores mundiais da obra do economista austríaco Friedrich Hayek – um dos protagonistas do rap bem-humorado citado acima. Fisher leu o livro mais conhecido de Hayek, “O Caminho da Servidão”, em 1944 (HAYEK, 1990). Ficou entusiasmado. Na primeira oportunidade, foi conversar pessoalmente com Hayek. Queria se aprofundar no assunto. Ouviu de Hayek que, em tempos de hegemonia das ideias de Keynes, o melhor serviço que Fisher poderia prestar à causa do liberalismo seria na área da divulgação, e não da pesquisa acadêmica. Passou um tempo até que Fisher se tornasse um empresário bem-sucedido, no setor da agroindústria, e pudesse se dedicar ao estudo e à divulgação da obra de Hayek. Em 1954, ele fundou o IEA, Institute of Economic Affairs. Mais tarde, ajudou a fundar, ou tornou-se conselheiro, de vários think tanks liberais ao redor do mundo: o Fraser Institute, no Canadá, o Pacific Institute for Public Policy, em San Francisco, Estados Unidos, e o Center of Independent Studies, na Austrália. Todos esses think tanks, e mais alguns outros – que chegavam a mais de seis dezenas – se reuniram na Atlas Network (ROCHA, 2017). Essa rede de think tanks de direita forneceu quadros para os governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, governantes que, em aliança com conservadores em seus países, revolucionaram seus países com políticas liberais nos anos 1980. Mais que centros de produção de conhecimento, tais entidades se destinam a influenciar políticos e formadores de opinião. Daí receberem o nome de “advocacy think tanks” (ROCHA, 2017).

No Brasil, os principais think tanks inspirados na rede de Fisher são o Instituto Liberal (fundado em 1983), o Instituto de Estudos Empresariais (1984) e o Instituto Atlântico (1992). Antes deles já havia aparecido a CEDES, Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, criada em 1980 e liderada pelos economistas Paulo Rabello de Castro – que recentemente ensaiou uma candidatura à presidência da República pelo Partido Social Cristão -- e Paulo Leme. Seguindo os princípios da Escola de Chicago, a CEDES promovia eventos para influenciar políticos. Entre os que compareceram a um dos primeiros encontros da

cidade, na cidade paulista do Guarujá, em 1986, estavam Marco Maciel e Guilherme Afif Domingos. Afif, como já vimos, foi um dos primeiros políticos brasileiros a se apresentar numa eleição presidencial com uma plataforma eminentemente liberal. Marco Maciel foi um dos líderes do “Centrão”, movimento surgido dentro da Constituinte de 1988 com o intuito de promover ideias liberais, que efetivamente influenciaram uma Carta Magna com larga predominância de ideias social-democratas. Os outros think tanks citados acima também promoveram eventos e tradução de obras. Em 1993, o Instituto Liberal chegou a fazer um levantamento de “formadores de opinião” com potencial para aderir e divulgar as ideias liberais. Eram 3 000 nomes o total. Entre eles, 1 200 políticos, 400 professores universitários e 400 empresários (ROCHA, 2017).

Depois da Constituinte, Paulo Rabello de Castro criou o “Plano K”, um conjunto de medidas liberais a ser apresentado para algum candidato à presidência da República em 1989. Levou as propostas a Fernando Collor, que não se entusiasmou – Collor, como se viu, era crescentemente influenciado pelas ideias de José Guilherme Merquior. Outro candidato de pendor liberal, Afif, tinha seu próprio liberal de Chicago entre seus quadros, o economista Paulo Guedes. Em 1992, Rabello fundou o Instituto Atlântico, que tinha como objetivo popularizar as ideias liberais. A entidade chegou a criar uma cartilha em quadrinhos, ilustrada pelo cartunista Ziraldo. Também difundiu suas ideias entre os líderes da Força Sindical. Em 1994, o Instituto Atlântico levou seu conjunto de propostas ao candidato Fernando Henrique Cardoso, que também não se entusiasmou – um dos integrantes do instituto disse que não adiantaria insistir ali, porque o marxista Fernando Henrique “definitivamente não tinha índole liberal” – o PSDB, àquela época, se definia como um partido de centro-esquerda, e esteve próximo de uma aliança com o PT para a eleição presidencial. Rabello e sua turma, no entanto, acabaram influenciando de alguma forma o governo Fernando Henrique na medida em que estavam próximos do Partido da Frente Liberal, o PFL, parceiro de governo do PSDB.

Embora suas atividades juntos a políticos tenham de certa forma arrefecido – talvez pela incorporação de algumas das ideias liberais pela esquerda social-democrata (ROCHA, 2017), alguns think tanks sobrevivem, como o Instituto de Estudos Empresariais, cuja sede é em Porto Alegre e agora se chama Instituto Liberdade. O Instituto Liberal também segue suas atividades. Mas a propagação das ideias de direita vai muito além dos “think tanks”. Vários colonistas da imprensa brasileira, como veremos posteriormente, se alinham no campo liberal.

Economistas que se autodefinem como liberais proliferam também no meio acadêmico, e tiveram grande influência nos governos social-democratas de Fernando Henrique e Lula. Em resumo, de certa forma, os liberais fizeram um percurso semelhante à esquerda. O pensamento de esquerda brasileiro começou em “think tanks”, como o ISEB. Enraizou-se na academia, movimento que teve como evento-símbolo o Seminário Marx entre os alunos e professores da Universidade de São Paulo. Com o ataque que a Universidade sofreu durante a ditadura militar, que incluiu o expurgo de vários professores – entre eles Fernando Henrique Cardoso –, o pensamento de esquerda migrou para um think tank, o CEBRAP. Hoje coexiste em academias e centros de estudo. Já o pensamento liberal começou com “lobos solitários”, enraizou-se em “think tanks”, e chegou às universidades em um movimento quase simultâneo: acadêmicos brasileiros oriundos de escolas americanas, especialmente na área de economia e negócios, voltaram ao país e passaram a ocupar espaços nos departamentos brasileiros.

Em resumo, pode-se dizer que os liberais brasileiros estão na academia e nos “think tanks”, onde participam de um animado debate com as esquerdas, principalmente na área de economia, onde têm, como já foi dito, social-democratas e nacionalistas como opositores preferenciais.

O pensamento conservador, como observa em artigo Carlos Gustavo Poggio (POGGIO, 2018), não tem a mesma presença no ambiente acadêmico. Talvez as raízes do conservadorismo brasileiro, no século 20, estejam na obra de políticos e pensadores ligados ao movimento integralista, como Plínio Salgado, que conheceu pessoalmente Benito Mussolini e encantou-se com o fascismo. Tal pensamento, no entanto, não chegou a se enraizar na academia. Falta uma pesquisa acadêmica profunda sobre o assunto, mas pode-se aventar algumas razões. O autoritarismo que se estabeleceu no Brasil na quadra dos totalitarismos – as décadas de 1930 e 1940 – foi mais identificado com as esquerdas do que com as direitas (embora a polícia política do autoritário de plantão, Getúlio Vargas, tenha levado à cadeia igualmente comunistas e integralistas). Parte da esquerda apoiava Vargas, por achar que um ditador – alguém que passava por cima dos princípios da democracia -- poderia constituir um “atalho” nas transformações sociais, e Vargas fez um governo efetivamente transformador. De resto, tal princípio estava na raiz do pensamento comunista soviético. Na Segunda Guerra, embora vivesse sob um regime autoritário, o Brasil combateu contra os

totalitarismos, e se saiu vitorioso ao lado dos aliados, sob a liderança dos Estados Unidos. De forma que, no debate político que se formou na redemocratização a partir de 1946, não havia espaço para um conservadorismo de tintas integralistas, nos moldes do que era defendido por um Plínio Salgado.

O que surgiu de mais parecido com algum tipo de conservadorismo no período democrático entre 1946 e 1964 foi o político Jânio Quadros, que fez carreira meteórica em São Paulo – foi prefeito da capital e governador do Estado – antes de se tornar presidente da República, em 1961. O conservadorismo de Jânio tinha, sobretudo, tintas culturais. Era cioso dos costumes – chegou a proibir o uso de biquíni nas praias quando foi presidente da República – e do combate à corrupção. Seu conservadorismo está na raiz do que chamamos aqui de conservadorismo popular. Com o discurso de costumes agradava ao povão religioso. Apelava também à ideia, bastante popular no Brasil, de que os problemas nacionais se deviam ao excesso de “roubalheira”. Era também um conservadorismo de confronto. Segundo relembrou Nelson Jobim em conferência, uma de suas máximas era “procure o inimigo”. Num episódio em que precisava aumentar o preço da gasolina por razões fiscais, lembra Jobim, Jânio encomendou a sua equipe de comunicação um inimigo a quem pudesse atribuir a culpa. A equipe de comunicação fracassou em atender a demanda. Jânio, então, escreveu seu próprio discurso no rádio, em que culpava “os americanos” pelo infortúnio que estava impondo aos brasileiros com o aumento de combustível. Este “conservadorismo de confronto” – voltaremos a esta expressão daqui a pouco – se expressava no próprio símbolo de campanha de Jânio. Ao longo de toda sua carreira política, Jânio usou a vassoura em seus logotipos de governo. A simbologia era “varrer” do país tudo o que, na opinião dele, infelicitava a nação – os maus políticos, a decadência moral, a “roubalheira”, enfim. Esta tática do confronto, em estudos contemporâneos, é tida como um dos pilares do populismo moderno. (MULLER, 2017)

É o caso de nos determos na expressão “conservadorismo de confronto” porque ela constitui, em si, um enorme paradoxo. Em suas “Reflexões sobre a Revolução Francesa” (BURKE, 2014), um dos patriarcas do conservadorismo britânico, Edmund Burke, critica os métodos revolucionários utilizados para mudança de regime do outro lado do Canal da Mancha. No livro, é como se Burke se perguntasse o tempo todo: por que tanta turbulência? A Inglaterra havia feito o mesmo – instaurar um parlamento e instituições democráticas – sem

precisar cortar tantas cabeças. A essência do conservadorismo, como brilhantemente definiu Michael Oakeshot em seu “Racionalismo em Política e outros Ensaios”, já no século 20, é “preferir o familiar ao desconhecido, o tentado ao não tentado, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica” (OAKESHOT, 2017). No conservadorismo clássico britânico, um político leva em consideração tradições patrióticas e familiares, como vimos anteriormente na análise de Anthony Giddens sobre Margaret Thatcher. Mas procura adequar sua atuação às práticas políticas correntes, à realidade partidária do parlamento, aos procedimentos normais de negociações entre legendas políticas. Nada menos conservador, assim, do que uma política de confronto. Em recente reportagem de capa sobre o tema, a revista britânica *The Economist* enfatiza essa face do conservadorismo para contrapô-la ao aspecto beligerante das atuais direitas americana e britânica – que se apresentam frequentemente como conservadoras, mas não podem ser chamadas de conservadoras “strictu sensu” quando se considera o fato de que o confronto não faz parte do repertório do conservadorismo. A comparação vale para o caso do conservadorismo popular brasileiro que, neste trabalho, associamos a Jânio Quadros. Elementos deste conservadorismo popular podem ser identificados atualmente no governo do presidente Jair Bolsonaro.

Para explicar tal conservadorismo, voltamos ao artigo de Carlos Gustavo Poggio. Ele ensaia uma explicação para o conservadorismo popular brasileiro no governo Jair Bolsonaro. Em seu ensaio, ele rastreia a gênese do conservadorismo moderno americano nos anos 1950 do século passado (POGGIO, 2019). Tal conservadorismo, segundo ele, não tinha extração acadêmica e encarnava vários elementos populares – daqueles que são brandidos irrefletidamente por políticos ao longo de campanhas eleitorais: teorias conspiratórias anticomunistas, elementos racistas etc. Opondo-se a tal corrente, alguns intelectuais fundaram revistas conservadoras e promoveram uma espécie de “expurgo” desse imaginário popular que fazia sucesso nos palanques mas nunca seria aceito num debate acadêmico sério. O mais proeminente deles é William Buckley, editor da revista *National Review*, que nos anos 1960 se tornaria uma figura da “cultura pop” americana por seus debates com o escritor progressista Gore Vidal. O conservadorismo de Buckley, segundo Poggio, é sobretudo uma reação ao liberalismo de um Friedrich Hayek (POGGIO, 2019). Trata-se de um fenômeno semelhante ao observado na Inglaterra por Anthony Giddens, em que valores familiares e religiosos servem para “temperar” um liberalismo que era considerado disruptivo (já na idade

madura, o liberal Hayek, longo como Gudin, polemizava com essa corrente, e chegou a escrever um livro com o título “Por que não sou Conservador”).

A conclusão de Poggio é que, nos Estados Unidos, as correntes conservadoras populares sofreram um “banho de loja” (a expressão é nossa) antes de entrar no debate acadêmico. Num momento subsequente passaram ao debate político, embasando e estruturando o ideário que levou ao poder um dos mais bem-sucedidos presidentes republicanos do século 20, Ronald Reagan. Antes de se tornarem base da plataforma de Reagan, no entanto, os conservadores se reconciliaram com os liberais. Isso ocorreu porque tinham algo em comum: o desejo de levar a nocaute o comunismo, num período em que isso parecia mais possível do que nunca, com a União Soviética combatida por problemas econômicos. Ronald Reagan incorporou tal fusão de ideais de forma magistral. Ele era liberal na economia, um anticomunista – sobretudo anti-União Soviética – convicto, abraçava valores patrióticos e, ao longo de suas campanhas eleitorais, passou a defender também um conservadorismo de costumes que não era corrente no ambiente de onde ele tinha vindo, o cinema de Hollywood.

No Brasil, ao contrário – conclui Poggio – direitas que se definem conservadoras chegaram ao poder sem antes sofrer o tal “banho de loja” acadêmico (“banho de loja” que, pode-se dizer também, as esquerdas já haviam experimentado quando os marxistas da USP contestaram a turma da “vulgata”). Embora haja algumas vozes conservadoras na academia, elas pertencem a “lobos solitários”. O grosso do conservadorismo brasileiro atual é um conservadorismo popular, que encontra suas origens talvez em Jânio Quadros, e que, segundo Poggio, tem um paralelo interessante com o conservadorismo americano anterior ao “banho de loja” de Buckley e seus companheiros. Que hoje em dia é chamado, nos Estados Unidos, de “paleoconservadorismo” (POGGIO, 2018).

Outra semelhança entre americanos e brasileiros – e que os diferencia de europeus em geral, e britânicos em particular -- é a presença da religião na política. Em seu ensaio, Poggio cita “pesquisa recente do instituto Pew Research Center” que aponta que “para 72% dos brasileiros e 55% dos americanos a religião é considerada muito importante, contra apenas 11% dos franceses e 10% dos britânicos” (POGGIO, 2018). Nos Estados Unidos,

temas religiosos se incorporaram crescentemente ao discurso político dos republicanos no período pós-Ronald Reagan, movimento que se intensificou nos anos imediatamente anteriores à presidência de George W. Bush, intensificando-se durante sua gestão. No Brasil do século 21, fortaleceu-se no Congresso uma bancada religiosa suprapartidária, representativa da crescente importância de tais temas junto à população. A bancada representa diferentes denominações, portanto seria simplificação dizer que defende um conjunto unívoco de ideais. Grosso modo, no entanto, um número expressivo dos parlamentares eleitos com apoio de igrejas se beneficiou, nas últimas eleições, de um discurso conservador na área de costumes e defensor do combate à corrupção. A articulação política mais afinada se dá entre os evangélicos. Desde 2003 eles formam a Frente Parlamentar Evangélica (FPE). De acordo com levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), tal frente vem se mantendo consistentemente no Congresso brasileiro, inclusive com um leve crescimento. A FPE elegeu 73 deputados em 2010, 75 em 2014 e, em 2018, com a eleição do primeiro executivo pertencente às direitas, chegou a 84 deputados. Empresas de estudo de reputação digital mostram que líderes religiosos estiveram, na campanha eleitoral de 2018, entre os maiores propagadores do discurso de Jair Bolsonaro nas redes sociais. Os políticos de extração religiosa seriam, assim, protagonistas importantes no fenômeno do conservadorismo popular brasileiro.

A conclusão é que o conservadorismo popular brasileiro ainda não fez claramente seu encontro das águas com os liberais. Como vimos acima, os liberais já estão no debate público e no debate acadêmico. Os conservadores populares, não. Proporemos um entendimento das direitas brasileiras atuais, em capítulo posterior, a partir desta premissa defendida aqui.

CAPÍTULO 5 – ESQUERDAS, DIREITAS E O CHOQUE DE REALIDADE: AS “CRENÇAS” DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Esquerdas e direitas não debatem no vácuo. As discussões, nas democracias, são balizadas pelos fatos e também pela cultura dos países. Nem sempre os políticos gostam dos fatos, como escreveu Hannah Arendt, porque eles são limitadores das promessas dos políticos (ARENDT, 1963). Um candidato pode prometer um salário mínimo altíssimo na campanha eleitoral, mas não conseguirá cumprir a promessa se não houver recursos disponíveis no orçamento público. Trata-se de um choque de realidade: a política de palanque versus a verdade factual. A cultura também é importante. O debate em países como Suécia e Alemanha, berços do estado de bem-estar social, são balizados na expectativa da população sobre serviços gratuitos de saúde e de educação, mesmo que isso custe impostos altos. Nos Estados Unidos, ao contrário, a cultura é a da liberdade de empreender, embora a expectativa de políticas públicas seja crescente numa parte da população. Na Inglaterra, com uma cultura mais parecida com a americana, a tradição do serviço público de saúde faz com que ele se torne um elemento incontornável do debate.

O debate público brasileiro é igualmente balizado por razões culturais e factuais. A Constituição de 1988 mostra que o Brasil escolheu um estado de bem-estar nos moldes europeus. Queremos saúde e educação de graça, e também aposentadorias. Isso é cultural. No entanto, é bem mais complicado viabilizar tal projeto num país desigual e de renda média do que em nações ricas e homogêneas como as europeias. Isso é fato. Pode-se dizer que o debate público brasileiro se dá entre esses dois parâmetros. O desejo de um estado de bem-estar social -- a partir da consciência de que temos uma longa lição de casa no combate à pobreza, diriam as direitas, e à desigualdade, diriam as esquerdas -- e a necessidade de viabilizar isso num eterno quadro de restrições orçamentárias. O estudo mais completo sobre a agenda

pública brasileira, “Brazil in Transition”, que abordaremos a seguir, chega a conclusão parecida usando metodologia própria (PEREIRA ET AL, 2016).

Num país desigual como o Brasil, o tema da inclusão social e do combate à pobreza é recorrente no debate público. Trata-se de um consenso desde a já referida contenda entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, neste ensaio apresentados como “patriarcas” das direitas brasileiras, e que se referiram, em seus trabalhos, ao fenômeno da “pauperização”. Tal tema voltou com toda a força na redemocratização, em que pela primeira vez na história houve sufrágio universal no país, dando a milhões de brasileiros o poder de votar. A composição da pirâmide social brasileira é muito desigual. Grosso modo, apenas 1% dos brasileiros pode ser considerado de classe média alta pelos padrões internacionais, com rendimentos individuais acima de 12 000 reais por mês – nos Estados Unidos, este número chega a 1/3 da população. 95% dos brasileiros podem ser classificados como de classe média baixa ou pobres, com rendimentos individuais abaixo de 5 000 reais por mês. Os dados são da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018. Com o sufrágio universal, é inevitável que as eleições brasileiras, principalmente as majoritárias, sejam decididas por eleitores de classe média baixa ou vulneráveis. Todo presidente da república no Brasil é, por definição, escolhido pelos mais vulneráveis. Se o candidato vitorioso não fosse majoritário nas camadas mais vulneráveis da população, simplesmente não seria eleito. Por causa deste fato, entre outros, é inevitável que questões sociais estejam no centro do debate político brasileiro.

Uma pesquisa feita em 1993, pouco antes da primeira eleição que opôs PT e PSDB na disputa pela presidência, mostrou que, na ocasião, a agenda social disputava espaço com outra preocupação dos brasileiros: a inflação. Tal pesquisa foi realizada pouco antes da eleição para presidente de República que opôs, como principais candidatos, Luís Inácio Lula da Silva, pelo PT, e Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB (SINGER, 2000). Segundo o levantamento, o brasileiro via duas prioridades no país: o combate à pobreza e o combate à inflação. A pesquisa Tipologia do Voto Paulista, citada por José Augusto Guilhon Albuquerque no trabalho referido acima (SINGER, 2000), mostra que 46,4% dos eleitores em 1994 entendiam que o principal problema do Brasil era acabar com a miséria. Tal convicção

vinha seguida de perto por acabar com a inflação, apontada por 42,4% dos eleitores como prioridade. A conclusão do cientista político André Singer em seu livro “Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro” é que a vitória de Fernando Henrique no pleito se deu, em parte, porque ele conseguiu convencer o eleitorado de que era o candidato mais apto a lidar com as duas questões simultaneamente. Como ministro do governo anterior, de Itamar Franco, Fernando Henrique lançou o Plano Real, cujos primeiros resultados no combate à inflação foram efetivos. Mais que isso. Sendo a inflação, como dizem os economistas, um imposto que o pobre paga ao rico, ficou claro para a população de baixa renda, ainda que de maneira intuitiva, que a estabilidade econômica era um fator de inclusão social – e que ambas, estabilidade e inclusão, deveriam andar juntas.

A agenda social, no entanto, continuava sendo prioridade. De acordo com pesquisa do Datafolha, 94,3% dos brasileiros concordam que “nós teríamos menos problemas no Brasil se as pessoas fossem tratadas com mais igualdade”; 83,6% dos brasileiros concordam que “tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos, com a maior igualdade possível”; e 81,9% dos brasileiros concordam que “em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres” (SINGER, 2000).

A discussão sobre a agenda brasileira se tornou mais intensa em tempos recentes. Em artigo publicado em 2014, sob o calor das manifestações que sacudiram o país em 2013 – que serão tratadas em mais profundidade em capítulo posterior –, o filósofo Renato Janine Ribeiro traçou um paralelo perspicaz entre momentos em que a população foi às ruas e determinadas reivindicações que se tornaram majoritárias na sociedade brasileira. Janine casa ciclos de manifestações ou de campanhas eleitorais com o que seriam consensos nacionais. Para ele, o primeiro consenso seria a própria democracia, expresso nas manifestações que, nos anos 1980, constituíram a campanha das diretas-já – e que estão na abertura deste estudo. O segundo seria o combate à inflação, primeiro grande desafio de uma democracia nascente – e que culminou na eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994. Resolvido o problema da estabilidade econômica, restava combater a imensa iniquidade social do país – e, segundo Janine, o Partido dos Trabalhadores e Luís Inácio Lula da Silva se apresentaram como os mais adequados para realizar tal tarefa, nas eleições de 2002. Sobre as três agendas, Janine escreve: “A primeira representou uma mudança política; a segunda, uma econômica; e a terceira, uma social. Três grandes campos da vida social ou pública foram então abordados.

Em todos os casos, a mudança foi obtida por meios democráticos. Os resultados foram democráticos porque elevaram a qualidade de vida no Brasil, mas também pelos métodos empregados: tudo foi conseguido por meios pacíficos e respeitosos, além de uma mobilização em massa, seja nas ruas, seja no voto”. (RIBEIRO, 2014).

É interessante notar que a leitura de Janine de certa forma ecoa a pesquisa citada por Singer em seu estudo de 1998. Os três temas da agenda brasileira, para ele, seriam a democracia; o combate à inflação (como aparece em Singer, a partir de pesquisas); e a inclusão social (que igualmente aparece em Singer). Janine especula posteriormente sobre qual seria o quarto tema, o próximo a aparecer na agenda. (Trata-se de uma questão ainda em aberto. Para Janine, seria a melhoria dos serviços públicos. Pode-se dizer, no entanto, que o combate à corrupção se tornou igualmente importante na sociedade brasileira).

Com as mesmas variações, os três temas – democracia, estabilidade econômica, inclusão social – aparecem no livro mais aprofundado sobre a questão da agenda brasileira, “Brazil in Transition”, de autoria dos cientistas políticos Carlos Pereira e Marcus Melo, e dos economistas Lee Alstom e Bernardo Muller. O tema da agenda, na obra, é apresentado na forma de “crenças”, no sentido em que aparece na obra de Acemoglu e Robinson -- as ideias que estão na base da criação das instituições dentro de um país (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012). A definição de crenças, em “Brazil in Transition”, é proposta pelo sociólogo Leonard Weller: “How the actors of a society understand how the world works”, “como os atores de uma sociedade entendem o funcionamento do mundo”, em tradução livre. Os autores citam também uma definição de Douglass North, autor seminal da visão institucionalista da economia política, com quem Lee Alstom escreveu artigos em co-autoria: “The subjective view of the way the institutions will affect outcomes”, “a visão subjetiva da maneira com que as instituições afetarão os resultados de uma sociedade”, em tradução livre (PEREIRA ET AL, 2016).

A partir desse referencial teórico, e escudado numa alentada pesquisa sobre a história recente do país patrocinada pela Fundação Rockefeller, os autores chegam a um resultado parecido com o de Renato Janine, com uma diferença ao mesmo tempo importante e sutil. Os autores de “Brazil in Transition” não associam diretamente as crenças a mandatos

governamentais (PEREIRA ET AL, 2016). Os pontos da agenda se consolidam, segundo os autores, a partir de traumas sofridos pelas sociedades. O trauma da ditadura leva ao consenso em torno da democracia. O histórico de iniquidade social do Brasil, aliado ao fato de que a questão da pobreza e da desigualdade teve tratamento apenas marginal durante a ditadura, leva ao consenso da inclusão social. De acordo com os autores – numa diferença importante em relação a Janine – tal consenso em relação ao combate à pobreza não se forma em torno de Lula em 2002, e sim bem antes. Ele está expresso, como dissemos anteriormente, na Constituição de 1988, pródiga na criação de benefícios e direitos de cidadania. Lula pode ser um símbolo da inclusão social por sua própria trajetória de vida. Mas a ideia da inclusão, segundo os autores, está expressa na Constituição, e o primeiro presidente a tirar do papel as políticas públicas ali previstas – a começar pelo investimento crescente em educação básica – é Fernando Henrique Cardoso. Aquele que, nas palavras de André Singer, como vimos, se elegeu por convencer os eleitores de 1994 que era o mais apto a lidar simultaneamente com as demandas de estabilidade e de inclusão.

De maneira análoga, o consenso da estabilidade econômica se dá novamente em torno de um trauma -- a inflação alta, próxima de uma hiperinflação, que dominou os primeiros anos da democracia brasileira, como consequência do excesso de gastos nos últimos governos da ditadura militar, notadamente o do general Ernesto Geisel (PEREIRA ET AL, 2016). O trauma se agravou com os primeiros e retumbantes fracassos na tentativa de estabilizar a economia, nos dois primeiros governos da redemocratização, os de José Sarney (1985-1989) e de Fernando Collor (1990-1992), o primeiro presidente eleito diretamente.

Na visão dos autores, existe uma interdependência entre esses dois consensos, que se transformaram nos dois principais pontos da agenda brasileira a partir do momento em que a democracia se consolida: a inclusão social com responsabilidade fiscal, ou “fiscally sound inclusion”, como eles resumem no livro (PEREIRA ET AL, 2016). Tal percepção, na visão dos autores, constitui um ideário de centro-esquerda – no sentido moderno do termo, como definido pelo sociólogo inglês Anthony Giddens (conforme abordamos também em capítulo anterior) – e perpassa os governos de Fernando Henrique Cardoso, principalmente em seu segundo mandato, e Luís Inácio Lula da Silva, notadamente em seu primeiro período. Os governos de Fernando Henrique e de Lula têm diferenças importantes, mas ambos podem ser considerados de centro-esquerda segundo esse critério, se examinamos as linhas gerais dos

dois governos -- marcados pelo aumento do investimento social, escudado por alta carga tributária (receita típica da esquerda), mas de forma a não quebrar a estabilidade econômica duramente conquistada (a perda da estabilidade acaba se dando mais tarde, depois da crise de 2008, no final do governo Lula e, principalmente, durante os mandatos de sua sucessora, a presidente Dilma Rousseff).

A força dos consensos da agenda proposta pelos autores de “Brazil in Transition” tem sido objeto de vários debates e controvérsias. Questiona-se, por exemplo, a força do consenso da responsabilidade fiscal, que se perdeu no segundo governo de Lula e no primeiro de Dilma Rousseff (poucos questionam a centralidade do consenso da inclusão social). Para os autores, os governos de Fernando Henrique (principalmente o segundo, que investiu pesadamente em educação) e Lula (principalmente o primeiro, com uma política econômica bastante ortodoxa) formam uma espécie de continuidade na “fiscally sound social inclusion” – eles discordam, como vimos, de Renato Janine Ribeiro, para quem Fernando Henrique olhava mais para o “econômico” e Lula mais para o “social”. A tese da continuidade entre Fernando Henrique e Lula é, no entanto, compartilhada por autores de diferentes pontos do espectro político e econômico, de liberais a heterodoxos (PESSOA, 2013, e PAULANI, 2003).

Controvérsias à parte, parece-nos claro que a agenda pública brasileira se compõe, principalmente, de três consensos, que mesclam fatores culturais e fatos concretos: a democracia, a inclusão social e a estabilidade econômica. A essência do debate público estaria, então, na melhor maneira de promover inclusão social (grosso modo, com políticas públicas, na visão que tende às esquerdas, ou com prosperidade econômica, na visão que tende às direitas) e de desenvolver o país num contexto de estabilidade (também grosso modo, com políticas liberais, na visão das direitas, ou com políticas industriais, na visão do desenvolvimentismo histórico que algumas esquerdas têm abraçado nos últimos tempos).

Um ponto central no raciocínio dos autores de “Brazil in Transition” é que a discussão em torno da agenda pública se dá prioritariamente dentro do que eles chamam de “dominant network”, que nós traduziremos livremente aqui como “rede de influência” (aprofundaremos este conceito num capítulo posterior). Segundo os autores, fazem parte da “dominant network todos aqueles que, dentro de uma democracia, são capazes de influir no

arcabouço instituci”onal que se forma a partir das crenças – ou seja, os que influem na criação de novas leis. Nesta visão, fazem parte da rede de influência as entidades empresariais e sindicais, a academia e a imprensa. É interessante notar que, tanto na visão de Janine como na dos autores de “Brazil in Transition”, tais ideias se tornam consensuais quando se tornam majoritárias para além da “rede de influência”, pelo papel de um líder capaz de comunicá-las ao grosso da população – Fernando Henrique e Lula teriam cumprido esse papel (JANINE, 2014, e PEREIRA ET AL, 2016). Numa democracia de massas, num país de renda média, para que um candidato seja eleito com base numa proposta, é necessário que essa proposta seja entendida pela maioria da população

Estabelecidos os pilares em torno dos quais se dá o debate brasileiro, cabe uma discussão sobre quais posições estariam em linha com um “mainstream” internacional. É o caso de retomar o conceito de “mainstream” a partir do debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Em 1942, o governo brasileiro requisitou uma consultoria dos Estados Unidos sobre os rumos econômicos que o país deveria tomar. O Brasil vivia um surto de industrialização durante a ditadura Vargas, em parte devido à conjuntura internacional: com a Segunda Guerra Mundial, o comércio entre os países se reduziu, os produtos industrializados se tornaram muito caros e a substituição de importações, no Brasil, fazia sentido do ponto de vista econômico. O grupo de economistas enviado pelo governo de Franklin Delano Roosevelt recomendou, em síntese, que o Brasil persistisse nesse caminho. Chefiada pelo engenheiro Morris Lleweling Cooke, um acadêmico especializado em processos industriais, a turma de especialistas americanos ficou conhecida como “Missão Cooke” (SIMONSEN e GUDIN, 1978). Para turbinar a industrialização brasileira, a Missão Cooke recomendou foco na indústria de base, investimento governamental e até a criação de bancos estatais. Um estudo realizado por um dos acadêmicos da Missão, o economista Corwin Edwards, pode ter sido um dos inspiradores da criação do BNDES em 1952.

O relatório, como observa Carlos von Doellinger, estava impregnado de objetivos geopolíticos de curto prazo. “A Missão Cooke, sabe-se hoje, veio ao Brasil imbuída de forte conteúdo político, visto que em 1942 era fundamental para os Estados Unidos contar com a ampla cooperação do governo brasileiro. Nessas condições, era de se esperar que seu relatório sublinhasse a necessidade de aperfeiçoamento da infra-estrutura econômica do país, de suas indústrias de base, até mesmo como garantia para o suprimento de certos insumos caso a

guerra se prolongasse indefinidamente” (SIMONSEN e GUDIN, 1978, p.11). O relatório da Missão Cooke, sintomaticamente, é citado no texto de Simonsen em que ele defende investimento estatal na economia e proteção à indústria brasileira. O ponto central aqui, no entanto, é outro. A política de substituição de importações que vigorou durante a ditadura de Getúlio Vargas esteve em linha, até o final da Segunda Guerra, com o “mainstream” internacional. Num mundo em conflito, o comércio internacional se reduz, e os países precisam produzir eles próprios aquilo de que necessitam.

Os ventos do “mainstream”, no entanto, logo mudaram radicalmente. Pode-se dizer que a conferência de Breton Woods, com a criação da Organização das Nações Unidas e demais organismos multilaterais, como o BIRD (origem do futuro Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional, foi o pontapé inicial na globalização como entendemos hoje. Iniciava-se uma nova era de abertura econômica. Era um novo “mainstream” – e o Brasil não o acompanhou. Pode-se dizer que até hoje um pouco do Brasil da Missão Cooke ainda sobrevive. De acordo com o ranking “Doing Business” do Banco Mundial, o país está em 125º lugar no ranking de abertura econômica do mundo, atrás de países da América Latina, como México e Chile, e de todos os BRICs.

Os organismos multilaterais da ONU são, hoje, a melhor medida para definir o que seria o “mainstream” econômico. Um relatório publicado sobre o Brasil em novembro de 2017 mostra que o novo “mainstream” está em linha com as crenças da maneira que elas são apresentadas no livro de Melo, Pereira, Muller e Alstom. Tal relatório se chama “Um Ajuste Justo” – que, como a Missão Cooke, foi encomendado pelo governo brasileiro, ainda durante o mandato da presidente Dilma Rousseff. Ele diz: “O principal achado de nossa análise é que alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres, além de não atingir de forma eficaz seus objetivos. Consequentemente, seria possível economizar parte do orçamento sem prejudicar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, beneficiando os estratos mais pobres da população” (WORLD BANK, 2017). E ainda: “Desenhar e implementar um ‘ajuste justo’ que coloque as contas fiscais do Brasil de volta em uma trajetória sustentável, ao mesmo tempo em que protege os pobres, é um grande desafio. Abrangerá mais de um mandato presidencial e exigirá um diálogo extenso, incluindo governos subnacionais, movimentos sociais, sindicatos, associações empresariais e muitos outros grupos. Acreditamos que quanto antes o país iniciar esse debate e enfrentar seus

problemas, mais cedo será possível transformar sua realidade e retomar o caminho da prosperidade compartilhada entre todos” (WORLD BANK, 2017).

Resumindo os pontos centrais deste capítulo, existem assuntos centrais em torno dos quais o debate público se articula. É a partir deles que se definem as posições políticas. No caso do Brasil, tais assuntos são inclusão social – tema recorrente desde os anos 1940 – e ajuste econômico, dentro de um consenso mais ou menos sólido sobre a ideia de democracia. Existe também um “mainstream” internacional. As diferentes posições políticas podem estar em fase ou em defasagem com esse “mainstream”. O Brasil esteve em fase com o “mainstream” internacional durante a era da substituição de importações, período que durou até o final Segunda Guerra. Esteve em defasagem na maior parte do período subsequente, o da globalização, quando nossa economia continuou a ser uma das mais fechadas do planeta. Já o consenso social-democrata, de inclusão social com responsabilidade fiscal definido pelos autores do livro “Brazil in Transition” – dentro da lógica da economia globalizada -- está em fase com o “mainstream” internacional de acordo com relatório recente do Banco Mundial. Grande parte do debate brasileiro tem a ver com as diferentes maneiras de alinhar-se com, ou contestar, esse “mainstream”.

Dizer que todo o debate se dá em torno de questões concretas seria supervalorizar a maturidade dos agentes políticos. Na era em que vivemos, do uso intensivo do marketing nas campanhas eleitorais, potencializado pelo uso das redes sociais, muito do que se vê no debate público não é “discussão mediante razões”, para usar a expressão do filósofo alemão Jurgen Habermas que veremos em capítulo posterior, mas mera estratégia para ganhar corações e mentes nas bolhas de opinião, no sentido de desqualificar oponentes na luta pelo poder. Postulamos que, apesar de toda espuma, as questões concretas existem, e o debate sobre elas se impõe. Tais questões – os temas que efetivamente afetam os governos e incomodam os cidadãos – formam a agenda pública dos países.

CAPÍTULO 6 – CAMINHOS CRUZADOS: AS OITO POSIÇÕES POLÍTICAS NO DEBATE BRASILEIRO

Desde a redemocratização, muitos brasileiros acreditavam que viviam uma realidade política polarizada entre dois partidos: PSDB e PT. Nascidos ambos da esquerda paulistana dos anos 1970 – quando Fernando Henrique concorreu ao senado com o apoio de Lula e de Eduardo Suplicy, que disputava uma vaga de deputado estadual --, PT e PSDB predominaram na política nacional entre 1994 e 2014. Ao longo destes vinte anos, disputaram cabeça a cabeça a presidência da república, em seis eleições consecutivas. Não faltaram analogias entre o cenário brasileiro e o cenário americano, onde Democratas e Republicanos polarizam a política. Só recentemente os brasileiros perceberam que tal previsibilidade eleitoral era falsa.

Talvez essa percepção tenha surgido com força pela primeira vez depois das manifestações de 2013. Num primeiro momento, analistas políticos diagnosticaram uma obriedade – eram manifestações de oposição. Mas oposição contra o que? Políticos de todos os partidos perderam popularidade no período, da presidente Dilma Rousseff (PT) aos governadores de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) e do Rio de Janeiro, Sergio Cabral (PMDB). A socióloga Angela Alonso, do CEBRAP – o mesmo “think tank” que, como vimos anteriormente, foi fundado nos anos 1970 por um grupo de intelectuais que incluía, entre outros, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort – foi a primeira a mostrar a complexidade do fenômeno, em ensaio escrito em 2016. De acordo com sua visão, que se tornou aos poucos hegemônica, as ruas representaram não um grito unívoco, mas a diversidade da democracia brasileira atual. Ela identifica em 2013 três vertentes claras: os “autonomistas”, grupos com reivindicações específicas e sem vínculos com partidos ou movimentos; os “socialistas”, representantes da esquerda organizada; e os “patriotas”, unidos pela visão crítica do governo Dilma Rousseff, mas em geral representando diferentes vertentes das direitas (ALONSO, 2017).

“Não era um ‘todos contra tudo o que está aí’. Havia dominâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do PT, com agendas reformistas, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente ‘padrão FIFA’) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (‘CorruPTos). (...) A diversificação atingiu seu máximo, e o ciclo adquiriu sua forma final de mosaico, com três setores distintos de mobilização, cada qual com suas pautas e estilos de ativismo, em convivência. Mas não em harmonia”. (ALONSO, 2017)

O ensaio de Angela Alonso descreve uma rua cheia de grupos e subgrupos. Tais ruas, em nossa hipótese, refletiram uma diversidade que é ainda maior nas universidades, na imprensa, e na política formal em geral. Nossa proposta aqui é identificar quais correntes disputam o debate público brasileiro a partir do cruzamento entre conceitos e fatos vistos nos capítulos anteriores. Os conceitos modernos de direitas e esquerdas elaborados por Norberto Bobbio e Anthony Giddens, que antecipam a fragmentação ocorrida após à queda do Muro de Berlim; os três temas que organizam o debate público brasileiro, segundo os autores do livro “Brazil in Transition” e os insights precursores de André Singer e Renato Janine Ribeiro; por fim, o próprio histórico das esquerdas e direitas no Brasil, que permitem mapear ideias recorrentes do pensamento político nacional – como a obsessão de direitas e esquerdas por um estado que subsidie os empresários, e o consenso social-democrata ensaiado na Constituição de 1988 e levado a cabo por dois governos sucessivos de feição similar, comandados por Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Começemos por Bobbio e Giddens. O cruzamento de suas leituras leva a quatro eixos em torno do qual o debate político se organiza no cenário pós-Guerra Fria: democracia, inclusão social, economia e cultura. As três crenças rastreadas pelos autores de “Brazil in Transition” se relacionam com os três primeiros eixos da classificação acima. Existe no Brasil um consenso em torno da democracia – que, ao menos entre a “dominant network”, não chega a ser abalado pelo surgimento de uma corrente “revisionista”, como veremos a seguir. A crença na inclusão, como vimos, é forte e inescapável numa sociedade de renda média e historicamente desigual como a brasileira. O debate sobre a melhor maneira de acelerar esta inclusão é similar ao debate clássico entre liberais e social-democratas que mobiliza o centro

político em quase todos os países do ocidente. De um lado, há ênfase na no crescimento econômico, ideia que no Brasil já era forte desde o debate Simonsen x Gudin em torno do tema da “pauperização”. De outro, a criação de políticas públicas que mitigassem a pobreza e desigualdade – ideia que se tornou gradativamente hegemônica na sociedade brasileira a partir do sufrágio universal (1985) e da Constituição de 1988.

A partir dos eixos da democracia e da inclusão é possível identificar um centro político no Brasil, formado por liberais e social-democratas da linhagem hegemônica – a da Terceira Via, expressão que, como vimos, hoje é pouco utilizado por ter se tornado “mainstream” nos partidos de centro-esquerda ao redor do mundo. No Brasil, essas duas posições concordam em torno do terceiro eixo, o da economia. Ambas defendem a busca da maior eficiência possível dentro da lógica da economia globalizada. A principal diferença entre liberais e social-democratas é a intensidade das políticas públicas. Há uma nuance quando se compara o debate entre liberais e social-democratas no Brasil com o que ocorre no Primeiro Mundo. Num país em que 60% da população vive com menos de um salário mínimo por mês, de acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), é praticamente unânime que políticas de renda mínima e algum subsídio para educação básica são necessários. O debate tem sido sobre a cobertura e intensidade dessas políticas, o quanto elas devem ser focadas na porção mais carente da população, e quem deve pagar por elas. É diferente ser liberal ou social-democrata num país rico e homogêneo como a França, em comparação com um país socialmente heterogêneo e com grande parte da população vulnerável como o Brasil. Cada vez mais o debate no centro político brasileiro – entre liberais e social-democratas (e mais duas outras correntes, como veremos a seguir) é, ao mesmo tempo, semelhante na forma ao debate análogo em outras democracias, e diferente no conteúdo por ser voltado para as peculiaridades brasileiras.

Perseguir a máxima eficiência dentro do contexto da economia globalizada, como fazem liberais e social-democratas cada um a seu modo, não é, no entanto, uma posição unânime no debate brasileiro. Historicamente, sempre houve correntes dentro das faculdades de economia que defenderam políticas proativas com o objetivo de subsidiar e proteger uma indústria nacional. Como vimos, a primeira sistematização profunda desse tipo de pensamento no século 20 foi elaborada pelo industrial paulista Roberto Simonsen. Tal ideia retorna recorrentemente, às esquerdas e às direitas. Ela norteia o pensamento do Partido Comunista

Brasileiro nos anos 1950 (esquerda); a última fase da ditadura militar, sob o general Ernesto Geisel (direita); e retorna durante o final da “era Lula” e ao longo governo da presidente Dilma Rousseff. Hoje, tal debate ocorre em torno de uma agenda de privatizações proposta pelo ministro Paulo Guedes no governo do presidente Jair Bolsonaro. A resistência a tal agenda, atualmente, vem principalmente das esquerdas, notadamente as que pertencem aos partidos PDT, PC do B e PT. Na academia, tem representantes em universidades como Unicamp e Fundação Getúlio Vargas. É possível, assim, a partir do eixo da economia, identificar uma terceira posição no debate público brasileiro, que se soma à liberal e à social-democrata: a nacionalista.

Apenas recentemente o eixo da cultura se tornou relevante no Brasil. De um lado, por movimentos organizados da sociedade civil no campo da liberalização dos costumes. As causas clássicas deste campo que definiremos como “progressista” tem a ver com a igualdade entre homens e mulheres, principalmente nos ramos do trabalho e da política – incluindo aqui a discussão mais polêmica de todas, em torno do aborto; com a regularização de uniões civis surgidas a partir de diferentes tipos de relacionamentos, sem discriminação de orientação sexual; e a criação de leis mais liberais em torno da comercialização e do consumo de diferentes tipos de drogas. São três focos de debates importantíssimos, que provocam discussões potencialmente mais acaloradas que aquelas que se dão em torno de questões relativas à economia e inclusão social. Como mostra o psicólogo americano Jonathan Haidt em seu livro “The Righteous Mind”, o debate em torno do eixo do comportamento – que os americanos chamam de “guerra cultural” – envolve questões morais e religiosas que se sobrepõem aos argumentos quantitativos que embasam o debate puramente econômico (HAIDT, 2017). No Brasil, a militância progressista na área dos costumes é forte na academia e, até recentemente, fraca na política formal. Apenas recentemente deputados que abraçam causas como o casamento gay passaram a ganhar espaço nos parlamentos Brasil afora, incluindo o Congresso Nacional. A maior parte deles é ligada a partidos de esquerda. Candidatos a eleições majoritárias, mesmo nas esquerdas, costumam fugir de debates culturais com medo de perder votos.

Opõe-se a essa corrente, no eixo cultural, o que chamaremos aqui de “conservadorismo popular”. Tal corrente, forte nas classes de renda baixa da população, é oposta – e de certa forma uma reação -- ao progressismo das elites intelectuais. O

conservadorismo popular é fraco nas universidades – como vimos anteriormente, tal vertente do pensamento conservador não tem representação forte na academia – e forte na política formal. Isso ocorre principalmente por causa da organização política das diferentes denominações evangélicas, como mostramos em capítulo anterior. O termo “popular” aqui é empregado em duas acepções. A primeira, justamente, reflete o fato de que tal corrente política não reflete um debate da “dominant network” – ou da sociedade civil, ou da esfera pública, para usar conceitos semelhantes que serão melhor definidos num capítulo posterior. Dificilmente se acha um acadêmico, ou colunista de jornal, que defenda posturas restritivas em relação à igualdade de gênero ou sexualidade. (Existem conservadores acadêmicos, embora em pequeno número, e eles têm uma expressão na imprensa proporcional a seu peso nas universidades. Chamaremos este pequeno contingente de “conservadores”. Mas mesmo eles não se posicionam claramente no eixo cultural.) A segunda acepção tem a ver com o fato de que o conservadorismo popular é, efetivamente, popular. Há muitos casos de políticos que se voltam a este público que tem votação expressiva, tenham eles perfil mais discreto, como vários deputados evangélicos, ou perfil mais agressivo e polarizador – caso do atual presidente da República, Jair Bolsonaro.

Temos, assim, até agora, seis correntes. Conservadores populares, conservadores e liberais, mais à direita. Social-democratas, progressistas e nacionalistas, mais à esquerda. Cinco dessas posições têm presença no debate acadêmico, em maior ou menor grau: conservadores, liberais, social-democratas, progressistas e nacionalistas. Conservadores populares, por razões que examinamos acima a partir da comparação com os conservadorismos britânico e americano, têm pouca presença na academia e, conseqüentemente, no debate público nos jornais, que costuma espelhar a universidade. Para além dessas seis categorias, gostaríamos de definir mais duas, nos extremos do espectro político. Elas se originam mais do olhar sobre a política real do que para o debate acadêmico, onde são minoritárias – ou, num dos casos, praticamente inexistente. Tais correntes são as que chamaremos de “revisionista” e “socialista”. Elas não chegam a ser propriamente dissidentes do primeiro pilar das crenças brasileiras e da classificação de Norberto Bobbio – o da democracia. Não se pode dizer que defendem projetos autoritários futuros para o Brasil. Relativizam, no entanto, a unanimidade em torno da crença democrática brandindo exemplos distantes no tempo – revisionistas – e no espaço – socialistas.

Os autores do livro “Brazil in Transition” e o filósofo Renato Janine Ribeiro apontam para o fato de que a ditadura, no Brasil, foi um trauma. Do ponto de vista político, por que trouxe os flagelos da tortura, da censura, das prisões e dos desaparecimentos políticos. E do ponto de vista econômico, porque o Brasil literalmente quebrou nos últimos governos da ditadura, sob os generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. A geração política que se formou na redemocratização, às direitas e às esquerdas, se alimentou de opositores da ditadura. Com exceção de Fernando Collor, todos os presidentes que se elegeram entre 1994 e 2014 sofreram, em alguma medida, os efeitos da ditadura. Fernando Henrique foi exonerado de seu cargo de professor na Universidade de São Paulo. Lula foi preso. Dilma foi presa e torturada. Nas manifestações de 2013 que abrem este capítulo, no entanto, Angela Alonso chama a atenção para um subgrupo da corrente que ela define como “patriotas”: os “pró-ditadura militar”. Esta corrente, minoritária num país cuja crença mais unânime é a democracia, defende a ideia de que a ditadura militar teria sido um mal necessário, por supostamente evitar que correntes radicais de esquerda tomassem o poder nos anos 1960 e 1970 e instaurassem no Brasil uma ditadura comunista. O nome “revisionista” soa apropriado na medida em que integrantes dessa corrente defendem, entre outras coisas, uma revisão dos livros de história que, na opinião deles, têm viés de esquerda.

De acordo com Anthony Giddens, parte do que ele chama de “esquerda tradicional” abandonou a ilusão revolucionária e passou a adotar causas no eixo da cultura – formando o grupo que aqui denominamos de “progressistas”. Do lançamento de seu livro até hoje, outras correntes surgiram reivindicando a denominação de “socialistas”. Na América Latina, tal termo ressuscitou em 1999, quando o militar Hugo Chávez se elegeu presidente da Venezuela. Para definir seu governo, Chávez adotou o termo “socialismo do século 21”, cunhado anos antes pelo sociólogo alemão Heinz Dieterich, professor da Universidade Autônoma do México – que mais tarde se tornaria conselheiro do governo venezuelano. Com o risco de simplificar demais, o socialismo de Chávez se baseava numa presença forte do Estado, no campo econômico, e no forte emprego de plebiscitos, no campo político. Ao longo dos anos, tal modelo evoluiu para uma crise econômica, de um lado, e para um desequilíbrio nas instituições democráticas, com hipertrofia do Executivo, no campo político. Durante muito tempo parte das esquerdas latino-americanas – incluindo as brasileiras – apoiaram o regime de Chávez. Tal apoio, que nas administrações petistas se converteu em algumas políticas de cooperação, é decrescente desde que o regime entrou em crise – embora a

presidente do PT, Gleisi Hoffman, ainda seja uma defensora do presidente Nicolas Maduro, o sucessor de Chávez, no momento da redação deste trabalho. Na última década, o apoio ao “socialismo do século 21” foi o parâmetro para delimitar o campo do que Giddens chamaria de “esquerda tradicional” no Brasil, e ainda hoje é uma vertente dentro do campo “socialista” como definido por Angela Alonso.

Atualmente, no entanto, a palavra “socialista” parece se aplicar melhor aos jovens brasileiros que, em sintonia com tendências internacionais, defendem ideias parecidas com as de Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez, da ala esquerda do Partido Democrata dos Estados Unidos. Esta vertente, apelidada de “millennial socialism” pela publicação liberal britânica *The Economist*, defende que a desigualdade chegou a níveis insuportáveis, que o mundo ainda ignora os perigos do aquecimento global, e que as instituições democráticas como desenhadas hoje não mais atendem as demandas participativas dos cidadãos modernos. Tal movimento é forte especialmente nos Estados Unidos, onde 51% dos jovens entre 18 e 29 anos declaram ter uma visão positiva deste novo socialismo, de acordo com pesquisa do Instituto Gallup. É forte também na Inglaterra, onde há um apoio grande dos jovens ao veterano líder Jeremy Corbyn, da esquerda do Partido Trabalhista – que, na avaliação de Giddens, representaria uma “esquerda tradicional”. A maior parte das propostas deste novo socialismo ainda não chegou ao debate brasileiro. Muitas delas, principalmente as inglesas, têm a ver com antigas reivindicações do trabalhismo: participação no lucro das empresas e criação de um imposto sobre os empresários que redunde em benefícios para os trabalhadores. Entre as propostas novas, a mais debatida no mundo anglo-saxão é a “Modern Monetary Theory”, que defende que um governo pode gastar mais do que arrecada até um limiar que não gere inflação (*THE ECONOMIST*, 14/2/2019). No Brasil, iria frontalmente contra a segunda crença elencada pelos autores de “Brazil in Transition”, a da responsabilidade fiscal. Um ponto de honra do novo socialismo que chegou a ser debatido marginalmente no Brasil foi o aumento do imposto sobre os muito ricos. A ideia, proposta, entre outros, pela candidata Manuela D’Ávila, do Partido Comunista do Brasil, nas eleições de 2018, carecia, na época, de sustentação em estudos acadêmicos.

Parece-nos, assim, que pelo menos oito posições disputam o debate público brasileiro. Da direita para a esquerda: revisionistas, conservadores populares, conservadores, liberais, social-democratas, progressistas, nacionalistas e socialistas. Três observações se

fazem necessárias. A primeira é que, mesmo no sistema hiper-representativo que caracteriza a democracia brasileira atual – com uma miríade de partidos políticos – não há uma correspondência clara entre tais campos e as legendas partidárias. É possível, no entanto, fazer algumas correspondências. O PSL do presidente Jair Bolsonaro fala principalmente a revisionistas e conservadores populares. O governo atual é apoiado, com algumas restrições, por liberais e conservadores a bordo de partidos como o DEM. O PSDB hoje tem em seus quadros uma maioria de liberais, com alguns social-democratas, situando-se entre o centro e o centro-direita. O PT, onde social-democratas eram hegemonia no governo Lula, hoje congrega principalmente progressistas, nacionalistas e socialistas. É possível encontrar na Rede progressistas e socialistas, principalmente os que estão envolvidos com a questão ambiental. Programaticamente, o partido hoje mais afinado com o ideal social-democrata conforme os cânones da Terceira Via – os mesmos que predominaram durante os governos de Fernando Henrique e Lula – é o pequeno Cidadania. Políticos social-democratas como os ligados aos novos movimentos Agora e Acredito enfrentam dificuldades em partidos como o PDT e o PSB, mais afinados com o nacionalismo e o socialismo.

A segunda observação, decorrente em parte da primeira, é que há fluidez entre todas essas posições. Elas não são rígidas. O que é bom – porque é justamente da fluidez que surgem espaços de diálogo. Liberais e social-democratas, como vimos, concordam em quase tudo, abrindo espaço sobre um diálogo produtivo sobre intensidade de políticas públicas destinadas à mitigação da pobreza e da desigualdade. Liberais e conservadores têm, no mundo todo, grande convergência em temas econômicos, como demonstrou recentemente reportagem da revista *The Economist* (*THE ECONOMIST*, 4/8/2019). Progressistas conversam bem com todos os que têm agenda cultural semelhante à sua, ou que não tem agenda nenhuma – cabem aí liberais, social-democratas, socialistas, nacionalistas e até conservadores. A convivência de socialistas com liberais e social-democratas é mais complicada por causa das divergências em torno do tema da economia, mas é possível encontrar várias afinidades em temas culturais ou de inclusão social. Conservadores populares conversam, obviamente, com conservadores e com liberais, mesmo que se trate de uma aliança de ocasião com finalidades eleitorais. Revisionistas, no Brasil, usam o confronto como método e se alimentam dele – mas no atual governo brasileiro vivem em aliança, mais ou menos turbulenta, com conservadores populares, conservadores e liberais. Nas eleições de 2018, com exceção da divisão entre os liberais, o espectro das direitas se uniu em torno de uma candidatura única.

A terceira questão é que tal fluidez vale também para os colunistas acadêmicos da imprensa, que examinaremos em capítulo subsequente deste trabalho. Eles não expressam seus pontos de vista no vácuo, mas no contexto das disputas políticas – a luta por poder e a luta de ideias da qual falamos anteriormente. Sendo assim, existem momentos em que é bem fácil notar suas divergências, em temas como reforma trabalhista ou reforma da previdência – temas que foram objetos de debates acalorados recentemente no Brasil. Em outro, nota-se uma convergência muito grande em torno de temas da agenda brasileira, a mesma agenda descrita pelos autores de “Brazil in Transition”. Muitos brasileiros que acompanham o debate público pelos jornais se surpreenderam com a suposta “mudança de posição” de seus colunistas favoritos nos últimos tempos. Tais mudanças, que são aparentes, além de denotar um saudável apartidarismo dos colunistas, refletem acima de tudo uma adesão aos pilares da agenda brasileira. Voltando novamente a Hannah Arendt, a busca da verdade e a busca do poder operam segundo lógicas diferentes. É saudável que os que buscam a verdade – intelectuais e jornalistas – não se alinhem automaticamente com os que buscam o poder – partidos políticos e os próprios políticos. Com todas as críticas que podemos e devemos fazer ao nosso jornalismo e à nossa democracia, esse apartidarismo dos nossos principais colunistas é sinal de saúde deste jornalismo e desta democracia.

CAPÍTULO 7 – QUEM DEBATE? A SOCIEDADE CIVIL, A ESFERA PÚBLICA E A “DOMINANT NETWORK”

Afirmamos acima que os protagonistas por excelência do debate público são os representantes eleitos pelo povo que frequentam os parlamentos. Como foi dito, no entanto, o debate público não se restringe a eles. Os que defendem ideias nas páginas da imprensa, sejam elas reais ou virtuais, vêm de diversos lugares diferentes. Para mapear esse universo, é útil entender os conceitos já clássicos de “sociedade civil” e “esfera pública”, e também o que Carlos Pereira, Marcus Melo, Lee Alstom e Bernardo Muller chamam de “dominant network”. Há uma similaridade nesses três conceitos, e a partir deles se chega aos contendores que, no debate público, adquiriram algum tipo de validação acadêmica, que os destaca do ruído predominante nas redes sociais.

A narrativa do filósofo alemão Jurgen Habermas sobre a história do jornalismo, a partir do século 14, identifica três momentos fundadores. O primeiro é o dos jornais manuscritos, focados em informações econômicas e restritos ao mundo da produção. O segundo é o dos jornais políticos, acessíveis a todos, e logo depois utilizados pelos governos para divulgar seus feitos. O terceiro é quando os cidadãos privados se apropriam definitivamente da imprensa – o momento que surge nosso foco central de interesse, a “discussão mediante razões” (HABERMAS, 2001).

O primeiro momento, o dos jornais manuscritos, é o do início do renascimento comercial, em que cidades-estados bem posicionadas geograficamente experimentam grande prosperidade como centros de comércio. “As grandes cidades comerciais são, ao mesmo tempo, centros de circulação de notícias (...) Mais ou menos simultâneos ao surgimento das bolsas, o correio e a imprensa institucionalizam comunicações e contatos duradouros”. (HABERMAS, 2001). Essa informação passa a circular em jornais manuscritos, e é restrita aos que trabalham com a produção e circulação de mercadorias. “A circulação de notícias se

desenvolve em paralelo com a circulação de mercadorias. Com a expansão das trocas, o cálculo comercial orientado para o mercado necessitava de informações mais frequentes e precisas sobre processos distantes”. (HABERMAS, 2001)

É inevitável concluir que o primeiro tipo de jornalismo que se produziu na era contemporânea foi o jornalismo econômico. E é igualmente inevitável fazer um paralelo com o jornalismo econômico que se faz hoje, em tempos digitais. Trata-se de informações extremamente valiosas para quem especula ou negocia – e portanto são informações que custam caro. Os serviços online dos grandes jornais econômicos, nos dias de hoje, são os que mais faturam com circulação direta para o leitor, independentemente de publicidade. Da mesma forma, os jornais manuscritos, na era do renascimento comercial, traziam informações indispensáveis para os que produziam e comerciavam.

Um segundo momento é aquele em que parte da informação produzida para os jornais manuscritos passa a circular para o público em geral. Os jornais manuscritos, precursores da imprensa econômica especializada da era digital, seriam, na visão do filósofo, um embrião da imprensa, mas não podem ainda ser chamados de imprensa. “Só se pode dizer que há uma imprensa no sentido estrito quando a informação regular é pública, ou seja, quando é acessível ao público em geral – o que só aconteceu no final do século XVII”. (HABERMAS, 2001). Habermas identifica duas características deste segundo momento. A primeira, como já se disse, é a circulação em larga escala, com informações que interessam a todos, veiculadas segundo a lógica do mercado. A segunda é o fato de que os governantes percebem a utilidade da imprensa para atingir a população, e a usam para dar publicidade a seus decretos. Eles têm a consciência de que tal imprensa atinge, apenas, os que são letrados, uma minoria da população na época do renascimento comercial. Porém, estes “estamentos cultos”, para usar a expressão de Habermas, eram os que detinham influência dentro da sociedade (HABERMAS, 2001).

O terceiro momento é aquele em que setores importantes dos estamentos cultos passam a publicar nos jornais não apenas os decretos políticos, mas também as discussões políticas que se dão fora dos governos. Tais discussões ocorrem, em grande parte, dentro das

universidades. Assim, artigos críticos aos soberanos, e propostas de políticas públicas embrionárias passam a sair nos jornais, muitas vezes para desgosto dos poderosos que gostariam de dar apenas sua versão dos fatos. Só que agora os jornais deixam cada vez mais de ser estatais para se torna cada vez mais privados, ou seja, “esfera pública”, na definição de Habermas. Num veículo como o Hallenser Intelligenzblatt, citado por Habermas, começam a sair, “além de assuntos informativos, artigos eruditos, resenhas de livros e, de vez em quando, um relato histórico voltado para a atualidade, esboçado por um professor”. (HABERMAS, 2001). Talvez seja esse o momento fundador da colaboração estrita entre academia e jornalismo, entre intelectuais e jornalistas, que é a base do debate público e sobre a qual nos aprofundaremos aqui.

É neste momento em que intelectuais independentes começam a escrever para os jornais que “o público pode assumir melhor esse desafio mudando o funcionamento daquele instrumento do qual a administração pública se serviu para tornar a sociedade um assunto público no sentido específico: a imprensa”. (HABERMAS, 2001). É neste momento, também, que surge a “discussão mediante razões”.

Essa discussão se dá no interior do que Habermas chama de “esfera pública”, e os pensadores Friedrich Hegel e Antonio Gramsci chamam de “sociedade civil”. Os dois conceitos são parentes, embora não signifiquem exatamente a mesma coisa. Cabe aqui examiná-los mais detidamente.

O filósofo italiano Norberto Bobbio esclarece bem o conceito de sociedade civil para Hegel e Gramsci. Para tanto, Bobbio trabalha com os conceitos de Estado e sociedade pré-estatal, e faz uma síntese da história e do pensamento políticos entre esses dois pólos. Para Bobbio, num primeiro momento a sociedade é vista como algo inerentemente anárquico, que precisa do Estado para trazer alguma ordem. O Estado serve para negar a sociedade, e também para exercer uma função coercitiva. Tal concepção, segundo Bobbio, norteia as obras de Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau (BOBBIO, 1999).

Num segundo momento, entende-se o Estado não como um poder coercitivo em relação à sociedade, mas como um ente que copia e reproduz seus valores. São comuns os paralelos entre as relações estatais e as relações familiares: o soberano seria o “pai”, a pátria seria a “mãe” etc. Indo muito além desses clichês e aprofundando-se na ideia do Estado como evolução da dinâmica da sociedade, segundo Bobbio, estariam as obras de John Locke e Emmanuel Kant.

Num terceiro momento temos a contribuição do filósofo alemão George Friedrich Hegel – pode-se dizer, uma “síntese” entre as anteriores. Segundo Bobbio, a inovação de Hegel é encontrar um estágio intermediário entre o Estado e a sociedade pré-estatal. De acordo com Hegel, o mundo moderno engendra uma instância de organização semelhante ao Estado, mas fora dele, e dentro do mundo da produção. Escreve Bobbio: “Hegel se serve dos economistas, especialmente ingleses, para os quais a distinção entre sociedade pré-estatal e estatal é figurada cada vez mais como a esfera das relações econômicas e a esfera das relações políticas” (BOBBIO, 1999). A este universo Hegel dá o nome de “sociedade civil” – a organização que brota do universo das relações econômicas, no mundo das empresas e do conhecimento associado a elas dentro das universidades.

É interessante notar como, segundo Gramsci, Hegel bebe em filósofos liberais para criar seu conceito de sociedade civil. Bobbio nota também que o nome pode ter surgido com o filósofo e economista escocês Adam Smith, em cuja obra aparece pela primeira vez a expressão “civilized society”. (BOBBIO, 1999)

Bobbio observa também que, na obra de Marx, cujo pensamento bebe em Hegel, o termo “sociedade civil” aparece associado apenas ao universo da produção econômica, excluindo o conhecimento acadêmico associado a ela. Quando o conceito retorna na obra do italiano Antonio Gramsci, ele se parece mais com a acepção original de Hegel do que com a maneira com que ele é utilizado por Marx. Usando uma terminologia marxista, da mesma forma que Gramsci, Bobbio nota que a sociedade civil, para Marx, é associada apenas à estrutura, e não à superestrutura. Já para Gramsci, na linha de Hegel, a “sociedade civil” é ao mesmo tempo estrutura – organização surgida no modo de produção capitalista – e

superestrutura – o conhecimento associado a ela. O conhecimento acadêmico, acrescentaríamos, vindo talvez dos filósofos ingleses que Hegel admirava (BOBBIO, 1999).

Escreve Gramsci: “Podem ser fixados, por enquanto, dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado sociedade civil, ou seja, o conjunto de organismos habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado”. (apud BOBBIO, 1999) Escreve Bobbio: “A sociedade civil, para Gramsci, compreende não apenas todo o conjunto das relações materiais, mas sim todo o conjunto de relações ideológico-culturais; não mais toda a vida comercial e industrial, mas toda a vida espiritual e intelectual” (BOBBIO, 1999). Como demonstra Bobbio, Hegel e Gramsci falam da sociedade civil não apenas como a geradora de uma ordem paralela à ordem do Estado, mas também como geradora de ideias associadas a essa ordem.

O livro de Bobbio não mostra como essas ideias aparecem no debate público. Quem faz isso, usando uma ideia que dialoga com a de “sociedade civil” – o conceito de “esfera pública” – é Habermas. E a passagem das ideias da sociedade civil ao debate público, dentro da esfera pública, se dá, segundo Habermas, como vimos, por meio do jornalismo.

O diálogo entre o conceito de “esfera pública” de Habermas e o conceito de “sociedade civil” de Hegel e Gramsci se dá a partir de uma constatação. Ambos são conceitos intermediários. Se Hegel e Gramsci veem a sociedade civil como algo entre a sociedade pré-estatal e o Estado, Habermas enxerga a esfera pública como uma instância intermediária entre o mundo privado e o mundo estatal:

“É a esfera das pessoas privadas que se reúnem em público. Elas agem contra o próprio poder público, de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social. A esfera pública é essencialmente privada, mas publicamente relevante. O medium desse debate público é peculiar e sem precedente histórico: a discussão pública mediante razões. A “discussão mediante razões”

que, é importante lembrar, nasce junto com o jornalismo (HABERMAS, 2001, e BOBBIO, 1999).

Se a sociedade civil é ao mesmo tempo estrutura e superestrutura, na terminologia marxista utilizada por Gramsci, isso significa que a organização da produção gera um conhecimento, em geral acadêmico, associado a ela. Da mesma forma, se a circulação de informações num primeiro momento se restringe às necessidades da produção, num momento imediatamente posterior ela passa a veicular esse conhecimento associado a ela. Surge a “discussão mediante razões”. E surge, junto com ela, o debate público. A academia, que produz o conhecimento associado à produção tem um papel essencial. É de lá que saem os intelectuais que turbinam o debate público. O veículo para este debate são os jornais – onde ao debate dos acadêmicos se fundem os próprios jornalistas.

Parece-nos claro – a ponto de enunciar como postulado – que o jornalismo é, a um só tempo, uma voz no debate público e uma arena no debate público. O jornalismo é uma voz no sentido em que tanto os jornalistas quanto os veículos em que eles trabalham inevitavelmente se posicionam em relação os fatos que relatam. É também uma arena de debate no sentido em que, numa democracia, os veículos, sejam impressos ou digitais, cotejam o tempo todo os pontos de vista dos jornalistas de seu staff, e suas próprias visões editoriais, com outras visões presentes na sociedade. Um veículo de comunicação ganha peso e relevância na medida em que, além de ter uma opinião forte, é aberto para o leque amplo de visões de mundo próprio de uma sociedade democrática. Isso em todas as plataformas – a impressa, a digital e os ciclos de debates que todos os veículos importantes promovem.

Nesse contexto, um dos grandes desafios da imprensa atual é promover “uma discussão mediante razões” que seja relevante. Trata-se de um desafio nos dois pontos centrais da afirmação de Habermas – o da “discussão” e o das “razões”. Num mundo em que o marketing político tenta capturar a agenda, muitas vezes surgem falsas questões no debate público, ou a discussão se reduz ao embate entre os “lovers” e os “haters” de determinados partidos ou políticos. Parece-nos claro que artigos incensando ou criticando, sistematicamente, partidos ou políticos, não constituem propriamente um debate público. Por

isso é essencial que um jornalista tenha clareza sobre as questões concretas que existem na agenda pública. A crítica aos agentes políticos só é substantiva quando se dá a partir de fatos e a partir da agenda. Tal a essência da “discussão”.

No tocante às “razões”, o desafio é zelar para que o debate se dê em torno de argumentos, e não de explosões emocionais. Que seja, numa palavra, “racional”. Trata-se de um desafio numa era, a das redes sociais, movida a “likes”. As métricas mostram que, quanto mais estridente um discurso, maior a possibilidade de ele obter alta audiência. Trata-se de um fenômeno do mundo moderno, que no Brasil se mistura a um traço cultural. Existe no país um culto á retórica de palanque. Para que a “discussão mediante razões” se consolide, é importante que o debate público se dê com inteligência, em torno das razões – e da verdade factual.

CAPÍTULO 8 – QUEM DEBATE? CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DOS COLUNISTAS DA IMPRENSA

Este capítulo fornece exemplos de que como é possível usar o referencial teórico desenvolvido acima para aferir a pluralidade do debate público brasileiro nos colunistas da imprensa – e, do ponto de vista de um editor de plataforma noticiosa, zelar por esta pluralidade e aprofundá-la. Um trabalho aprofundado sobre quais as posições mais e menos representadas exigiria, como se disse acima, uma pesquisa exaustiva, talvez um doutorado. Ao percorrer os jornais, impressos e digitais, munidos das lentes do referencial que desenvolvemos, no entanto, é possível elaborar algumas hipóteses preliminares.

Existem duas leituras possíveis dos colunistas da imprensa brasileira. Pelas convergências e pelas divergências. No campo das divergências, nossa impressão preliminar é que existe uma clara diversidade, que implica em tratamentos diferentes dados aos assuntos que surgem no debate público. Na imprensa profissional, seja ela de legado ou nativa digital, predominam os colunistas que fazem análises a partir de posições do espectro descrito acima, em detrimento dos que defendem sistematicamente, ou atacam sistematicamente, partidos políticos. No espectro, predominam os colunistas que defendem posições ao centro do espectro político, notadamente conservadores, liberais, social-democratas, progressistas e nacionalistas. Existem poucos colunistas conservadores, o que faz com que as posições mais à esquerda tenham mais representatividade que as posições mais à direita. Nossa hipótese é que tal fato reflète, de alguma maneira, o panorama da universidade brasileira. Existem pouquíssimos representantes das posições mais extremas, a revisionista e a socialista. É possível encontrar raros colunistas com tendência socialista – nos parece o caso do filósofo Vladimir Safatle, que escrevia para o jornal Folha de S. Paulo e agora escreve para o jornal El País. Não encontramos nenhum colunista que defendesse a postura revisionista. Também não se encontram colunistas conservadores populares, pelas razões elencadas acima – esta tendência, no Brasil, não tem representação acadêmica.

Alguns exemplos de colunistas e suas tendências de acordo com nosso referencial teórico. Alexandre Borges tende ao conservadorismo tradicional, a defesa dos valores. Joel Pinheiro da Fonseca tende explicitamente ao liberalismo, embora considere a si próprio conservador em relação à prática política. Fernando Schuler se posiciona entre o liberalismo e o conservadorismo tradicional. Marcos Lisboa e Samuel Pessoa parecem estar no campo liberal tendendo ao social-democrata – ou talvez sejam social-democratas percebidos como liberais pela maneira com que se colocam no debate. Sergio Fausto, Fernando Gabeira, Pablo Ortellado, Marco Aurélio Nogueira e Miriam Leitão comungam da posição majoritária social-democrata. Leonardo Sakamoto nos parece um social-democrata à esquerda dos social-democratas acima, propondo às vezes uma agenda progressista e talvez socialistas. Antonia Pellegrino, junto com várias colunistas de uma crescente corrente feminista, formaria na ala dos progressistas. Néelson Barbosa defende ideias econômicas desenvolvimentistas, o que o colocaria, em nosso referencial, numa tendência nacionalista. Vladimir Safatle, como dissemos, seria um caso de filósofo com tendência claramente socialista.

Todos os colunistas acima, e mais alguns, foram observados por nós nos últimos dois anos. Evitamos colocar rótulos, já que as próprias posturas de nosso referencial são fluidas – por elas, conservadores, liberais, social-democratas e progressistas têm muito em comum, no sentido de concordar com a maior parte das premissas dos quatro eixos (ressalvando que conservadores e progressistas, que concordam em geral nos eixos econômico e da democracia, alimentam divergências justamente no eixo de diálogo mais difícil, que é o cultural). Desta forma, não é difícil que colunistas social-democratas adotem posturas liberais e vice-versa, para falar no centro do espectro. Em relação aos colunistas, assim, é possível apenas identificar apenas tendências e arriscar uma localização no espectro esquerdas-direitas. O que nos parece muito claro é que, mesmo numa leitura superficial, encontramos facilmente representantes de seis posturas do espectro, ou todas menos as duas mais à direita. O fato de que a pluralidade no debate público brasileiro se reflete na imprensa nos parece, assim, uma hipótese facilmente comprovável num estudo mais aprofundado.

Já no campo das convergências, nossa impressão preliminar é que, em alguns assuntos da agenda pública, os colunistas, mesmo que de tendências diferentes, adotam opiniões muito parecidas. Essas opiniões nos parecem em linha com os eixos definidos no livro “Brazil in Transition”. Poucos colunistas discordam do tema da inclusão social. Um número grande de colunistas criticou o governo Dilma Rousseff no tocante a outro tema do consenso, a responsabilidade fiscal – gerando, entre os apoiadores de Dilma, uma impressão de que a imprensa fazia oposição sistemática a seu governo. O mesmo ocorre agora com os apoiadores de Jair Bolsonaro. Como o consenso em torno da democracia é muito forte no Brasil, colunistas de vários pontos do espectro criticam o presidente quando ele exprime suas posições revisionistas no sentido de justificar a ditadura militar.

A seguir, a título de ilustração sobre como o referencial desenvolvido aqui pode ser utilizado, alguns exemplos de divergência e convergência.

Um bom exemplo de divergência é a reforma trabalhista. As posições sobre tal mudança foram mais variadas que as posições sobre reforma da previdência, em vários pontos, e provocaram um debate interessante. Do lado liberal, o colunista Joel Pinheiro da Fonseca escreveu vários artigos, e num deles – “A reforma trabalhista é bem-vinda” – resume seu ponto de vista a partir do título. Ele começa a defender seu ponto de vista brandindo números: o custo de um trabalhador para uma empresa é 283% de seu salário, a informalidade brasileira chega a 45%, e havia um número de 14% de desempregados no momento em que o autor escreveu seu artigo. Seu argumento principal contesta que a lei trabalhista tem como função “suprir a hipossuficiência do trabalhador na negociação com o empregador”. Ele rebate: “Na prática, contudo, ela apenas proíbe diversas oportunidades sem oferecer nada em troca. Se o governo proibisse carros inferiores à BMW, nem por isso sairíamos todos de carro de luxo por aí. Apenas aumentaria o número de pessoas sem carro. Proibir modalidades de emprego consideradas inferiores, da mesma forma, não cria empregos melhores. A alternativa não é entre o emprego imperfeito da realidade e o ideal (um tanto antiquado) da CLT; é entre o emprego imperfeito e o desemprego. A lógica da hipossuficiência é falha. O que dá segurança ao trabalhador é a existência de alternativas. Essas alternativas podem se dar de duas formas: a primeira é uma rede de segurança estatal básica (como o seguro-desemprego)

que ampare quem fica desempregado. A segunda, e mais importante, é uma economia dinâmica que crie oportunidades continuamente, isto é, que aumente a demanda por trabalho. O aumento dos salários é fruto da concorrência pela mão de obra.” (FONSECA, 2017)

Na outra ponta, Leonardo Sakamoto, representante social-democrata com alinhamento mais à esquerda, escreveu o artigo “Terceirização: quando cair a ficha, os trabalhadores vão ranger os dentes”. Ele diz: “A ampliação da terceirização pode levar a um comprometimento significativo dos direitos trabalhistas, com perda de massa salarial e de segurança para o trabalhador. No limite, poderemos ter um grande problema social quando milhões de trabalhadores perceberem que perderam salários e garantias e nem mesmo podem reclamar com o patrão”. Como Pinheiro da Fonseca, Sakamoto também cita estatísticas: “No médio prazo, a ampliação da terceirização tende a rebaixar salários médios em todos os setores. Estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontou que, em média, um trabalhador terceirizado trabalha três horas a mais por semana e ganha 27% menos, em média, que um empregado direto.” Sakamoto conclui: “Uma candidatura que se venda como representante dos interesses dos trabalhadores, em 2018, seja para a Presidência da República ou para o Congresso Nacional, terá que abraçar, no mínimo, um referendo sobre essa mudança como promessa de campanha. A classe trabalhadora segue assistindo a tudo bestializada, dada a velocidade dessas alterações, sem saber ao certo o que está acontecendo. Na hora em que cair a ficha, e se cair a ficha, vai haver muito ranger de dentes. Mas também deputado que não irá se reeleger.” (SAKAMOTO, 2017)

Ainda na linha socialdemocrata, Celso Rocha de Barros inicia um diálogo interessante com o economista Samuel Pessoa, que também pode ser definido como socialdemocrata, mas vem de uma linha mais liberal na economia. Escreve Rocha de Barros: “Em sua coluna do dia 21 de agosto, Samuel Pessoa respondeu ao desafio que lancei aos economistas: como formular um programa econômico pró-crescimento que seja aceitável pelos eleitores pobres? Meu argumento é o seguinte: o Brasil é um país desigual. Os frutos do crescimento econômico são desigualmente distribuídos. Por outro lado, a maior parte das reformas que pretendem aumentar a eficiência econômica trazem custos ou, ao menos, riscos imediatos para os mais pobres. Por que, fazendo essas contas, os eleitores pobres (a grande maioria do eleitorado) votariam a favor de um programa reformista em 2018?” Barros passa a palavra a Pessoa: “Samuel responde que o problema do crescimento brasileiro não é um

dilema entre equidade e eficiência, como eu propus. Para ele, o que trava nosso crescimento são as centenas de privilégios originados no Estado: aposentadorias altas demais, subsídios do BNDES, isenções fiscais variadas (inclusive as da Dilma) e as diversas vantagens fiscais conquistadas por diferentes grupos de pressão. (...) Se seu argumento estiver certo, a notícia é muito boa para os pobres brasileiros. Podemos discutir se tudo na lista de Samuel são privilégios, mas pouca coisa ali, de fato, beneficia os mais pobres. Reformas que eliminassem as ‘meias-entradas’ certamente seriam dolorosas, mas, ao menos, os mais vulneráveis seriam poupados” (BARROS, 2017)

Barros conclui, no entanto, com um questionamento que toca a reforma trabalhista: “Infelizmente não tenho certeza de que Samuel esteja inteiramente certo. Algumas das reformas propostas certamente implicam no conflito entre eficiência e equidade. O caso mais evidente é o da reforma trabalhista. É bem possível que ela aumente a eficiência no mercado de trabalho, mas que poder de barganha têm os pobres com poucas credenciais educacionais e sindicatos fracos, que constituem a grande maioria dos brasileiros? O risco de perder é claramente mal distribuído, e distribuído segundo a renda” (BARROS, 2017). Há o diálogo explícito com o físico e economista Samuel Pessoa, e um diálogo implícito com Joel Pinheiro da Fonseca e sua argumentação sobre hipossuficiência.

Na mesma linha socialdemocrata, a jornalista Miriam Leitão defende a lei com reservas. Ela escreve: “A CLT foi escrita os anos 1940 e recebeu ao longo das décadas um cipoal de normas. Nada do que se escreveu na labiríntica legislação do trabalho consegue proteger 40% dos trabalhadores brasileiros que permanecem na informalidade. Se fosse eficiente, ao longo da sua vida longa, teria conseguido incluir todos os trabalhadores dentro do marco legal. Hoje, dos 90 milhões de brasileiros, 33 milhões têm carteira assinada. Há os funcionários públicos, os trabalhadores por conta própria e uma multidão sem direitos (...) A lei brasileira não preparou o mundo do trabalho para os novos tempos, apenas criou alguns pontos de flexibilidade. Nesse momento em que há 13 milhões de pessoas procurando emprego sem encontrar e outros milhões em desalento, a possibilidade de criar formas novas de contratar parece promissora”. Mas faz ressalvas: “Mas é preciso não esquecer em que país estamos. No Brasil, o mesmo ministro que quer criar a carteira de trabalho eletrônica que possa ser acessada pelo trabalhador do seu celular é aquele que assinou recentemente a portaria retrógrada sobre trabalho escravo. A mesma construção civil que se prepara para a

contratação de empregados pelo trabalho intermitente é a que pediu que a portaria fosse editada.” (LEITÃO, 2017).

O debate brasileiro não é rico apenas porque existem diferentes posições sobre cada assunto, indo muito além do contra e a favor. É rico também pelos diferentes níveis de convergência e divergência. O caso da reforma da previdência, como se disse, foi menos polêmico que o da reforma trabalhista. Num primeiro momento, colunistas liberais e social-democratas convergiram a favor da reforma, com questionamentos de nacionalistas e socialistas. É interessante notar como, no entanto, o debate sobre a reforma da previdência foi caminhando para um lento consenso. O economista Nelson Barbosa, que foi ministro da Fazenda no governo Dilma, causou mal-estar no seu partido, que se posicionava frontalmente contra a reforma da previdência. Ele não apenas apoiou, em 2017, a reforma apresentada por Michel Temer, como também lembrou que não havia muita diferença entre a proposta do presidente e a que havia sido apresentada anos antes no governo Dilma Rousseff:

“O governo Temer entrou em sua fase final. Faltando menos de seis meses para a desincompatibilização de autoridades que concorrerão em 2018, o foco dos políticos está cada vez mais nas eleições e menos na aprovação de uma ampla reforma da Previdência neste mandato. Ainda assim, é preciso discutir a questão pois a revisão do nosso regime de aposentadorias é inevitável. (...) As principais linhas da reforma devem ser a recuperação da receita do INSS, o aumento do tempo mínimo de contribuição, a fixação da idade mínima para a aposentadoria e, mais importante: o alinhamento entre as regras aplicáveis a trabalhadores do setor público e do setor privado. Tudo isso já fazia parte da proposta de reforma de previdência em construção pelo Ministério da Fazenda no início de 2016. Ela foi incorporada pela atual administração, com menos ênfase no aumento de arrecadação.” (BARBOSA, 2017).

Logo depois que a reforma foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, em julho de 2019, a economista Laura Carvalho, identificada com as novas correntes econômicas à esquerda – participou do grupo que criou o programa econômico do PSOL nas eleições de 2018 – publicou um diagnóstico na mesma linha. Na coluna “A

previdência pública sobrevive”, ela se afina com a ideia de que havia, sim, convergência entre as propostas de reforma da previdência nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro:

“Embora alguns aspectos do texto ainda possam interditar o apoio dos partidos de oposição, como a desvinculação das pensões, a alteração da base de cálculo dos benefícios e as iniquidades associadas a regimes especiais, a essência do que foi aprovado ataca problemas que a ex-presidente Dilma Rousseff já apontava em 2015 quando defendeu reformar a previdência: a idade média baixa das aposentadorias por tempo de contribuição em meio ao aumento da expectativa de sobrevida da população e as discrepâncias entre o Regime Geral e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores. (...) A verdade é que foram mais de três anos de debate dentro e fora do Congresso, que já haviam culminado na retirada de injustiças semelhantes da reforma proposta por Temer: alterações no BPC, na aposentadoria rural e no tempo mínimo de contribuição já não constavam da segunda versão, apresentada ao final de 2017”. (CARVALHO, 2019)

O artigo de Laura Carvalho é, como se disse, posterior à aprovação da reforma em primeiro turno na Câmara dos Deputados. Para além de reconhecer que a reforma era fruto de uma longa discussão da sociedade brasileira, visto que passara por diferentes legislaturas de representantes eleitos, Carvalho faz uma defesa da atuação dos partidos de esquerda, que votaram contra a reforma. Ela vê nessa estratégia uma das razões de determinadas políticas prejudiciais à população mais vulnerável terem sido retiradas do texto. Outro colunista da seara social-democrata, ou seja, tendente às esquerdas, Pablo Ortellado faz uma crítica dura do que considera uma hipocrisia do campo político ao qual pertence. O título do artigo, “Esquerda é conivente com terraplanismo contábil”, dá a exata medida do tom de sua crítica.

“Parece mais uma vez que a esquerda vai adotar uma atitude irresponsável em relação à reforma da previdência. Quando ocupa o poder, reconhece a gravidade do problema fiscal, mas, na oposição, faz questão de jogar fumaça no debate, deixando que a desinformação corra solta nos meios sobre os quais tem influência. O público de esquerda fica assim oscilando entre a desinformação e uma revolta mal orientada e não consegue concentrar seus esforços na missão política de exigir que o esforço fiscal se concentre sobre os mais ricos e poupe os mais pobres. (...) Amparadas em argumentos que sensatamente ignoram quando

estão no poder, liderança alienam o público de esquerda do debate fundamental sobre como distribuir o ônus da crise fiscal entre as classes sociais. Além disso, colocam esse público como aliado involuntário de alguns dos setores mais ricos do funcionalismo que estão dedicados em derrubar a contribuição crescente por faixa de renda que é o instrumento que traria alguma progressividade ao sistema. (ORTELLADO, 2019).

Os trechos acima, sobre duas das discussões mais acaloradas no debate brasileiro – as reformas trabalhista e da previdência – evidenciam algumas características sobre o debate público brasileiro que podem ser reconhecidas à luz do referencial que desenvolvemos acima. No caso da reforma trabalhista, temos, como foi dito, a pluralidade de pontos de vista. Estes pontos de vista podem ser relacionados com diferentes pontos da escala de esquerdas e direitas que propusemos, mas não se coadunam necessariamente com partidos políticos. A argumentação também difere enormemente da linguagem rasa e emocional das campanhas partidárias. Ela se escuda em números, fatos e dados – como os números apresentados por Fonseca e Sakamoto evidenciam. São intelectuais em busca da verdade, como diria Hannah Arendt. Usando as caracterizações de seu ensaio “Verdade e Política”, tais intelectuais chegam a diferentes “verdades racionais” a partir da mesma “verdade factual”.

Na discussão sobre reforma da previdência, escolhemos, propositalmente, três intelectuais alinhados com o campo das esquerdas. Por uma razão simples: no plenário, com exceção alguns dissidentes da ala jovem de seus partidos, as esquerdas votaram, em bloco, contra a reforma da previdência. O discurso dos partidos desse campo político foi altissonante e emocional como os discursos de campanha eleitoral. Colunistas identificados com as esquerdas, no entanto, não embarcaram na proposição dos partidos. Olharam os dados e reconheceram duas verdades factuais: a necessidade “contábil” da reforma, para usar a palavra de Ortellado, e o fato de que tal reforma não era uma imposição do campo político oposto, o das direitas, e sim fruto de uma longa discussão da sociedade brasileira. Mesmo entre essa convergência, há uma divergência. Os artigos de Barbosa e Ortellado são mais críticos das atitudes dos partidos de esquerda. Carvalho, embora se afaste eles no conteúdo, reconhece alguma eficiência em sua estratégia política de oposição sistemática.

Pode-se dizer também que a discussão da reforma da previdência se alinha com nosso referencial e pilares teóricos na medida que pode ser uma expressão de uma das três crenças centrais apontadas pelos autores de “Brazil in Transition”: a da responsabilidade fiscal. No caso da reforma trabalhista, nenhuma das três crenças é diretamente abalada pelo debate. No caso da reforma previdência, não realiza-la significaria um ataque ao pilar da responsabilidade fiscal. O debate, assim, tem a ver mais com a estratégia política que deve ser utilizada para preservar a população mais vulnerável da reforma, e não sobre a necessidade da reforma em si.

Da mesma forma, os colunistas convergem quando se trata da primeira das três crenças brasileiras segundo os autores de “Brazil in Transition”: a democracia. Um caso ilustrativo – e traumático – é o caso da execução brutal da vereadora carioca Marielle Franco. Os colunistas convergiram para a tese de que o assassinato de uma vereadora é um atentado contra a democracia, independentemente das ideias que essa vereadora professa.

“Do ponto de vista ideológico, há um abismo entre mim e o PSOL. Ainda assim, reconheço o exemplo inspirador de Marielle Franco e espero que sua mensagem – a defesa dos direitos dos mais vulneráveis – não morra. Dito isso, o que está em jogo neste crime vai além da pessoa dela e da ideologia que ela defendia; trata-se de um crime contra o próprio Estado de Direito e, por consequência, contra todos nós”. Joel Pinheiro da Fonseca (FONSECA, 2018, versão digital)

“A reação à execução da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes conseguiu, ao que tudo indica, suspender as disputas internas da esquerda (que briga até pelo lado certo de quebrar o ovo) e afastar tanto parte da direita liberal quanto da conservadora de perto de grupos extremistas – que abrigam uma curiosa subespécie de humanos que é contra os direitos humanos. Isso mexe com a polarização do debate público, que se manifesta desde as eleições de 2014. Mesmo que isso seja provisório e demande mais análises para ser compreendido, também parece ter envolvido, de forma catártica, uma massa de cidadãos que não professa uma fé política específica e ficou indignada com os assassinatos. Ainda mais porque o caso envolveu alguém jovem e promissor, representante de grupos sistematicamente

oprimidos, que buscava formas de reinventar a política.” Leonardo Sakamoto (SAKAMOTO, 2018)

“Seja quais forem os motivos para a execução de Marielle, o que espanta é que os assassinos não esperam os militares irem embora no fim do ano. Talvez estivessem desesperados por alguma revelação que a vereadora estivesse prestes a fazer ao público. Se não for isso, mataram agora para intimidar os militares. Foi uma demonstração de poder extremamente ousada, de gente que se sente muito confiante. E os mesmos suspeitos de terem executado Marielle andam insatisfeitos com a intervenção: temem o afastamento de oficiais corruptos, temem a mudança na escala de trabalho dos policiais, temem, enfim, que dessa vez seja sério. Marielle era contra a intervenção, os militares não são simpáticos ao ‘pessoal dos direitos humanos’, mas dessa vez eles foram parar do mesmo lado da briga. Do outro lado, o crime organizado, e o pessoal que ganha dinheiro com o crime dentro da polícia. Fugindo da briga, já perto da linha do horizonte, Jair Bolsonaro.” Celso Rocha de Barros (BARROS, 2018)

“Sua liderança – dias antes denunciara a ação da polícia numa favela – incomodava muitas organizações criminosas, grandes e pequenas. Qualquer uma delas pode ser a responsável por seu assassinato. Num tempo em que a política ainda é fisiologia pura, concorde-se ou não com a agenda de Marielle, sua capacidade de representar seus eleitores traduz exatamente o que a democracia poderia ser. Triste é não estarmos preparados para proteger Marielle. Essa tragédia foi um tiro na tênue esperança de que somos capazes de lidar com a divergência e cuidar de quem tem a coragem de enfrentar os problemas e trabalhar pelo bem público. Pode-se concordar ou discordar das opiniões defendidas por Marielle. Inaceitável é o assassinato de uma mulher que nos mostrou ser possível superar as marcas da desigualdade e do preconceito”. Marcos Lisboa e Geraldo Samor (LISBOA e SAMOR, 2018, versão digital)

“Não sabemos ainda se quem matou Marielle foram policiais-bandidos ou traficantes: a esquerda torce para que tenham sido os primeiros, a direita torce para que tenham sido os segundos. Assim poderão seguir vivendo suas alucinações, uns, de que a polícia é o vilão; outros, de que a polícia como um todo é o mocinho (...) Quando perceberão

que bandidos, sejam traficantes ou policiais, são, simplesmente, bandidos, inimigos de todos nós? Se há uma maneira de honrarmos Marielle, é encararmos seu trágico sacrifício como um toque de reunir, pararmos de brigar entre nós mesmos e procurarmos, juntos, um caminho para fora desta arapuca em que nos metemos. Separados, nosso destino será mais horror e mais sinos tocando”. Ricardo Rangel (RANGEL, 2018).

À guisa de encerramento, se existe uma convergência no debate público brasileiro, é que esse debate precisa existir. Esse clamor, em tempos recentes, tem se intensificado no espaço por excelência do debate público – a imprensa.

“A democracia, além de ser um modo de determinar quem acede ao poder e por quanto tempo, de definir que o povo é soberano e, portanto, os eleitores escolhem quem manda, supõe uma cultura de convivência. Nesta se aceita como legítima a diversidade de pontos de vista, respeitadas a Constituição e as leis, e também se aceita a possibilidade de quem pensa de um jeito vir a pensar de outro. Noutros termos, na luta política há adversários, não gladiadores prontos a matar inimigos. Infelizmente se está criando no Brasil uma cultura da intolerância (...). Entre nós os ânimos políticos andam cada vez mais acirrados, tratado as diferenças como inimizades (...). Ouvir não quer dizer concordar, mas prestar atenção ao ponto de vista do interlocutor”. Fernando Henrique Cardoso, O Globo e O Estado de São Paulo (CARDOSO, 2017)

“Não seria mais sério se, na campanha de 2018, cada lado expusesse ao eleitorado o que fazer com a Previdência, um problema que precisa ser enfrentado, goste-se ou não? Veja-se o exemplo da Argentina: o governo de Mauricio Macri conseguiu fazer aprovar a sua reforma, mesmo sendo minoritário no Congresso, apenas porque dialogou e convenceu uma parte da oposição (o peronismo não-kirchnerista) (...). O que o Brasil precisa não é de fã-clubes, mas de projetos de país. Todos os candidatos deveriam dialogar com o eleitorado a partir de propostas para enfrentar a obscena realidade brasileira, retratada pelo fato de 64,9% da população viver em ‘pobreza multidimensional’, segundo o IBGE”. Clóvis Rossi, na Folha de S. Paulo (ROSSI, 2017, versão digital)

“Alguém percebeu que o fla-flu que marcou a política brasileira nos últimos vinte anos acabou? Essa expressão virou lugar comum para indicar a briga cada vez mais áspera, entre PT e PSDB. Marina Silva tentou, pelo lado do bem, por fim a ela, abrindo um diálogo que juntasse as pessoas – vou usar um termo meio antigo – de boa vontade. Não deu certo. O fla-flu acabou mesmo pelo lado do mal, com o PT despencando e o PSDB rachado. (...) Ninguém ganha com a destruição de PT e PSDB. Quando surgiram, foram dois prêmios para o Brasil, partidos bem melhores que os que tínhamos. A polarização destrutiva entre eles, a recusa a dialogar nesses últimos dois anos, nos fizeram um mal danado”. Renato Janine Ribeiro, na Folha de S. Paulo (RIBEIRO, 2017, versão digital)

“No discurso padrão, o Brasil fácil vira a soma de todos os males. Esquerda e direita competem no pessimismo nacional. Para a esquerda, somos o país da desigualdade, da exploração, do racismo, da injustiça. Governados por uma elite gananciosa e mestra em acomodar interesses sem operar nenhuma transformação real, estamos muito longe do ideal igualitário do socialismo ou, vá lá, dos países nórdicos. Para a direita, somos o país da corrupção, do patrimonialismo, da burocracia, da preguiça e do jeitinho. Nossas instituições são frágeis, nosso Estado é ineficiente, nosso capitalismo é de laços. Tão distantes da eficiência impessoal, da ética do trabalho e da ambição norte-americanos. Ambas têm sua parcela de verdade, mas não são toda a verdade. Qual é o outro lado dessa moeda? Um país de um saudável individualismo, pouco afeito ao cabresto, em que ninguém mata ou morre em nome de uma ideologia, coletividade ou partido.” Joel Pinheiro da Fonseca, Folha de S. Paulo. (FONSECA, 2017, versão digital)

“Tais ataques a figuras públicas se distribui em à direita e à esquerda, sem corresponder a nenhuma ideologia. São formas despolitizantes de política. Não fomentam o debate sobre problemas coletivos, sobre estilos de gestão, capacitação de mandatários ou candidatos. Como se alicerçam na humilhação, em vez de argumentos, apenas desclassificam, desclassificando, por contaminação, quem ataca. Ovos e tomates fomentam riso catártico. Afora esse prazer momentâneo, não trazem nenhum benefício, nem para os envolvidos, menos ainda para a democracia. São estratégias que eliminam a política, ao recorrerem à forma mais crua e direita de imposição das próprias ideias: a violência”. Angela Alonso, na Folha de S. Paulo (ALONSO, 2017, versão digital)

“O clima tá péssimo e só piora. Teve um pau no whatsapp da família. Meu tio petista brigou comigo porque eu disse que a Dilma afundou o país e meu tio tucano brigou comigo porque eu disse que os anos Lula foram o melhor período da história do Brasil. Ele disse ‘isso não justifica a corrupção do PT!’ Eu disse: claro que não! E o Fernando Henrique estabilizar a moeda também não justifica comprar a emenda da reeleição! E a emenda da reeleição não cancela tudo de bom que o Fernando Henrique fez. Ninguém é santo, ninguém é monstro. Nada é tão preto no branco, nada é tão vermelho ou amarelo.” Antonio Prata, Folha de S. Paulo (PRATA, 2017, versão digital)

“Como nutrir a coesão? As políticas públicas certamente jogam importante papel, como no investimento em educação e na oferta de serviços públicos de forma justa e com qualidade. Mas não se pode minimizar a responsabilidade das lideranças políticas. A coesão social se beneficia de lideranças comprometidas com o diálogo. Políticos progressistas escolhem por construir instituições fortes e unir a sociedade. Políticos oportunistas por outro lado exacerbam a divergência optando pelas vitórias políticas de curto prazo. Atiçar a intolerância, no entanto, pode ser um tiro no pé, ao resultar em maior dificuldade para aprovar reformas. Melhor seria estimular a coesão social. Que a tolerância e a responsabilidade prevaleçam em 2018”. Zena Latif, O Estado de São Paulo (LATIF, 2017, versão digital)

“Dois amigos brasileiros, que conheço há mais de quinze anos, cortaram relações por causa da política. Quando soube do assunto, ri alto. Pensava que era piada. Não era. Eles levaram as diferenças ideológicas a sério e se afastaram, depois de discussões feias. Hoje, são dois estranhos na mesma cidade. O caso representa um problema para mim. Não, obviamente, porque gosto de ambos e lamento o afastamento. Muito menos porque, a partir de agora, terei que me encontrar separadamente com eles. Mas porque eu próprio não sei se consigo continuar amigo de dois imbecis que se fanatizaram até a ruptura. Entendo que as pessoas tenham as suas preferências ideológicas. Também tenho as minhas. Mas quem coloca a política à frente de outras lealdades primárias – a amizade, o amor, a compaixão, a decência etc. – revela uma perturbação emocional que está para além da minha tolerância.” João Pereira Coutinho, Folha de S. Paulo (COUTINHO, 2017, versão digital).

CAPÍTULO 9 – CONCLUSÕES

Para resumir as conclusões deste trabalho, é o caso de listar aqui algumas das hipóteses das quais partimos. Hipóteses que, a nosso ver, se contrapunham aos clichês gerados pela “cortina da estridência” atrás da qual vivemos.

Primeira hipótese: existe, no Brasil, um debate rico sobre o país – e não apenas a “briga de rua verbal” que, num primeiro momento, se lê, ouve e vê nas redes sociais.

Segunda hipótese: existem diversas posições políticas no Brasil – e não apenas uma polarização empobrecedora entre uma direita raivosa e uma esquerda vitimista.

Terceira hipótese: existe um eixo organizador do debate brasileiro, baseado em questões reais que afligem, há muito tempo, a população brasileira em geral e nossos intelectuais em particular – e não apenas falsas questões brandidas por políticos populistas em busca de votos.

Quarta hipótese: a imprensa já reflete as três coisas: a riqueza do debate, o eixo organizador dos consensos nacionais, e a pluralidade de posições políticas. Pode fazer isso com mais precisão e eficiência se souber, a partir do referencial teórico desenvolvido aqui, identificar riqueza, eixos e pluralidade.

Consideramos que a primeira hipótese se revela verdadeira a partir do estudo sobre direitas e esquerdas brasileiras que fizemos nos capítulos 3 e 4. Recuamos até o pós-Segunda Guerra para mostrar como as questões mais importantes do Brasil já incomodavam os intelectuais e os políticos brasileiros. Pelo lado das direitas, preocupadas sobretudo com a

eficiência econômica, incomodava o fenômeno da “pauperização” observado pelo economista Eugênio Gudin e pelo industrial Roberto Simonsen. Da parte das esquerdas, o pensamento evolui de palavras de ordem revolucionárias de conteúdo algo vazio – a “vulgata marxista” criticada pelos estudiosos da USP – para um reconhecimento mais realista dos problemas nacionais. Isso se dá numa chave teórica num primeiro momento, e prática em outro. Na juventude, tais intelectuais se aprofundam de verdade sobre a obra de Karl Marx, que suspeitavam que nunca havia sido lido em profundidade no Brasil. Na maturidade, muitos deles tiveram oportunidade de experimentar a política real – e acabaram criando uma síntese social-democrata, influenciada pela realpolitik anglo-saxônica, que garantiu o bom desempenho dos dois governos mais bem-sucedidos até agora na redemocratização: os de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Governos estes muito semelhantes, na visão realista da economia e no foco em políticas públicas característicos dos governos de esquerdas. No campo das direitas, “think tanks” liberais surgidos na esteira da redemocratização, mais influenciados por Gudin que por Simonsen, enriqueceram o debate num país em que a forte presença do Estado na economia ainda era – ainda é? – um dogma.

Para comprovar a segunda hipótese, começamos mergulhando nos conceitos modernos de direitas e esquerdas. Escolhemos, de propósito, dois dos autores mais citados pelos cientistas políticos e que escreveram sobre o assunto depois da queda do Muro de Berlim: Norberto Bobbio e Anthony Giddens. Na obra de ambos, fica clara a “explosão” de posturas políticas que se seguiu ao final da polarização da Guerra Fria. Tornou-se intelectualmente preguiçoso, errado mesmo, falar em “direita” e “esquerda” no singular. Dos escritos de Bobbio e Giddens depreendem-se quatro eixos – inclusão, democracia, economia e cultura -- que, teoricamente, levariam a dezesseis posições diferentes, distintas direitas e esquerdas. Para saber quais delas são válidas no Brasil, cruzamos tais posições com o histórico do pensamento das esquerdas e direitas brasileiras, e alguns fatos da política real. Chegamos, assim, a oito posições políticas no Brasil: revisionistas, conservadores populares, conservadores, liberais, social-democratas, progressistas, nacionalistas e socialistas. Conservadores, liberais, social-democratas e progressistas constituem um centro no qual todos concordam sobre democracia e responsabilidade fiscal na economia, divergindo sobre questões culturais e a melhor maneira de realizar a inclusão social. Constatamos que as posições “revisionista” e “conservadora popular” têm pouca presença na academia e no debate público, talvez como reflexo de uma universidade que, a despeito de se desenvolver

num período de ditadura militar (e talvez por isso mesmo) sempre pendeu mais para a esquerda. Constatamos também que o debate centrista é análogo ao que ocorre fora do Brasil, embora tenha claras peculiaridades nacionais.

Estas peculiaridades ficam claras quando examinamos a terceira hipótese. Como vimos, o tema da “pauperização” – a pobreza e a desigualdade – angustia os brasileiros desde há muito tempo. Quando o país se redemocratiza a partir de 1985, e estabelece pela primeira vez em sua história o sufrágio universal, é normal que tal questão se torne ainda mais premente – até porque, pela primeira vez, os que mais sofrem com tal flagelo passam a ter direito a voto. Dois outros temas emergem com força na redemocratização. O da responsabilidade fiscal, por conta do trauma da inflação legada aos brasileiros pelo regime militar, contra a qual dois governos do período democrático – os de José Sarney e Fernando Collor – lutaram sem sucesso. E o da própria democracia. Num país recém-saído de um regime autoritário, tal ideia se torna um grande consenso. Parece-nos claro que o debate brasileiro se estrutura principalmente sobre estes três eixos. A confirmar nossa hipótese, temos três trabalhos de gêneros diferentes, escritos por autores diferentes e com posições políticas diversas, que chegam a uma conclusão semelhante. São três os pontos de partida. Renato Janine Ribeiro elabora um ensaio para explicar as até hoje enigmáticas manifestações de junho de 2013, que mudaram a feição da política do país. André Singer recorre aos números das pesquisas para entender os consensos e dissensos das primeiras eleições da redemocratização, num trabalho destinado também a entender esquerdas e direitas brasileiras. E Marcus Melo, Carlos Pereira, Lee Alstom e Bernardo Muller recorrem à pesquisa exaustiva justamente para estabelecer sua matriz de “crenças” no livro “Brazil in Transition”. Em todos os trabalhos, os eixos organizadores se repetem: democracia, inclusão social e responsabilidade fiscal. Eixos que, de certa forma, coincidem com três dos quatro eixos levantados por Bobbio e Giddens: democracia, economia e inclusão.

Chegamos à questão do jornalismo. Nos capítulos 1 e 7, caracterizamos o jornalismo de acordo com ideias bebidas nos trabalhos de Hannah Arendt e Eugênio Bucci. Arendt caracteriza claramente o trabalho jornalístico como irmão do intelectual, ambos animados pela “busca da verdade” – o que, na leitura dela, afasta tais atividades da atividade política. Apenas a “busca da verdade”, no entanto, não serve para definir o jornalismo. Bucci acrescenta a isso várias características metodológicas e mercadológicas, enfatizando sempre a

posição da imprensa como uma instituição independente dos poderes estatais e econômicos. O capítulo 7 mostra como uma imprensa com essas características, desde suas origens no longínquo período do Renascimento Comercial, tem como vocação mediar, publicar e participar do debate público. Em que medida tal vocação segue existindo? Os exemplos que pinçamos de três debates recentes, sobre reforma trabalhista, reforma da previdência e o assassinato da vereadora Marielle dos Santos nos leva à conclusão que tal debate persiste. E é possível acompanhá-lo pelas chaves da divergência – no caso da reforma trabalhista – ou da convergência – onde um debate longo, em diferentes legislaturas do Congresso Nacional, levou a uma situação em que colunistas das direitas e das esquerdas convergiram sobre a reforma da previdência. Tal fato assevera a independência dos intelectuais e da imprensa, tão enfatizada por Bucci. Enquanto vários colunistas de esquerda apoiavam a reforma – escudados no pilar, visto acima, da responsabilidade fiscal – políticos do mesmo campo ideológico votavam contra, por razões táticas.

Consideramos, assim, nestas conclusões, que confirmamos nossas hipóteses. O Brasil tem um debate rico. O Brasil tem um debate plural. O Brasil tem eixos realistas para este debate. Este debate existe nas páginas dos jornais.

Cabe agora fazer uma pergunta final: para que serve tudo isso?

Um campo recente de estudos acadêmicos é o quanto o debate baseado em fatos, a “discussão mediante razões”, efetivamente influencia as decisões dos políticos. Uma das vozes pioneiras e mais fortes nesses estudos é a inglesa Diane Stone, autora de um estudo sobre “bridging research and policy”, “construir pontes entre a pesquisa e a política”. Num estudo sobre a organização Global Development Network, cujo slogan é “better research leads to more informed policies and better, and more inclusive development” -- “melhor pesquisa leva a política mais informada e melhores, e desenvolvimento mais inclusivo” -- Stone mostra como se dá essa permeabilidade entre o mundo do debate e o mundo da política, e cria categorias para melhor entendê-lo (STONE, 2002). Não cabe aprofundar, aqui, seus conceitos. Basta dizer que uma das formas desta permeabilidade se dá quando fatos e dados da academia influenciam a política através do debate público realizado na imprensa. Tais

fatos se tornam agenda através do espelhamento entre academia e imprensa que é tema deste trabalho.

Uma quinta hipótese – que não comprovaremos aqui, mas pode ser inspiração para um trabalho futuro – é que tal permeabilidade, a tal “luta de ideias” influenciando a “luta do poder”, é algo que vem ocorrendo com alguma frequência num país – o Brasil -- em que todo o processo de redemocratização se baseou na força de sua sociedade civil. Recuperemos um pouco do conceito de sociedade civil que foi estudado no capítulo 7 em cima das concepções de Norberto Bobbio e Antonio Gramsci: tudo o que não é governo, incluindo o mundo da economia real e o conhecimento gerado nas universidades a partir da economia real (infraestrutura e superestrutura). (BOBBIO, 1999). Hoje, estaríamos falando em imprensa, academia e “think tanks”. Há no Brasil uma história e um presente de permeabilidade entre sociedade civil e os governos. Desde o fato de que foi o CEBRAP que criou o primeiro programa do MDB, partido de oposição à ditadura, até os políticos que, hoje, buscam dados para criar políticas públicas em universidades como Insper e Fundação Getúlio Vargas – caso do atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Vivemos num país em que grande parte das estatísticas confiáveis – sobre segurança pública, por exemplo – são compiladas por veículos de imprensa (site G1) e organizações não-governamentais (no caso, institutos como Igarapé e Fórum Brasileiro de Segurança Pública). No passado, como vimos acima, intelectuais de universidades e “think tanks” entraram em partidos políticos e, eleitos, tiveram a oportunidade de governar. Tal fenômeno se repete agora, quando o Brasil é visto por observadores estrangeiros como um exemplo de renovação política -- graças aos movimentos suprapartidários que recentemente conquistaram espaço na Câmara dos Deputados. Como escreve o português Rodrigo Tavares, no artigo sugestivamente intitulado “Renovação política? Olhemos para o Brasil”: “Muitos destes movimentos lançaram uma prancheta completa de ideias políticas. Não foram movimentos populistas com uma agenda fomentada pela simples rejeição ou pela crítica. Propuseram. Deram a conhecer novos especialistas em temas específicos” (TAVARES, 2019). Mais uma vez, como no tempo em que PT e PSDB incorporaram acadêmicos marxistas, uma nova geração extremamente bem formada parece pronta a exercitar seu espírito público.

A “luta pelo poder” precisa da “luta de ideias” para se alimentar. Sem conhecimento, como defende Diane Stone, não há bom governo. Sem academia e sem imprensa, não há

circulação deste conhecimento -- nem o debate imprescindível, entre diversas correntes, que leva à solução dos problemas nacionais. Reafirmando, nossa conclusão é que o Brasil tem, sim, histórico de ideias, eixo de temas principais, e um bom debate em que as posições acadêmicas se refletem na imprensa. Em resumo, uma conversa inteligente por trás da cortina da estridência. Este trabalho compõe um marco teórico destinado a reconhecer e aprofundar ainda mais este debate. Que a imprensa, cada vez mais, espelhe o mundo do conhecimento -- porque a imprensa é o espelho mesmo da democracia, e a democracia precisa do conhecimento para trazer o bem estar aos cidadãos. Com isso, todos ganham: o conhecimento, a democracia -- e a imprensa, que mantém sua relevância ao reafirmar seu papel de arena, mediadora e participante do debate público.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron, e ROBINSON, James. Por que as nações fracassam. Tradução de Cristiana Serra. Editora Campus, Oitava Tiragem, 2012
- ALONSO, Angela. A política das ruas. Revista Novos Estudos, junho de 2012
- ALSTON, Lee, MELO, Marcus, MULLER, Bernardo, e PEREIRA, Carlos. Brazil in Transition – beliefs, leadership and institutional change. Princeton, 2016
- ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém. Tradução de José Rubens Siqueira. Companhia das Letras, Vigésima Segunda Reimpressão, 2017
- ARENDT, Hannah. Verdade e política. Versão digital, tradução de Manuel Alberto de artigo de 1963
- BARBOSA, Nelson. Reforma da previdência e eleições de 2018. In Folha de S. Paulo, 10/11/2017
- BARIANI, Edison. Uma intelligentsia nacional: grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos do Nosso Tempo. Caderno CRH, Volume Dezoito, Número 4, 2005
- BARROS, Celso Rocha de. O risco da desigualdade. In Folha de S. Paulo, 28/8/2017
- BARROS, Celso Rocha de. Os sem bolas da bala. In Folha de S. Paulo, 19/3/2018
- BARROS, Celso Rocha de. Para ter chance em 2018, esquerda precisa encarar a economia. In Folha de S. Paulo, 3/7/2016
- BLAIR, Tony, e CLINTON, Bill. Conversation at National Constitution Center, Philadelphia. Video publicado no Youtube em 2010
- BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política. Editora Unesp, tradução de Marco Aurélio Nogueira, Terceira Edição, 1995
- BOBBIO, Norberto. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Paz e Terra, 1999
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Entrevista ao autor, 2018
- BUCCI, Eugênio. Pós-fatos, pós-imprensa, pós-política – a democracia e a corrosão da verdade. Palestra para o ciclo mutações, 2017

BUCCI, Eugênio. Para ensinar é preciso definir a profissão. In: BUCCI, Eugenio (org): Por uma escola de jornalismo para o futuro, ESPM. 2015 (A definição de jornalismo é citada na versão sintetizada pelo próprio autor para a palestra oferecida ao grupo de pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade, do IEA e da ECA-USP, em 20/4/2016, na ECA-USP)

BURKE, Edmund: Reflexões sobre a revolução na França. Ediouro, 2014

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Paz e Terra, Quarta Edição, 1997

CARDOSO, Fernando Henrique. Diários da presidência – 1997-1998. Companhia das Letras, 2016

CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Difusão Europeia do Livro, Segunda Edição, 1972

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista ao autor, 2017

CARDOSO, Fernando Henrique. O convento dos perseguidos. In Ilustrissima, Folhad e S. Paulo, 12 de maio de 2019

CARVALHO, Laura. A previdência pública sobrevive. In Folha de S. Paulo, 18/7/2019

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Paz e Terra, 2009

COUTINHO, João Pereira. As ideias conservadoras explicadas a reacionários e revolucionários. Editora Três Estrelas, 2014

CRUZ, José Salles dos Santos. Entrevista ao autor, 2017

FONSECA, Joel Pinheiro da. A reforma trabalhista é bem-vinda. In Folha de S. Paulo, 9/5/2017

FONSECA, Joel Pinheiro da. Mais que uma morte. In Folha de S. Paulo, 20/3/2018

FUCS, José. A máquina barulhenta da direita na internet. In O Estado de São Paulo, 28/3/2017

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rocco, 2015

GIDDENS, Anthony. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Record, 1999

GIDDENS, Anthony. Para Além de Esquerda e Direita. Editora Unesp, Tradução de Álvaro Hattner, 1995

GUDIN, Eugênio, e SIMONSEN, Roberto. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. Editora do Ipea, Segunda Edição, 1978

GREENE, Joshua. Moral tribes: emotion, reason and the gap between us and them. Penguin Editions, 2014.

HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural na esfera pública. Tradução de Denilson Luis Werle. Editora Unesp, 2001

HAYEK, Fridrich August von. O caminho da servidão. Instituto Liberal, 1990

HAIDT, Jonathan. The Righteous Mind. Kindle e-book, 2017

LEITÃO, Miriam. Atalhos no labirinto. In O Globo, 11/11/2017

LEITÃO, Miriam. Tempo das reformas. In O Globo, 12/7/2017

LEVITSKY, Steven, e ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Zahar, 2017

LISBOA, Marcos, e SAMOR, Geraldo. Nove tiros em Marielle – e os machos de pantufas. In Brazil Journal, 16/3/2018

MARCONI, Nelson. Dilma deveria ter cortado o gasto público. In Época, 13/9/2016

MEGALOGENIS, George: Australia`s Second Chance. Penguin, 2015

MULLER, Jan Werner. What is Populism? Penguin Books, 2017

OAKESHOTT, Michael. Ser conservador y otros ensayos escepticos. Kobo editions, 2017

ORTELLADO, Pablo. Esquerda é conivente com terraplanismo contábil. In Folha de S. Paulo, 26/2/19

PAPOLA, John, e ROBERTS, Ross. Fear the boom and the bust. Vídeo produzido na George Mason University e publicado no YouTube em 2010

PAULANI, Leda. Brasil delivery: a política econômica do governo Lula. In Revista de Economia Política, Volume 23, Número 4, outubro a dezembro de 2003

PEREIRA, Carlos, MELO, Marcus, ALSTOM, Lee, e MULLER, Bernardo. Brazil in Transition: beliefs, leadership and institutional change. Princeton editions, 2016

PESSOA, Samuel. Por que Dilma é o novo Geisel. *Época*, 20/4/2013

POGGIO, Carlos Gustavo. Qual conservadorismo? Da América de Trump ao Brasil de Bolsonaro. In: *Estado da Arte*, 2018

PRZEWORSKI, Adam. A democracia está em crise, mas não morrerá. In *Ilustríssima*, Folha de S. Paulo, 12/5/2019

PRZEWORSKI, Adam. Democracia e mercado no leste europeu e na América Latina. *Relume Dumará*, 1994.

RANGEL, Ricardo. Por quem os sinos dobram. In *O Globo*, 19/3/2018

RIBEIRO, Renato Janine. O Brasil e a democracia de protesto. In *Revista Matrizes*, Volume Oito, Número Um, janeiro a junho de 2014

ROCHA, Camila. O papel dos “think tanks” na difusão do neoliberalismo no Brasil. In *Millcayac – Revista digital de ciências sociais*. Volume 4, Número 7, 2017

ROSS, Lillian. Filme. Tradução de Pedro Maia Soares. Companhia das Letras, 2005

SAKAMOTO, Leonardo. A reforma trabalhista passa a valer hoje. Aos trabalhadores, meus pêsames. In *Uol*, 11/11/2017

SAKAMOTO, Leonardo. Execução de Marielle colocou esquerda e direita contra ultraconservadores. In *Uol*, 17/3/2018

SAKAMOTO, Leonardo. Terceirização: quando cair a ficha, os trabalhadores vão ranger os dentes. In *Uol*, 22/3/2017

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. In *Folha de S. Paulo*, 8/10/1995

SINGER, André. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. Edusp, Primeira Reimpressão, 2002

SKIDELSKY, Robert. Keynes. Tradução de José Carlos Miranda. Jorge Zahar Editor, 1996

STONE, Diane. Using knowledge: the dilemmas of “bridging research and policy”. Carfax Publishing, 2002

TAVARES, Rodrigo. Renovação política? Olhemos para o Brasil. In *TSF*, 27/5/2019

THE ECONOMIST. Millenial Socialism. Edição de 14/2/2019

THE ECONOMIST. The global crisis in conservatism. Edição de 4/8/2019

THORNTON, Saran. Sete dias no mundo da arte. Agir, 2010

WEBER, Max. A ciência como vocação. Versão digital, 2017

WEBER, Max. A política como vocação. Versão digital, 2017

WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial. Cebrap, 1972

WEFFORT, Francisco. Entrevista ao autor, 2017

WORLD BANK DOCUMENTS AND REPORTS. Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Banco Mundial, 2017

AGRADECIMENTOS

Os nomes aqui listados contribuíram de forma decisiva para esta dissertação – com observações importantes, leituras generosas, correções decisivas, conversas que trouxeram à tona questões fundamentais, ou tudo isso junto. Se houver algum mérito neste trabalho, é muito graças a eles. As inevitáveis falhas são todas de minha responsabilidade. Agradeço especialmente a Claudia Maximino e Eugênio Bucci – que, além da infinita generosidade de observações, leituras, conversas e correções, doaram o que o ser humano tem de mais precioso: tempo. Demonstrando, ao longo do percurso, a maior das virtudes: a infinita paciência.

Claudia Maximino

Eugênio Bucci

André Singer

Bernardo Ricúpero

Britta Weiffen

Heloiza Matos

Marcos Lisboa

Paulo Nassar

Carlos Eduardo Lins da Silva

Samuel Pessoa

Camila Rocha

Renato Janine Ribeiro

Ricardo Gandour

Eduardo Nunomura

Camilo Vanucchi

Mel Cerozzi

Nadini Lopes

Victor Blotta

Bruno Paes Manso

Marcus André Melo

Nelson Marconi

Fernando Henrique Cardoso

Eduardo Matarazzo Suplicy

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Francisco Weffort

Rodrigo Tavares

José Salles dos Santos Cruz

André Lahóz Mendonça de Barros

Caio Tulio Costa

Renato Levi